



**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM  
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO**

**VIOLETA ASSUMPÇÃO DA CUNHA**

**Rede Transfeminista de Cuidados Digitais: tecnoativismo,  
antivigilância e o cuidado como  
estratégia de resistência**

Campinas, 2024

**VIOLETA ASSUMPÇÃO DA CUNHA**

**Rede Transfeminista de Cuidados Digitais: tecnoativismo,  
antivigilância e o cuidado como estratégia de resistência**

Dissertação apresentada ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), do Instituto de Estudos em Linguagem (IEL), da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Divulgação Científica e Cultural, na área de Divulgação Científica e Cultural.

**Orientadora: Prof. Dr. Marta Mourão Kanashiro.**

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À  
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO  
DEFENDIDA PELA ALUNA VIOLETA  
ASSUMPÇÃO DA CUNHA, E ORIENTADA  
PELA PROF. DR. MARTA MOURÃO  
KANASHIRO.

**Campinas, 2024**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Ana Lucia Siqueira Silva - CRB 8/7956

C914r Cunha, Violeta Assumpção, 1987-  
Rede transfeminista de cuidados digitais : tecnoativismo, antivigilância e o cuidado como estratégia de resistência / Violeta Assumpção da Cunha. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador(es): Marta Mourão Kanashiro.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Tecnofeminismo. 2. Tecnoativismo. 3. Tecnologia da informação e comunicação. I. Kanashiro, Marta Mourão, 1974-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações complementares

**Título em outro idioma:** Transfeminist network of digital care : Technoactivism, antisurveillance, and care as a strategy of resistance

**Palavras-chave em inglês:**

Technofeminism

Technoactivism

Information and communication technology

**Área de concentração:** Divulgação Científica e Cultural

**Titulação:** Mestra em Divulgação Científica e Cultural

**Banca examinadora:**

Marta Mourão Kanashiro [Orientador]

Lais Silveira Fraga

Bruna Mendes de Vasconcellos

**Data de defesa:** 29-10-2024

**Programa de Pós-Graduação:** Divulgação Científica e Cultural

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0008-2933-7930>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1829168056841061>



**BANCA EXAMINADORA**

**Profa. Dra. Marta Mourão Kanashiro – Presidente**  
**Universidade Estadual de Campinas**

**Profa. Dra. Lais Silveira Fraga**  
**Universidade Estadual de Campinas**

**Profa. Dra. Bruna Mendes de Vasconcellos**  
**Universidade Federal do ABC**

**IEL/UNICAMP**  
**2024**

**Ata de defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.**

## Agradecimentos

**À RTCD, meu muito obrigada!**

**Agradeço a cada uma de vocês por sonharem tão alto e, ao mesmo tempo, construírem, de forma tão concreta, o lugar mais próximo do que compreendo como transfeminismo na prática. Com todos os tropeços e caminhos tortuosos, errantes e certos, criamos juntas esse espaço seguro, fértil, revolucionário, lindo, real e fantástico. É impossível retroceder depois de compreender verdadeiramente o transfeminismo. Esse entendimento é transformador e sem volta.**

**Obrigada à Foz, Amarelo, Ariel, Lai, Thica, Nanda, Brunz, Chan, Vivi, Joana, Shira, Stê (e Pati).** Vocês estiveram comigo em cada passo dessa jornada e foram parte essencial dessa transformação e construção. Espero que sigamos juntas fazendo todas as coisas que sonharmos!

O mestrado foi, para mim, um processo de amadurecimento pessoal inédito. Esta dissertação representa uma parte pequena, mas muito significativa, do que produzi ao longo deste percurso. Dedico este trabalho a todas que estiveram **transfeministamente** ao meu lado nesse caminho. À todas, meu muito obrigada.

**À minha família**, sobretudo minha avó Gecy, minha mãe Maria Alice e minha tia-mãe-madrinha Giovana, que são base, estrutura e teto: meu eterno amor e gratidão.

**Ao meu companheiro, Matheus**, obrigada, de nada! Não fosse sua paciência e amor, tenho dúvidas se teria chegado até aqui. Obrigada por não me deixar desistir. Amo você! Também agradeço à Lurdinha e ao Tião.

**Aos meus amigos**, que tiveram a paciência infinita de esperar o mestrado acabar para podermos marcar qualquer coisa, obrigada por nunca desistirem. Em especial: Clarice, as Marinas, Carol, Padé, Gi, Sheiloca, Zilah, Flavinha, Lucas, Bergo e Dado. Agradeço também aos amigos de São Paulo, Recife, Belo Horizonte e outros lugares, que não estão nominalmente aqui mas que tão bem me acolheram nesses anos.

E, por falar em paciência, **obrigada Saci e Olivia.**

**À Marla Brandão**, mais que obrigada. É difícil encontrar palavras para expressar minha gratidão pela transformação e pela oportunidade que você tem dado a minha vida pessoal e profissional.

**À Professora Doutora Izabela Domingues**, obrigada por ter acreditado em mim e ter aberto uma porta muito importante quando esse projeto era ainda uma ideia.

Obrigada à **Verônica Santana**, liderança feminista, inspiradora, que confiou em mim e me acolheu em sua própria casa em uma parte muito importante desse trajeto.

**À minha mestra e amiga Larissa Santiago**, muito obrigada por cada palavra, momento, olhar e abraço. O mundo pode ser muito “chasto”, mas vamos sobreviver juntas!

Obrigada à minha amiga de tanta inspiração **Sarah Marques**, liderança feminista, mãe, militante, resistente. Como pode tanto amor e força num corpo só?

**À Vanessa Silva**, que se tornou a melhor coorientadora extraoficial. Obrigada por compartilhar suas angústias, reflexões e conhecimentos, colaborando tanto para este trabalho quanto para o meu crescimento pessoal. Suas partilhas em muitos momentos foram fundamentais para eu seguir acreditando.

**Por fim, e mais que especialmente, à Professora Doutora Marta Kanashiro**, minha orientadora, que tem o incrível dom da paciência e da compreensão infinitos, meu muitíssimo obrigada por tornar tudo isso possível. Obrigada por acreditar em mim, por ensinar tanto e por me mostrar mais sobre a prática transfeminista na realidade, principalmente na realidade acadêmica, um lugar que pode ser tão duro mas que graças a você foi possível e muito especial. Você seguirá me inspirando.

**À memória de Jesus de Assumpção**, meu amado avô, que, mesmo sem ter ideia do que é transfeminismo, me ensinou, ainda criança, tanto sobre amor, respeito e cuidado.

## **Resumo**

A dissertação investiga o tecnoativismo feminista e suas práticas de cuidados digitais através da atuação da Rede Transfeminista de Cuidados Digitais (RTCD). A pesquisa explora como a RTCD constrói alternativas ao capitalismo de vigilância e às formas de controle digital, oferecendo proteção integral para grupos marginalizados, como mulheres, pessoas negras, trans e LGBTQIAPN+. O estudo discute a intersecção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) com estruturas de opressão, destacando como o conceito de cuidados digitais emerge a partir de uma abordagem feminista, interseccional e anticapitalista. Através de casos como a Gincana Mostra, a dissertação demonstra como o giro do cuidado transforma a segurança digital, propondo uma prática coletiva e politicamente consciente que resiste às lógicas de exclusão e vigilância. A RTCD, portanto, oferece uma nova forma de resistência no campo tecnológico, pautada na autonomia, afeto e solidariedade.

**Palavras-Chave: Tecnofeminismo, Tecnoativismo, Tecnologia de Informação e Comunicação, Cuidado digital, Segurança digital**

## **Abstract**

The dissertation investigates feminist techno-activism and its digital care practices through the actions of the Transfeminist Digital Care Network (RTCD). The research explores how RTCD creates alternatives to surveillance capitalism and digital control mechanisms, offering comprehensive protection to marginalized groups such as women, Black, trans, and LGBTQIAPN+ individuals. The study discusses the intersection of Information and Communication Technologies (ICTs) with structures of oppression, highlighting how the concept of digital care emerges from a feminist, intersectional, and anti-capitalist perspective. Through cases like the Gincana Monstra, the dissertation demonstrates how the **turn to care** transforms digital security by proposing a collective and politically conscious practice that resists exclusionary and surveillance-driven logics. Thus, RTCD presents a new form of technological resistance, grounded in autonomy, affection, and solidarity.

**Keywords: Technofeminism, Technoactivism, Information and Communication Technology, Care, Digital security**

## Sumário

Prelúdio.....	10
Apresentação.....	14
Referências para diluição de fronteiras e hierarquias entre pesquisa e ação.....	19
CAPÍTULO 1 - Método tentacular.....	24
1. 1. Um incômodo pode também ser promissor.....	25
1. 2. Como começar.....	27
1. 3. Objetividade para quem?.....	28
1. 4. Como localizar.....	30
1. 5. Ainda sobre ouvir e contar histórias (incluindo as minhas próprias).....	33
1. 6. Com quem tecer os nós das teias, esticar o fios das figuras de linhas ou onde tocar os tentáculos, criar relações de cooperação ao longo do caminho.....	35
CAPÍTULO 2 - Rede Transfeminista de Cuidados Digitais.....	37
2. 1. Visão Geral.....	38
2. 2. Formações.....	42
2.3 Especificidades do Campo de Pesquisa.....	48
CAPÍTULO 3 - Tecnologias de informação e comunicação entre opressões e resistências.....	53
3.1 Capitalismo de vigilância.....	53
3. 2. Retroalimentações neoliberais da vigilância: estados, empresas, e autoritarismo.....	56
3. 3. O tecnoativismo.....	60
3.4. Transformações no tecnoativismo.....	64
3. 5. Experiências práticas.....	67
3.6. A experiência da Gincana mostra.....	72
CAPÍTULO 4 - Cuidado - Sobrevivência, preservação e ferramenta de enfrentamento político.....	83
4.1. Os caminhos do cuidado.....	83
4.2. A evolução do conceito.....	85
4.3. A privatização da segurança e do cuidado, oposição ao direito à segurança, mesmo no digital. .....	89
4.4. O cuidado como referencial de pesquisa atravessa diferentes campos do conhecimento.....	92
4.5. Cuidado e o feminismo no Brasil.....	95
4.6. Cuidados Digitais: a ética e a política nas relações com a tecnologia.....	96
4.7. Giro do cuidado.....	102
4.8. Cuidados Digitais – entendimentos e definições.....	110
Considerações finais.....	116
Referências Bibliográficas.....	118
Anexo 1 - Linha do tempo dos Cuidados Digitais.....	125
Anexo 2 – Parecer Consubstanciado Comitê de Ética.....	131

## **Prelúdio**

### **“Nada vem sem o seu mundo” (BELLACASA, 2012)**

Há cerca de oito anos, eu havia acabado de ser demitida do meu primeiro emprego formal, na oportunidade, como secretária em um escritório na zona oeste de São Paulo. Tinha me mudado para lá há pouco mais de dois anos, com a intenção de trabalhar e estudar produção audiovisual. As oportunidades nessa área foram muito poucas. No entanto, aquela demissão foi uma oportunidade divisora de águas. Dali tive coragem, e um belo empurrão, dada a necessidade de me sustentar, de entrar de cabeça no mundo do ativismo, agora como trabalho e não mais como algo voluntário. Algumas horas depois de sair demitida do escritório, eu já estava participando da primeira reunião de trabalho que me levaria para esse universo permeado por protocolos de segurança, aplicações seguras, vigilância, senhas, *software* livre e muitos outros elementos que passaram a compor, não apenas os temas em torno do meu trabalho, como as práticas realizadas por mim cotidianamente, e por todos que integravam meu grupo naquela organização. Com o tempo, o que era trabalho e interesse pessoal foi se transformando em algo que dava, também, sentido à vida, se expandindo para uma comunidade, muito maior do que eu poderia imaginar.

Desde então, atuo profissionalmente no terceiro setor com o fortalecimento de movimentos sociais, grupos, coletivos e coletivas ativistas. Esse fortalecimento acontece, sobretudo, através do estímulo e do fomento às práticas de segurança integral e cuidados digitais, da promoção da proteção de lideranças comunitárias e defensoras/res de direitos, reunindo temas ligados a minha postura como pessoa política e ativista, às oportunidades profissionais.

Necessário então dizer de onde venho: Sou uma mulher, branca, feminista, ativista, de 35 anos, brasileira, cis, bissexual, jornalista de formação, educadora popular, mais precisamente na área dos Cuidados Digitais, com foco em grupos da sociedade civil. Mulher-tecnoativista-pesquisadora do sulglobal. Esse é o lugar em que me situo, e acredito que muitos outros companheiros possam se identificar também com essa ideia: uma mulher, capaz de dialogar sobre tecnologia com diferentes outras mulheres<sup>1</sup>, homens<sup>2</sup> e pessoas não binárias, em contextos e línguas

---

<sup>1</sup> Neste trabalho a noção de mulher, como uma expressão política, inclui, além das mulheres cis, mulheres transgênero, transexuais, travestis e pessoas que em muitos espaços ainda são lidas e autoidentificadas como mulheres.

<sup>2</sup> Neste trabalho a noção de homem, como uma expressão política, inclui, além dos homens transgênero, transexuais, boycetas e pessoas que são lidas e autoidentificadas como homens

e linguagens diferentes, alcançando grupos de base e das pontas, em territórios do interior do Brasil ou de predominância branca, masculina, de classes abastadas, como são muitas vezes as salas de aula das universidades ou empresas, eventos acadêmicos ou de tecnologia e ciência. Ora detentora de conhecimento tecnológico, ora uma mulher destinada aos afazeres domésticos, ora pesquisadora e ora parte do interesse de minha própria pesquisa. E essa é a perspectiva da qual posso olhar, a objetividade corporificada<sup>3</sup> com a qual quero trabalhar.

Durante os anos 1990 e 2000, acompanhei minha mãe, uma assistente social, militante progressista e de esquerda, por algumas cidades do Brasil para as quais nos mudamos em busca de trabalho. Graças a esse contexto familiar, desde muito nova tive a possibilidade de uma formação política e ética pautada no comprometimento com o social, na garantia de direitos e com a defesa da democracia. Sob a orientação de minha mãe, fizeram parte de minha formação o contato direto com realidades de luta e resistência, sendo as mais marcantes: visitas a acampamentos e assentamentos rurais, entre eles do Movimento Sem Terra (MST), no extremo Norte de Minas Gerais, Região do Projeto Jaíba, lugar de seca, ainda que às margens do Rio São Francisco; e o contato com grupos atingidos pelo impacto socioambiental na construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado, no estado do Tocantins.

Natural da região sudeste de Minas Gerais, tive a oportunidade de viver em 15 cidades pelo Brasil, entre elas algumas capitais. Essa jornada me possibilitou conhecer a enorme diversidade que compõe o Brasil em suas perspectivas geográfica, ambiental, mas sobretudo, cultural e socioeconômica. Conhecer de perto essas realidades despertou em mim a consciência sobre a grandeza de nosso país e a empatia necessária para o trabalho que realizo hoje, também como pesquisadora.

Nos últimos sete anos, colaborei em organizações como a Escola de Ativismo, o Fundo ELAS+, a Federação de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Pernambuco, a Rede Transfeminista de Cuidados Digitais e a InterSecLab, um laboratório transfeminista de análise forense e pesquisa em vigilância, voltado para o trabalho com defensores de direitos, organização onde trabalho atualmente, organizações que atuam no fortalecimento e sustentabilidade do campo ativista brasileiro. Colaborei ainda para na realização de algumas

---

<sup>3</sup> Conceito desenvolvido por Donna Haraway (1995) o qual propõe um sujeito implicado dentro do seu próprio campo de “visão”, criando assim uma “objetividade corporificada”. Esse conceito será aprofundado mais adiante ao longo do texto.

edições da Cryptorave e criptofestas pelo Brasil<sup>4</sup>. Nessa trajetória, tenho tido a oportunidade de conhecer mais de perto metodologias inspiradas na educação popular, assim como em epistemologias feministas e do sul-global, que influenciaram diretamente essa pesquisa, como será abordado mais a diante. Esses lugares e pessoas foram, e ainda são, pontes importantes para acessar o local que me é escola de verdade, a oportunidade de trocas e construções com coletivos e coletivas, jornalistas, comunicadores populares, lideranças populares, defensores de direitos, pesquisadores, *hackers* e tecnoativistas, que tive a oportunidade de acompanhar em atividades de campo, em processos formativos, imersões, mesas de reunião ou negociação, em ações diretas, campanhas, festivais e tantas outras iniciativas, algumas também fora do Brasil, em debates relacionados à importância da valorização dos saberes e culturas locais, nos usos e apropriações tecnológicas do sul-global.

Em junho de 2019, tive a honra de ser acolhida por mulheres agricultoras familiares em um assentamento do MST de mais de 30 anos, no interior do Sergipe. Na oportunidade, passamos 3 semanas trocando e aprendendo juntas, olhando para as tecnologias de cuidado que nos cercavam, como o cultivo de sementes crioulas e dos remédios medicinais feitos com as ervas do quintal, até o uso do celular, seja para realizar as vendas da produção do campo até para a mobilização política na luta pelo direito à terra. Todo o medo e as inseguranças que pairavam naquela época em torno das tais “*fake news*” e golpes *online* (não éramos capazes de imaginar o contexto no qual seríamos empurradas menos de um ano depois com a chegada da pandemia de Covid-19, mas) era um universo para o qual essas mulheres tinham coragem de olhar e desbravar, desde que coletivamente, uma sempre apoiando a outra. Experiências como essa mostram sempre, para mim, que as escolhas desse caminho fazem sentido. Também em 2019 passei a integrar a Rede Transfeminista de Cuidados Digitais (RTCD), e entre as primeiras atividades que participei dentro da Rede foi um encontro formativo no Rio de Janeiro, que reuniu ativistas facilitadoras de várias regiões do Brasil, compartilhando durante três dias, os mesmos ambientes, as refeições, os conhecimentos, as leituras de mundo, as estratégias. É difícil descrever a potência que existe em um encontro desses e, muito movida pelo desejo de poder fazer isso decidi iniciar a jornada do mestrado. Escolhi então a RTCD como parte central de minha pesquisa de campo por conhecer, de um lugar bem de perto, e reconhecer essa rede como uma importante representante do campo de interesse desta pesquisa.

---

<sup>4</sup> CryptoRave é um evento anual que reúne, geralmente em 36 horas de atividades contínuas, diversos debates e ações sobre segurança, criptografia, hacking, anonimato, privacidade e liberdade na rede. Inspirada nas *cryptoparties* (ação global com as mesmas finalidades), as versões brasileiras deste evento iniciaram-se em 2014. Veja o link para a última edição de 2023: <https://2023.cryptorave.org/>

Quando, então, iniciei o mestrado, ainda em 2020, meu desejo era trazer para o campo acadêmico uma pesquisa que fosse capaz de reunir, dentro desse contexto, o trabalho como integrante dos coletivos, coletivas e organizações nos quais colaborei e ainda colaboro, junto à pesquisa acadêmica. Noções importantes que estão sendo discutidas e desenvolvidas dentro desses espaços nos quais transito, como “cuidados digitais”, “infraestruturas de afeto”, “tecnologias feministas” e “infraestruturas feministas”, podem ser relacionadas aos debates teóricos, registradas e compartilhadas entre outros contextos, e outros campos do saber, a fim de ampliar a potência transformadora que carregam quando aplicadas à tecnologia e à educação.

Acreditando que esse movimento pode auxiliar no entendimento do atual contexto tecnopolítico e socioeconômico e ampliar o potencial de fortalecimento dos esforços no desenvolvimento de estratégias práticas de resistência, decidi olhar para companheiros de projeto político na busca por mudanças no campo dos Estudos de Ciência e Tecnologia, no campo da defesa dos direitos e na crença de que existem alternativas melhores às “alternativas infernais”, batizadas e definidas assim por Stengers e Pignarre:

Daremos o nome de “alternativas infernais” a esse conjunto de situações que parecem não deixar outra escolha a não ser a resignação ou uma denúncia que soa um pouco vazia. (Tal denúncia é impotente porque esta situação não oferece suporte e a conclusão sempre volta à mesma coisa: é todo o "sistema" que deve ser destruído). (PIGNARRE e STENGERS, 2011, p.24 – tradução livre<sup>5</sup>)

Dessa forma, fazem-se ainda necessários trabalhos e pesquisas que potencializem essa diluição entre academia e campo ativista e compreendam como têm se dado essas estratégias, a partir dos novos agenciamentos sociotécnicos nos territórios à margem do norte-global. É daí que vem o desejo de produzir e compartilhar as reflexões e considerações apresentadas ao longo desta dissertação.

---

<sup>5</sup> Versão original: “We will give the name 'infernal alternatives' to that set of situations that seem to leave no other choice than resignation or a slightly hollow sounding denunciation. (Such a denunciation is powerless because this situation offers no hold and the conclusion always comes back to the same thing: it is the whole ‘system’ that has to be destroyed”

## Apresentação

O desenvolvimento científico e tecnológico ao longo dos anos tem possibilitado o refinamento das capacidades e ampliado os alcances de práticas de vigilância. Com a expansão capitalista do século XXI, apoiada na popularização e na disseminação de aparatos tecnológicos, a vigilância, sem deixar de lado sua função histórica nos interesses de Estado, ganha um novo tipo de centralidade na lógica de acumulação do capital, baseada na coleta incessante e no processamento de dados e informações através das tecnologias de informação e comunicação (doravante, TICs) (ZUBOFF, 2018). Se de um lado, o estado de vigilância passa a atuar sobre todos, em maior ou menor grau, através da vida mediada por computadores e pela internet, a vigilância, sobre aqueles que são alvo de disputa e interesses políticos, ganha ainda mais força.

Segundo o relatório “Freedom on the Net 2019”<sup>6</sup>, da Freedom House, no Brasil, desde a eleição de Jair Bolsonaro à presidência, são altos os níveis de assédio e violência *online* à jornalistas e ativistas. Em julho de 2020, é revelado que a Secretaria de Operações Integradas (Seopi), ligada ao Ministério da Justiça, produziu, sob sigilo, um dossiê com informações recolhidas através do monitoramento de redes sociais, sobre mais de 500 servidores públicos que se declaravam antifascistas<sup>7</sup>. Em setembro de 2021, em um evento promovido pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, no qual o *webinar* de nome “Tecnologia no Combate ao Crime Organizado”<sup>8</sup>, o convidado Rafael Velásquez Saavedra da Silva, sócio da Techbiz Forense Digital, mencionou a “Investigação 360”, se referindo ao uso de múltiplas ferramentas tecnológicas, das mais variadas fontes, para levantar informações de suspeitos. Uma das tendências é fazer investigações no que se chama de “internet das coisas” – ou seja, em eletrodomésticos, entre eles a Alexa, e outros objetos que estão dentro de nossas casas. Além disso, programas governamentais buscam implementar tecnologias de reconhecimento facial nas cidades<sup>9</sup>, criando bancos de dados que centralizam dados pessoais dos cidadãos, incluindo dados biométricos.

---

<sup>6</sup> Freedom House. “Freedom on the Net 2019”. 4 de novembro de 2019. Acesso em 20 de outubro de 2020. [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2019-11/11042019\\_Report\\_FH\\_FOTN\\_2019\\_final\\_Public\\_Download.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2019-11/11042019_Report_FH_FOTN_2019_final_Public_Download.pdf)

<sup>7</sup> Rubens Valente. "Ação sigilosa do governo mira professores e policiais antifascistas". UOL, 24 de julho de 2020. Acessado em 30 de agosto de 2020 <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/24/ministerio-justica-governo-bolsonaro-antifascistas.htm>

<sup>8</sup><https://www.youtube.com/watch?v=rCPAeRkuR7I>

<sup>9</sup> Campanha “Tire o meu rosto da sua mira” <https://www.terra.com.br/nos/tire-meu-rosto-da-sua-mira-reconhecimento-facial-pode-ser-mais-uma-ferramenta-de-violacao-de-direitos.88bce2aef1616bd6affbc7a691de47dap7p8wb66.html>

Com a pandemia de Covid-19, a coleta de dados através de diversos aplicativos de monitoramento trouxeram ainda mais riscos à privacidade e dispararam um alerta para novas formas de segregação das populações marginalizadas. Mais recentemente, em 2024, assistimos à prisão de agentes da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) por participação, durante o governo de Jair Bolsonaro, no esquema criminoso de uso do aparato do Estado para espionagem de ministros do STF, senadores, deputados, jornalistas e ativistas, além da produção de dossiês e desinformação para ganho político de aliados e da própria família do ex-presidente, conhecido como “ABIN Paralela”<sup>10</sup>. Essas informações dão um brevíssimo panorama do cenário mais recente da vigilância no Brasil, um pano de fundo essencial para essa pesquisa.

A importância política e social da vigilância digital, e de temas relacionados a ela, pode ser observada no número crescente de pesquisas e debates que envolvem a formulação de normas e leis sobre tecnologias da informação e comunicação e os diversos impactos dessas tecnologias na sociedade - que abrangem desde o exercício pleno, ou a violação de direitos, à cidadania, democracia, eleições, direito à comunicação, privacidade, sistema político e econômico, dentre outros temas. A abrangência das mudanças sociais mobilizadas é tamanha que caracteriza um fenômeno social fundamental para as sociedades contemporâneas.

Como resposta a esse contexto, uma parcela da sociedade civil organizada, e ativistas, têm dedicado seus trabalhos à compreensão prática do que pode significar o uso seguro das tecnologias, e têm redobrado esforços na tentativa de encontrar possibilidades aos desafios postos pelo cenário atual como, por exemplo, o monopólio e controle das informações por grandes corporações, o desenvolvimento de instrumentos legais que protejam cidadãos e garantam direitos, o combate à violência *online* e, ao mesmo tempo, o combate à perpetuação das opressões e explorações estruturais presentes também no campo da tecnologia.

O campo ativista em questão se refere às tecnofeministas<sup>11</sup> brasileiras, denominação que utilizo para tratar, nesta dissertação, de maneira abrangente, grupos ativistas que voltam seu trabalho, em diferentes medidas, para o uso, as relações e a crítica às tecnologias, formando um campo de atuação política que reconhece que “a internet e as TICs podem assumir um lugar de resistência, como ser aquele no qual as violações de direitos, inclusive aquelas baseadas em múltiplas desigualdades como as de gênero, raça, classe, se proliferam e o debate social é

---

<sup>10</sup> <https://exame.com/brasil/abin-parallel-tudo-o-que-se-sabe-sobre-a-espionagem-de-ministros-do-stf-politicos-e-jornalistas/>

<sup>11</sup> Se autodenominam: ciberativistas, hackerfeministas, transhackerfeministas e outros, essas denominações serão melhor tratadas no desenvolvimento da pesquisa.

restringido” (OLIVEIRA, ARAUJO e KANASHIRO, 2020, p. 3). Ou seja, reconhece as inúmeras possibilidades e inovações geradas a partir do desenvolvimento tecnológico sem deixar de analisar e tentar compreender seus impactos.

Acompanhando o trabalho desses grupos em diferentes regiões do Brasil nos últimos oito anos, ora como integrante e, mais recentemente, também no lugar de pesquisadora, observo, ao mesmo tempo em que vivencio, um processo de mudança de perspectiva a abordagem de temas como privacidade, vigilância e segurança digital, no campo ativista. Um movimento que vem sendo feito, não sem muito esforço, para desviar de uma abordagem tecnocrata, militarizada, hegemonicamente masculina e branca, a fim de adotar uma perspectiva feminista, propondo noções para uma leitura de mundo, como a de Tecnologia Feminista, que, como explicam as pesquisadoras Débora Oliveira, Daniela Araújo e Marta Kanashiro :

[...] é um termo que vem ganhando repercussão no movimento de mulheres na América Latina e faz referência aos debates e práticas que apontam para a não neutralidade das tecnologias em múltiplas camadas, repensando a imaginação, produção e uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) pelas e para mulheres, pessoas trans e não binárias. (OLIVEIRA, ARAUJO e KANASHIRO, 2020, p. 2)

São mulheres que compreendem os diferentes impactos da tecnologia em suas vidas e de outros grupos sociais não hegemônicos, uma parcela do movimento feminista que está engajada no debate tecnopolítico, sua interface com temas sobre internet, autonomia, infraestruturas digitais, segurança da informação (OLIVEIRA, ARAUJO e KANASHIRO, 2020), defesa e garantia de direitos.

Essa mudança está diretamente relacionada à maneira como são percebidos e interpretados os impactos e as relações sistêmicas opressoras e exploratórias no uso e no acesso às tecnologias, em especial das TICs, em um contexto de capitalismo de vigilância, incorporando ainda a esse debate categorias feministas como as noções de consentimento, escuta, cuidado, autonomia (OLIVEIRA, ARAUJO e KANASHIRO, 2020), solidariedade, alegria e confiança. Interessa nesse trabalho explorar como se dão essas categorias, em especial o aprofundamento sobre a noção de cuidado digital, um cuidado feminista, politizado, ético, coletivo e anticapitalista, convocado, tensionado e praticado por esses grupos. Dessa maneira, esta pesquisa buscou uma compreensão de como têm se dado as mudanças no campo prático dentro do ativismo tecnofeminista por parte daqueles que encabeçam esse movimento, em especial aquelas, aqueles e aqueles que trabalham

com foco na segurança integral e/ou digital para o fortalecimento de defensores de direitos, um campo recente, batizado de Campo dos Cuidados Digitais. Assim, o debate em torno do cuidado ganha centralidade nesse trabalho. Para representar esse recorte do campo dos Cuidados Digitais e como se dá a prática dessa transformação, foi escolhida para compor esta pesquisa a Rede Transfeminista de Cuidados Digitais.

Levar essas questões para dentro da academia é a oportunidade de aprofundar a reflexão sobre o trabalho desenvolvido por um campo prático ativista, reconhecendo-o como fenômeno tecnopolítico e sua importância.

Para o pesquisador Henrique Parra (2018), o desafio aos que compõem o campo dos estudos e práticas sobre vigilância está na contínua invenção e reinvenção de estratégias, capazes de abarcar as especificidades das várias dimensões que compõem a vida:

Através dessas composições, como criar a recursividade e a resiliência desses arranjos, de maneira a fortalecer um ambiente mais propício para a proliferação das práticas e valores desejados? Em suma, quais as tecnologias, protocolos, infraestruturas e institucionalidades necessários? (PARRA, 2018, p. 344)

Acredito que a busca por questionamentos como esses sejam parte central no rompimento com as alternativas infernais (PIGNARRE e STENGERS, 2011) que nos são impostas pelas *big techs*. E é do desejo de ampliar as conexões dessa rede, ou ampliar essa figura de linhas (*String Figure*), conceito proposto por Donna Haraway (2018), composta por muitos agentes e da qual também faço parte, que parto para minha investigação, é esse o incômodo que não me deixa parar, é esse meu lugar.

Essas figuras de linhas estão pensando, bem como criando práticas, práticas pedagógicas e performances cosmológicas. (HARAWAY, 2016, p.14 – tradução minha)<sup>12</sup>

Outro aspecto com o qual essa pesquisa se relaciona é a compreensão e divulgação do que compõem o universo das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na atualidade, sob uma perspectiva crítica, localizada, que parte dos Estudos Feministas. Tal composição envolve arranjos sociotécnicos e geopolíticos que vêm se consolidando em todo o mundo. Trata-se de um universo de relações e articulações presentes nos dispositivos de comunicação, mas que está invisibilizado

---

<sup>12</sup> Versão original: “These string figures are thinking as well as making practices, pedagogical practices and cosmological performances.”

para a maior parte das pessoas que partilham suas vidas, suas cotidianidades e sua privacidade por esses meios. Essas relações têm impacto direto na vida de todas as populações e carregam diferentes características que estão ligadas à configuração geopolítica global, perpetuando um modelo dominante e opressor para os mesmos grupos sociais durante séculos. Esses impactos e características também são aspectos que marcam esse trabalho.

Como poderá ser visto adiante, a perspectiva teórica da pesquisa abarca tanto autoras/es das áreas de comunicação, sociologia, antropologia e filosofia que tratam especialmente das questões tecnopolíticas mais abrangentes, mais vinculados aos objetivos gerais, como também estudiosas/os que permitem a investigação do objeto empírico, suas especificidades e sua dimensão local, mais relacionadas aos objetivos específicos desta pesquisa.

Durante o processo de busca por um ponto de partida metodológico, que correspondesse ao meu interesse de pesquisa e como pesquisadora situada, me deparei a princípio com duas interessantes pensadoras, Isabelle Stengers e Donna Haraway, que há alguns anos vêm provocando a reflexão sobre o olhar e o lugar em que a Ciência Moderna, e sua divulgação, colocam “o outro”, “a outra”, “e outre” e tudo aquilo que não faz parte dela. Esse não é um debate a ser aprofundado na pesquisa mas é parte das provocações que foram motor de partida para a jornada investigativa. Esse termo, “o outro”, marca esse distanciamento, esse par dicotômico entre o “eu” e o “outro”, cultura e natureza, ciência e crença. Assim comecei a mergulhar no próprio entendimento do meu lugar, pesquisadora e parte do campo de interesse, das pessoas que são companheiras que também estão fazendo esse percurso e construindo os entendimentos compartilhados aqui. Em seu texto, “A proposição cosmopolítica” (2018), Stengers, inicia com uma pergunta que, naquele momento, funcionou em mim como uma virada de chave, ela escreve: “Como nós podemos apresentar uma proposta que não pretenda dizer o que é, ou o que deve ou deveria ser, mas que provoque o pensar?” (STENGERS, 2018, p.443)

Partindo dessa provocação, decidi iniciar essa trajetória muito mais interessada em tudo que poderia surgir e emergir desse percurso do que, ao final, comprovar uma hipótese. Um interesse maior no que poderia aprender e partilhar, do que, no desejo moderno do que poderia provar.

## Referências para diluição de fronteiras e hierarquias entre pesquisa e ação

De maneira geral, o trabalho buscou situar aspectos já observados em minha trajetória como ativista a partir de um conjunto de referências, como aquelas relativas ao debate crítico sobre a manutenção e perpetuação das estruturas colonialistas de poder, opressão e controle, que por um lado, ganham novos contornos, ferramentas e estratégias para sua manutenção a partir da consolidação do capitalismo de vigilância e sua relação com o desenvolvimento tecnocientífico do século XXI e, por outro, também para o seu enfrentamento.

Esta pesquisa voltou-se, então, para o contexto aqui apresentado a fim de focalizar mais especificamente os processos de questionamento e resistência a um determinado estado das TICs em conexão com a elaboração e difusão de estratégias de proteção e cuidado com dados e privacidade. Dessa maneira o percurso realizado durante a pesquisa e a escrita dos resultados teve como objetivo (i) uma abordagem teórica já contextualizada com as práticas observadas no campo; (ii) um mapeamento das práticas e discursos junto a Rede Transfeminista de Cuidados Digitais, realizado de forma tentacular: trazendo diversidade e multiplicidade, que mescla ação política e pesquisa, sujeito/objeto de pesquisa diluindo fronteiras, e atua com algo que se aproxima da pesquisa-ação<sup>13</sup>, de forma a realizar uma atuação sobre, e por meio da, construção coletiva em que a própria pesquisadora está inserida como “construtora”, parceira e aliada. Nesse sentido, o que seria coleta de dados no campo passou a ser troca, partilha e construção coletiva de saber. Por fim, a pesquisa (iii) gerou a presente dissertação, que é tecida com (fazer com<sup>14</sup>, estar junto) o próprio campo, como devolutiva para o campo pesquisado.

Do ponto de vista teórico, o objetivo foi reunir as análises de autores atuais e já consagrados nos Estudos de Vigilância como David Lyon (2001; 2015) e Shoshana Zuboff (2015; 2018; 2019) e ampliar seu diálogo com autoras/autores da filosofia e da sociologia que vêm expondo, direta ou indiretamente, questões críticas sobre o desenvolvimento tecnocientífico e tecnopolítico, como os

---

<sup>13</sup> A pesquisa-ação é uma abordagem interativa que visa entender as causas de um problema e promover mudanças práticas. Focada em resolver questões de grupos ou instituições, ela se desenvolve à medida que os pesquisadores investigam problemas e propõem soluções, aprimorando práticas profissionais e expandindo o conhecimento sobre fatores que afetam a produtividade ou qualidade do trabalho. Introduzida por Kurt Lewin em 1946, a pesquisa-ação integra a investigação com a ação, permitindo que o pesquisador participe ativamente do processo de mudança sem se distanciar do objeto estudado. Ela incentiva a autonomia do pesquisador e fomenta a colaboração, contribuindo para mudanças sociais através da participação ativa dos envolvidos. A teoria da pesquisa-ação não será aprofundada ao longo do texto pois não foi uma metodologia escolhida para a realização da pesquisa, porém se aproxima da relação mantida ao longo do trabalho entre pesquisadora e grupo pesquisado que já existia antes da pesquisa e que não sofreu alterações.

<sup>14</sup> Esta ideia será conceitualmente elaborada no decorrer do texto a partir das contribuições de Donna Haraway (2016).

trabalhos desenvolvidos pelas pesquisadora Abeba Birhane (2020) e Simone Browne (2015) que permitiram uma conexão da Teoria Racial Crítica com o debate dos Estudos de Ciência e Tecnologia (STS) e Estudos de Vigilância. Somaram-se a esse arcabouço teórico da pesquisa outras/outros/outres autoras/autores dos campos dos Estudos Sociais como Joan Tronto (1987; 1990; 2007; 2013), Isabella Stengers (2011; 2018), Loïc Waquant (2008; 2012) e Patricia Hill Collins (2019; 2020). Além dessas referências, Donna Haraway (1995; 1998; 2009; 2016; 2021), Maria Puig de la Bellacasa (2011; 2012; 2017), Lais Silveira Fraga e Isabela Noronha (2020), e Bruna Vasconcellos (2022) com os Estudos Feministas da Ciência e da Tecnologia, contribuíram para a abordagem teórica e o aprofundamento sobre o conceito e as práticas dos “cuidados”. Para tratar da relação deste tema com ativismo, gênero, raça, classe, tecnologia, humano e não humano foram fundamentais os estudos recentes das pesquisadoras contemporâneas Hi‘ilei Julia Kawehipuaakahaopulani Hobart (2020), Tamara Kneese (2020), Sophie Toupan (2015), Alex Haché (2015) e mais uma vez Donna Haraway (2016; 2021) e Maria Puig de la Bellacasa (2017). Para compreender as características do território analisado, bem como do recorte mais específico sobre atuação na defesa dos direitos, da proteção e dos cuidados digitais foi importante a aproximação com os trabalhos desenvolvidos por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros, em especial, da Rede Lavits, como Graziela Natanshon, Marta Kanashiro, Fernanda Bruno, Henrique Parra e Rafael Evangelista. Algumas dessas autoras e autores abordam conceitos importantes também para a fundamentação teórica, pois indicam caminhos na condução metodológica da pesquisa de campo, uma vez que tanto seu pensamento como práticas questionam e sugerem um repensar do lugar da ciência e da/do pesquisadora/pesquisador diante de seus objetos de pesquisa e dão embasamento para explorar ecossistema dos saberes e potências em diferentes grupos, considerando toda sua diversidade e especificidades, inclusive no campo ativista. De maneira ampla, é possível encontrar pontos de conexão entre os trabalhos desenvolvidos e as reflexões propostas por todas as autoras/res citadas/es, que colaboram de maneira precisa no debate sobre as implicações nas construções sociais e culturais relacionadas aos usos das tecnologias, mais especificamente das TICs ao redor do mundo e também no Brasil. Seja por parte das empresas ou do Estado, os impactos nas subjetividades e nos modos de poder atuantes no cenário social, político e tecnológico brasileiro atual, todos são, portanto, de interesse nesse trabalho.

Dessa forma, é com esse conjunto de referências que reflito sobre minha trajetória como ativista e desejo investigar os esforços empregados por coletivos e coletivas tecnoativistas, feministas, brasileiras na busca por novas estratégias para comunicar e sensibilizar públicos onde os

temas da segurança digital e da privacidade ainda têm pouco alcance, como é o caso de movimentos sociais e populações periféricas<sup>15</sup>. E, dentro deles, grupos de mulheres e pessoas não binárias que têm fortalecido a atuação e o impacto nas lutas por direitos, pela sobrevivência, através do respeito às culturas, epistemologias e especificidades dos usos tecnológicos e práticas de segurança e cuidados locais e anticapitalistas, como a Rede Transfeminista de Cuidados Digitais. Essa análise sinaliza um fenômeno com força política, de interesse para os campos ativista e acadêmico, em diferentes áreas, especialmente para os Estudos Feministas de Ciência e Tecnologia. Assim, a reflexão empreendida nessa pesquisa se debruçou também sobre as alternativas encontradas por aquelas, aqueles e aquelas que se propõem aumentar a proteção e os cuidados individuais e coletivos, e sobre os aspectos desafiadores enfrentados, ao passo que questionam e desvelam estruturas do capitalismo do século XXI.

Com relação ao trabalho de campo este projeto de pesquisa pretendeu proporcionar espaços e oportunidades de debates envolvendo um importante agente do campo em estudo, a Rede Transfeminista de Cuidados Digitais, com intuito de provocar reflexões e produzir registros que permitam àquelas/àqueles/aqueles que no futuro tenham interesse em seguir promovendo e desenvolvendo, dentro do campo dos Estudos Feministas de Ciência e Tecnologia, o debate sobre como interações tecnológicas impostas pelo contexto do capitalismo de vigilância têm, por um lado, reforçado padrões de dominação e facilitado práticas de vigilância sobre determinadas populações, e por outro, as iniciativas de resistência, como os desenvolvidos por um campo do tecnoativismo.

Espera-se com isso fortalecer a ampliação dos espaços de discussão, reconhecimento e valorização dessas práticas no campo acadêmico e também ativista, podendo ainda colaborar nos espaços de construção e implementação de políticas públicas.

Compreender o fazer científico e acadêmico em aliança com perspectivas ativistas de transformação da realidade expõe a já conhecida impossibilidade de neutralidade e objetividade da ciência, e assume esse amálgama para criar pontes entre o que se reconhece em geral como diferentes campos e áreas de conhecimento e da prática; é o que move esse pesquisa e vai ao encontro do que Donna Haraway defende:

Na medida em que uma explicação científica tenha sido capaz de se relacionar com esta dimensão do mundo como objeto de conhecimento, um conhecimento fiel pode ser imaginado e pode nos solicitar. (HARAWAY, 1995, p. 36)

---

<sup>15</sup> Essa perspectiva não desconsidera a importante existência de grupos como, por exemplo, o Núcleo de Tecnologia do MTST <https://nucleodetecnologia.com.br/> ou de coletivos como <https://quebra.dev/> ainda que ressalte a importância da abordagem feminista.

Dessa forma a presente dissertação pretende ainda estimular novas possibilidades de alianças entre o universo acadêmico e as práticas ativistas, para que outras formas de valorização, reconhecimento e colaboração entre os envolvidos possam acontecer, sobretudo no que diz respeito ao campo da divulgação científica e sua importância quando se trata em abrir diálogos, dar acesso à informações e coerência entre produção científica e prática cotidiana. Não é necessário escolher entre fazer ciência ou políticas, esses são tempos de assumir o fazer científico e político juntos e explícitos.

O texto a seguir está dividido em 4 capítulos: Capítulo 1: Método Tentacular; Capítulo 2: Rede Transfeminista de Cuidados Digitais; Capítulo 3: Tecnologias de informação e comunicação entre opressões e resistências; Capítulo 4: Cuidados – Sobrevivência, preservação e ferramenta de enfrentamento político e, por fim, as Considerações finais. No primeiro capítulo a/o/e leitora/leitor/leitore da início ao trajeto partindo para um mergulho através de um texto que vai percorrendo o universo teórico feminista de Donna Haraway para, em diálogo com outras/os/es pensadores que tanto inspiraram e inspiram o universo da tecnologia e da filosofia, para se aproximar da proposta de método de pesquisa que será apresentada ainda neste capítulo. Tal proposta almejou expressar um fazer científico em conjunto, entre teias e tentáculos, como será explicado mais adiante. Em seguida, no Capítulo 2, são apresentados contextualização teórica e campo, o qual foi pano de fundo para esse percurso, abordando o contexto do capitalismo de vigilância e do vigilantismo no Brasil. Nos Capítulos 3 e 4 o cuidado é o centro da discussão até chegar nos cuidados digitais, uma imersão na compreensão de onde vem e o que significa esse cuidado convocado pelas tecnofeministas, para então compreender a escolha por abandonar o termo segurança digital em prol da adoção do termo cuidados digitais e suas implicações no campo prático, movimento que nomeio de “giro do cuidado”. Seguindo o percurso e caminhando para o final, o texto apresenta também, com um pouco mais de detalhes, a Rede Transfeminista de Cuidados Digitais, grupo escolhido para a pesquisa de campo.

É importante ressaltar que este trabalho carrega uma particularidade, uma vez que o contato prático com o campo pesquisado não aconteceu apenas para a realização da pesquisa de campo do mestrado, mas ao longo de um trajeto de anos de atuação profissional e ativista, dentro desse campo de interesse. Portanto, as ideias, impressões e análises compartilhadas ao longo do trabalho advém dos registros, materiais, memórias e produções feitos por mim, ou coletivamente nos espaços de atuação, ou mesmo produzidos por outros grupos e/ou pessoas e compartilhados e que, ao longo

desse tempo, fui coletando e guardando com diferentes objetivos, mas que ao final, reunidos, se tornaram parte do material que deu embasamento ao trabalho de campo. Ainda assim, complementar a isso, com o objetivo de atender à essa pesquisa, foram realizados em outubro de 2023, junto com a RTCD, dois encontros, cada um com o objetivo de trabalhar coletivamente em cima de dois conceitos centrais: cuidados digitais e infraestruturas de afeto<sup>16</sup>. Ao mesmo tempo que produziu material para essa pesquisa, os encontros foram desenhados com a intenção também de proporcionar ao grupo momentos dedicados a revisitar sua própria trajetória e a partir dela pensar sobre os temas em questão e poder registrar os frutos dessa reflexão servindo como material a ser compartilhado aqui e também para utilização da própria RTCD, caso seja de interesse. Esse formato dos encontros buscou oferecer à RTCD um pouco daquilo que a própria Rede oferece ao campo, aos grupos com os quais trabalha. Partindo disso, os encontros, que tiveram o formato online (integrantes da RTCD moram em diferentes regiões do Brasil) e 2h de duração, tiveram um formato e uma estrutura parecidos com os que a Rede utiliza em suas atividades, tendo como inspiração metodológica, além da ideia de tentacularidade, o registro de experiência. Foram consideradas então, experiências, análises e trocas vividas em um percurso de aproximadamente oito anos, assim não há uma narrativa linear, em separado, sobre o período de trabalho de campo, o que acontece é que este vai surgindo, emergindo e submergindo, em todo o texto, desde a apresentação, através de uma análise crítica, construindo um trançado entre experiência prática e construção teórica. Essa particularidade é o que justifica as escolhas das autoras/autores, conceitos e exemplos. A pesquisa de campo, então, serviu não como um espaço para observação da rede mas, através dos encontros, para fazer emergir os processos, a experiência, a criação espaços seguros de construção coletiva, firmando esse compromisso entre academia e ativismo. Ao final desta dissertação, as considerações que se seguem .

---

<sup>16</sup> Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unicamp, conforme Parecer nº 6.031.740 e CAAE 66978823.6.0000.8142, emitido em 29/04/2023. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o respeito às diretrizes éticas da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

## CAPÍTULO 1 - Método tentacular

Este primeiro capítulo tem a intenção de levar a leitura por um percurso sobre alguns conceitos e ideias desenvolvidas e bastante presentes nos Estudos Feministas. O capítulo tem um eixo central nas ideias de Donna Haraway mas vai se conectando à outras/outros/outres pensadoras/es e pesquisadoras/es. A ideia é que antes de entrar diretamente no tema pesquisado, seja apresentada uma proposta sobre o fazer pesquisa, ao mesmo tempo em que apresenta como se deu o caminho metodológico da presente pesquisa de mestrado.

Essa proposta surge muito na crença de que não há possibilidade de fazer ciência, pesquisa, sem partir de um incômodo, uma provocação, e se incomodar diante do contexto em que estamos vivendo, torna-se ético. É buscar, como sugere Donna Haraway (2016), “a possibilidade de viver e morrer bem”.

A escolha da metodologia de pesquisa a ser aplicada para a coleta e análise de informações e dados, é uma importante etapa do desenvolvimento de uma investigação, decidir sobre usar essa ou aquela metodologia é uma ação tão política quanto investigativa e corresponde muito mais a uma agência que a uma simples observação do fenômeno ou dos sujeitos pesquisados. Partindo das proposições feitas por Donna Haraway ao longo de toda sua obra e resgatando conceitos abordados em “Saberes Localizados” (1995) e “*Staying with the trouble*” (2016), obra mais recente na qual aborda o “pensamento tentacular”, surge a presente proposta metodológica que oferece como conceitos centrais a parcialidade e a “tentacularidade”. Nomeado aqui como “método tentacular”, nasce como um convite à busca da compreensão de fenômenos sociais, complexos, de múltiplas dimensões, através da diversidade e da coletividade necessárias para isso. A imagem dos tentáculos, proposta por Haraway, explicada melhor ao longo do texto, serve aqui como um conceito para o fazer científico voltado às conexões, alianças, cooperações, parcialidades e aprofundamentos nas investigações. A escolha desta proposta metodológica para esta pesquisa se deu pelo entendimento de que, através do método tentacular, seria possível uma abordagem capaz de abarcar a análise de um fenômeno ainda em processo, que está sendo construído por diversas mãos, tentáculos, *clicks*, *hardwares*, antenas, sinais... Nesse caso, foi utilizado para auxiliar no estudo e no descortinamento das formas de exercício de poder e controle insistentemente presentes no desenvolvimento científico e tecnológico, assim como no reconhecimento das construções de mundo, de ciência e objetividade, e mais especificamente a partir da compreensão sobre os usos, relações e experiências de mulheres e tecnologias, principalmente as tecnologias de informação e

comunicação (TICs) no contexto do capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2018). Sua escolha aqui carrega ainda a importante noção de que a construção de saberes nunca acontece individualmente, ainda que os processos possam ser pessoais, os conhecimentos surgem das interações coletivas, assim a tentacularidade marca todos aqueles que passaram direta ou indiretamente sobre meu percurso de pesquisa e que de alguma maneira pudemos tocar nossos tentáculos. Meu papel aqui como pesquisadora ativista é de poder conectar e reconectar pontos desse grande emaranhado que me cerca. Dessa forma as ideias aqui defendidas não são propriedade individual, tão pouco grandes descobertas apenas minhas, mas são a organização, o registro e a construção de pensamentos, experiências e saberes compartilhados comigo. As ideias centrais são orientadas pelo trabalho de Donna Haraway, mas dialogam com outras/outras pensadoras/pensadores e teóricas/teóricos que complementam e reforçam o caminho que será proposto a seguir.

### **1. 1. Um incômodo pode também ser promissor**

Em seu livro “*Staying with the trouble*” (2016), traduzido para o português como “Ficar com o problema”<sup>17</sup>, a bióloga e filósofa Donna Haraway apresenta, logo nos três capítulos iniciais, figurações metodológicas denominadas por ela como (i) “figuras de linhas”, “(ii) simpoiesis” e (iii) “pensamento tentacular”, respectivamente. De maneira geral, a ideia contida nas três figuras está centrada na proposta de gerar conexões articuladas, como uma prática para, o que a autora considera como, “viver e morrer bem” (HARAWAY, 2016), de maneira recíproca, ou, em cooperação, para sobrevivermos a um presente conturbado. Trazendo para a prática científica é interessante pensar numa prática de múltiplas conexões, capazes de afirmar a natureza temporalmente localizada do conhecimento ao mesmo tempo em que não abre mão dos relatos fiéis de mundo, criando conhecimento a partir da inclusão de todas as partes envolvidas nos processos. Inspirada na imagem do jogo conhecido como “cama de gato”, a autora evoca uma construção sustentada pela tensão entre os fios, capaz de existir apenas a partir da relação em conjunto, tendo em cada ponta dessa estrutura um diferente ser, como explica no trecho a seguir:

---

<sup>17</sup> A escolha do termo “seguir” no lugar de “permanecer” como tem sido adotado em muitas traduções não oficiais para a língua portuguesa, se dá justamente pela ideia de movimento interpretada aqui e explicada mais adiante no texto. A ideia de movimento na construção de ideias e práticas é muito presente em toda obra de Haraway e aparece mais em “*Staying with the troubles*” (2016). Na época da escrita deste texto para qualificação, o livro ainda não havia sido traduzido oficialmente, o que aconteceu no ano de 2023, publicado com o título “Ficar com o problema”.

Eu penso em SF<sup>18</sup> e nas figuras de linha em um triplo sentido de figuração. Em primeiro lugar, puxando promiscuamente fibras de práticas e eventos densos e coagulados, tento seguir o caminho dos fios para que possa rastreá-los e encontrar seus emaranhados e padrões cruciais para acompanhar o problema no tempo e em lugares reais e particulares. (HARAWAY, 2016, p.3. Tradução minha)<sup>19</sup>

O que é proposto pela filósofa é um tensionamento dos fundamentos científicos modernos, retirando o mecanicismo ou o atomismo da física clássica de uma centralidade, a partir da qual as outras ciências e cosmologias estariam sempre em relação, dando lugar a um pensamento que só é capaz de falar em seres e indivíduos a partir de sua existência em conexões, uma explícita crítica à ideia de Antropoceno<sup>20</sup>. Assim, um indivíduo que tente manter-se isolado do contexto é incapaz de sustentar sua existência. Para a autora, aquilo que chamamos de singularidade é uma individualidade parcial, ou, uma confluência de parcialidades, como uma totalidade que não é única em si, mas uma combinação de parcialidades, assumindo diferentes escalas, a depender da perspectiva (HARAWAY, 2016). Como um indivíduo e as bactérias que vivem em seu corpo e que são necessários para a sobrevivência uns dos outros, ou, como seres humanos e não humanos que compõem uma comunidade, uma rede ou um sistema. Nessa lógica, as bordas do corpo, as fronteiras entre interno e externo, entre si e o outro se tornam lugar indefinido e, algumas vezes, temporário. Haraway (2009) já defendia a ideia de fronteiras não definidas em o Manifesto Ciborgue, no qual o próprio mito da ciborgue em si representa essa ideia de confusão entre fronteiras, onde não se separa mais natureza e cultura. Quase 30 anos depois, Haraway volta a apresentar essa ideia de cooperação entre múltiplas espécies e suas inter-relações. Agora a autora deixa de lado a figura da ciborgue e toma como inspiração o mito da medusa<sup>21</sup> e/ou a imagem da aranha *Pimoa Chulh*, tecelã de suas redes; *seus* tentáculos, que fazem conexões e criam relações enquanto se movem e se transformam, desconectam e reconectam, num conceito que denota múltiplos contatos parciais, infinitos em possibilidades, finitos em números, porque a ideia de tentáculo parte sempre de um corpo situado (CHIODI, 2017), e é justamente na parcialidade do corpo e do saber situado que reside a potência.

<sup>18</sup> Conceito central do livro, SF é aqui um acrônimo para várias expressões: *String Figures*, *Science Fact*, *Science Fiction*, *Speculative Fabulation*, *Speculative Feminism*, *So Far*, *Scientific Facts*.

<sup>19</sup> Versão original: “First, promiscuously plucking out fibers in clotted and dense events and practices, I try to follow the threads where they lead in order to track them and find their tangles and patterns crucial for staying with the trouble in real and particular places and times.”

<sup>20</sup> Antropoceno é um termo formulado por Paul Crutzen (2000), Prêmio Nobel de Química de 1995. O prefixo grego “antropo” significa humano e o sufixo “ceno” refere-se às eras geológicas. Esta seria a era na qual estamos vivendo, a época dos humanos.

<sup>21</sup> <https://pt.wikipedia.org/wiki/Medusa>

O título do livro de Haraway, “Ficar com o incômodo”, reforça algumas ideias desenvolvidas pela filósofa ao longo de sua obra:

(i) sugere que continuemos nos movimentando mesmo com o reconhecimento da presença do incômodo, sem ignorá-lo, tão pouco não agir para transformá-lo;

(ii) seguir pontuando o incômodo, enquanto nos movemos para transformá-lo ou nos transformar;

(iii) quando apontamos questões a serem transformadas em estruturas sólidas de poder, tomamos o lugar do incômodo e queremos seguir incomodando, até que haja transformação.

Partindo das provocações de Haraway, e de parte dos Estudos Feministas de Ciência e Tecnologia, suas concordâncias e tensões, para uma prática metodológica em estudos de gênero no campo da Ciência e da Tecnologia, é fundamental que pesquisas que abordem tal tema não se resumam simplesmente a análises sobre o uso da tecnologia e de aparatos tecnológicos por mulheres. Deve-se compreender que essas são chaves de interpretação e compreensão mais ampla das estruturas de sociedades, das divisões sociais impostas. A proposta aqui apresentada, de “método tentacular”, parte de uma compreensão de que análises quantitativas dão conta de uma parte de questões importantes e complexas, apontam características e pistas para a interpretação de fenômenos, no entanto, não dizem tudo. Principalmente quando se trata de pesquisas aprofundadas nas questões de gênero, ligadas à processos de subjetivação, relações, mesmo que entre humanos e não humanos.

## 1. 2. Como começar

Nyame ficou maravilhado, chamou todos de sua corte dizendo: Anansi trouxe o preso que peço por minhas histórias. De hoje em diante e para sempre elas pertencem a Anansi. Anansi maravilhada e um pouco desastrada desceu por sua teia de prata levando consigo o baú de histórias, até o povo de sua aldeia. Acontece que, quando ela chegou na terra ela tropeçou e o baú se abriu, dessa forma as histórias se espalharam pelos quatro cantos do mundo. Dadas as analogias possíveis entre céu e nuvem, narrativas dominadas e dominadoras, eu pergunto: quem está concentando e quem acessa as histórias as da govenança da internet? Quais preços estão sendo cobrados às herdeias e herdeiros de Anansi para ter direitos a esse baú de daods que contam nossas histórias? (Thiane Neves em fala na Sessão Principal 1 – Tecnodiversidade e colonialismo digital: Imaginando outros futuros, no Fórum da Internet do Brasil 14, em Curitiba, em maio de 2024) <sup>22</sup>

---

<sup>22</sup><https://www.youtube.com/live/EIIOGM1o8z0?si=nCbvDh1crYRYndPS>

Uma forma de começar investigações através do método tentacular pode ser através da prática da atenção, da escuta, ouvir e contar histórias. No caso dos estudos de gênero e tecnologia, ouvir e contar histórias é mais do que permitir e ampliar o contato com as diversas experiências e vivências das mulheres com aparatos tecnológicos.

É falar sobre tudo que está contido nessas relações e, sobretudo, como seguir com os diversos **incômodos**, sem buscar encontrar soluções absolutas a essas questões ou conclusões definitivas aos fenômenos (HARAWAY, 2016). No lugar disso, deve-se assumir as diferenças entre os grupos que compõem as sociedades e a interseccionalidade presente, para buscar reconhecer, assim, as ausências persistidas em muitos desses lugares. Ficar com o incômodo para dentro e para fora, apontá-lo, localizá-lo, assumi-lo, assumir-se, transformá-lo em movimento, para vida e não para o (acelerado) fim. Além disso, a autora deixa claro que o corpo tentacular vai se movendo enquanto faz suas conexões e desconexões, então não permanece, mas segue com o incômodo, não para reproduzi-lo, mas a fim de transformá-lo. “Seguir com”, inclusive, indica um movimento a ser realizado junto.

### 1. 3. Objetividade para quem?

Dialogar com diferentes pensadoras e pensadores conectar-se e desconectar-se total ou parcialmente de teorias, a fim de encontrar proposições aos incômodos, dá também movimento ao método tentacular.

Ao longo de sua trajetória, Haraway tem como aliada a teoria feminista *standpoint ou perspectivista*, mas estabelece com ela também tensões importantes, um ponto de vista crítico, um movimento de aproximar-se e afastar-se, como o que acontece em seu diálogo com Sandra Harding (1986; 1987; 1991), importante pensadora do *standpoint*. Essa tensão concentra-se no conceito de objetividade científica e consiste na defesa de que um saber situado é mais do que um lugar de onde se afirma e reafirma, mas a partir do qual é possível se deslocar, se conectar com outros pontos de vista que podem causar alinhamentos, estranhamentos e até mesmo a compreensão de um não saber, e daí a importância de situar social e historicamente a produção de conhecimento científico (HARAWAY, 1995). O que Haraway propõe indiretamente com a ideia de situar é que, e justamente por isso, seria contraditório para as feministas perspectivistas reivindicarem para si o poder de revelar a objetividade absoluta. Sobre essa questão, a teórica feminista Jane Flax (1990, 1991) explica que apenas seria possível se o próprio feminismo estivesse fora dos engendramentos

históricos e se, dentro do próprio feminismo, não houvessem diferentes contextos sociais e políticos. Ou seja, seria contraditório para as feministas reivindicarem a capacidade de revelar uma única versão da verdade, pois o conhecimento produzido a partir do pensamento feminista perspectivista, ainda que crítico, também é parcial, e não necessariamente mais objetivo que outros. Se há interesse político, há parcialidade. Se, em um determinado momento, Haraway se conecta ao feminismo radical, perspectivista, como ponto de partida para uma crítica ao fazer científico, conforme vai caminhando se desconecta, não completamente, não para negá-lo, mas para propor uma alternativa que assuma as parcialidades, que não abandone critérios de objetividade, como assim o fez a crítica feminista pós-moderna. Ao contrário, que a fortaleça, a partir de um lugar, e por isso mais uma vez a importância de situar, social e historicamente.

Eu, e outras, começamos querendo um instrumento afiado para a desconstrução das alegações de verdade de uma ciência hostil, através da demonstração da especificidade histórica radical e, portanto, contestabilidades, de todas as camadas de cebola das construções científicas e tecnológicas, e terminamos com uma espécie de terapia de eletrochoque epistemológica que, longe de nos conduzir às questões importantes do jogo de contestação das verdades públicas, nos derrubou vítimas do mal da personalidade múltipla autoinduzida. (HARAWAY, 1995, p.13)

Assim, em “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, Haraway (1995) busca superar o debate relativismo x construtivismo social, e ao mesmo tempo, convoca ao debate o feminismo perspectivista, mais especificamente as ideias de Harding (1987) sobre objetividade. Ao convocá-la, Haraway não a abandona, assume e reforça a necessidade dos relatos reais, mas questiona as ideias defendidas por ela mesma, quando ambas ainda compartilhavam das ideias do feminismo pós-moderno e mais radical. Dessa alternativa, Haraway (1995) propõe então uma “objetividade corporificada”, situando o sujeito implicado e seu campo de “visão”. Assim, cria um contraponto às noções de neutralidade e objetividade da ciência moderna, ao passo que provoca o feminismo perspectivista sobre a inexistência de um ponto de vista “inocente”, e ainda, alerta para a possibilidade de instrumentalização da visão seja no método, na teoria ou na tecnologia.

Sendo assim, uma vez que assume que não há neutralidade ou uma visão transcendente, capaz de alcançar a tudo e, tão pouco, ser inocente, Haraway (1995) faz importantes contribuições para o campo dos Estudos Feministas de Ciência e Tecnologia, e também para a proposta de método tentacular, como a ideia de “visão objetiva” e de “responsabilidade” sobre o que se produz como prática e conhecimentos científicos. Mais tarde, Harding aceita as colocações de Haraway em

relação à objetividade e elabora a ideia de “objetividade forte”, “na qual assume que os compromissos sociopolíticos, favoráveis à diversidade, e os compromissos epistêmicos e científicos com a objetividade, não precisam ser necessariamente conflitantes” (AYMORE, 2017, p.175). Dessa maneira, os Estudos Feministas seguem desvelando as “doutrinas da objetividade” da ciência moderna que colocam em ameaça direta a ideia de agência e dos relatos de realidade, tão caros às feministas, em resumo: “objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados” (HARAWAY, 1995, p.18).

#### 1. 4. Como localizar

Localizar, ou situar, significa, para a autora, assumir uma posição de responsabilidade, uma posição social e histórica e tornar mais fácil a percepção dos mecanismos estruturantes, produtores e mantenedores de desigualdades, controle e discriminação (HARAWAY 1995) a partir do ponto de vista daquelas, daqueles e daqueles que estão à margem do sistema, com o cuidado de não romantizar essa perspectiva. Como explica no trecho:

Há grande valor em definir a possibilidade de ver a partir da periferia e dos abismos. Mas aqui há um sério perigo em se romantizar e/ou apropriar a visão dos menos poderosos ao mesmo tempo que se alega ver desde a sua posição. Ter uma visão de baixo não é algo não problemático ou que se aprenda facilmente, mesmo que ‘nós’ ‘naturalmente’ habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados. Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação, isto é, seja do modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica. As perspectivas do subjugados não são posições ‘inocentes’. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que têm menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo o conhecimento. Elas têm ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento – com maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo que se alega ver tudo. (HARAWAY, 1995, p.22-23).

Em artigo sobre os Estudos Feministas das Ciência e Tecnologia, Márcia Tait (2017), explica que Haraway, ao falar sobre o conceito de “localizar”, diz sobre o reconhecimento da responsabilidade e da objetividade sobre a produção de pesquisas e conhecimentos. Ao localizar é possível considerar os marcadores capazes de evidenciar as diferentes opressões sobre grupos, tornando objetivamente concretas estruturas socioculturais. Se o pensamento tentacular, apresentado por Donna Haraway, atenta-se às conexões e relações entre os seres, então, as relações de produção de conhecimento que compõem a epistemologia ocidental, patriarcal, eurocêntrica são percebidas como **incômodos** a serem apontados e que devem permanecer nos incomodando

enquanto hegemônicas nos ambientes de produção de conhecimento científico, sobretudo no sul-global. Mas há um ponto muito importante ainda no que se referem as tensões entre o pensamento do feminismo de ponto de vista e Haraway, no que diz respeito à objetividade. Enquanto para o primeiro, o gênero é um lugar fixo, que se reafirma todo o tempo, para a filósofa gênero, classe, raça ou etnia, são relações a serem consideradas e situadas ou localizadas, já que essas também são construções e significados dados aos corpos. Para a autora:

O gênero é sempre uma relação, não uma categoria pré-formada dos seres ou algo que possa ser possuído. O gênero não pertence mais às mulheres do que aos homens. Gênero é a relação entre categorias de homens e mulheres (...) constituídas de formas variadas, e diferenciadas por nação, geração, classe, linhagem, cor e muitas outras coisas. (Haraway, 1998, p. 19, tradução livre. )

Dessa forma, para Haraway, não é o gênero, a raça ou a cor que devem ser considerados, tão pouco negados, muito menos tomadas como leis universais, o que deve-se considerar são as relações e as construções sobre os corpos. Essas construções e significados criados pelas teorias críticas modernas precisam ser levadas em conta, pois não podemos apagar contextos históricos, mas produzir olhares críticos, considerando poder, política e objetividade para gerar novos significados, como explica no trecho:

[...] precisamos de uma rede de conexões para a Terra, incluída a capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes –e diferenciadas em termos de poder. Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro. (HARAWAY, 1995, p. 16)

Essa é uma contribuição fundamental para o fazer científico, de uma maneira geral, pois aponta para o fato de as escolhas teórico-metodológicas se tornarem uma maneira de instrumentalizar um ponto de vista sob um objeto pesquisado, nas palavras da autora:

[...] A perspectiva parcial pode ser responsabilizada tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos. [...] A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver. (HARAWAY, 1995, p.21).

Assumir o lugar de pesquisadora/pesquisador interessada/de nessa perspectiva passa por, antes de qualquer coisa, reconhecer as diferenças e contextos em que estão inseridas pessoas, na categoria de mulher, pelo mundo, sobretudo no do sul-global e, aqui, mais especificamente falando,

no Brasil, com suas realidades atravessadas por múltiplas práticas locais. E, em grande medida, seguem sendo pessoas a quem o desenvolvimento tecnológico não se destina a fim de que ocupem espaços de desenvolvedoras, programadoras, pesquisadoras, teóricas ou cientistas, restando apenas um lugar, o de usuáries consumidores, levando à práticas e apropriações tecnológicas pré-determinadas por outros atores, interessados na manutenção e no controle das estruturas de poder.

Quando se considera a interseccionalidade entre essas mulheres, essas questões vão se agravando. Se o número de mulheres como administradoras de sistemas, usuárias plenas e desenvolvedoras de tecnologia, no Brasil, ainda é pequeno, o número de mulheres negras trans das regiões norte e nordeste nestas funções, por exemplo, é ainda muito menor.<sup>23</sup>

Diante disso, investigações envolvendo tecnologia, sob uma perspectiva “neutra”, sobretudo no contexto atual, de uma quase ubiquidade dos aparatos tecnológicos vigilantistas, dos modelos de negócio nos quais a internet tem se estabelecido e sua incessante coleta de dados - pilares do capitalismo de vigilância -, tendem à visões apocalípticas com apologias à frustração do plano original e utópico do qual supostamente teria nascido a “neutra”<sup>24</sup> rede de computadores. Isso requer um importante cuidado, antes de declarar que a internet possa ter “dado errado”<sup>25</sup> é preciso considerar que existem muitos grupos que ainda estão em processo de apropriação científico-tecnológica e ocupação dos ambientes digitais, como populações marginalizadas, entre elas as próprias mulheres de maneira geral. Esses grupos vêm batalhando e reivindicando o direito de usufruir dos desenvolvimentos tecnológicos e seus benefícios, de maneira igualitária, por usos inclusivos, representativos, antirracistas, não violentos, feministas e democráticos. Tudo isso reforça a urgência de seguir com este **incômodo**.

O que está em jogo na proposta de método tentacular é a capacidade de prestar atenção, explorar essas “novas” relações possíveis, tensioná-las, localizá-las, nomeá-las, a partir do que Haraway (2016) propõe como Chtuluceno, o tempo tentacular (referência a aranha *Chulu*, citada no início do texto).

---

<sup>23</sup> Análise dos dados da Pesquisa CeTIC Domicílios 2021. Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2021. pode ser acessado em [https://data.cetic.br/explore/?pesquisa\\_id=1&unidade=Usu%C3%A1rios](https://data.cetic.br/explore/?pesquisa_id=1&unidade=Usu%C3%A1rios). Acessado em 28 de maio de 2023.

<sup>24</sup> Sobre o fim da neutralidade da rede nos EUA - <https://www.efe.com/efe/brasil/tecnologia/lei-que-acaba-com-neutralidade-da-rede-nos-eua-entra-em-vigor/50000245-3645745>

<sup>25</sup> <https://revistaforum.com.br/noticias/a-internet-deu-totalmente-errado-diz-fundador-do-the-pirate-bay/>

### 1. 5. Ainda sobre ouvir e contar histórias (incluindo as minhas próprias)

Novas formas de atenção pedem novas práticas e a revisão das antigas, de maneira pragmática, em se tratando de pesquisas qualitativas, tanto a etnografia, o registro de relatos, entrevistas semiestruturadas, quanto círculos de cultura e tantos outros modelos podem funcionar no ouvir e contar histórias do método tentacular. As trocas possíveis no observar, no dialogar e no compartilhar permitem, tanto à pesquisadora ou ao pesquisador, bem como ao próprio sujeito de interesse da pesquisa, a possibilidade de se deslocar, adotar um novo olhar, um pensar, sobre suas próprias práticas cotidianas. Optar pela adoção de uma abordagem qualitativa – especialmente em investigações sobre as relações sociais, tão complexas quanto as que envolvem gênero - e como elas se manifestam nas experiências com a tecnologia - a partir das práticas, ora coletivas e ora individuais, é seguir um caminho metodológico que permite olhar de maneira mais aprofundada as subjetividades e interatividades envolvidas no fenômeno, que não são identificadas nos cruzamentos de dados quantitativos disponíveis para análise. Nas palavras de Haraway, “importam que histórias fazem mundos, que mundos fazem histórias (HARAWAY, 2016, p.12). Isso permite ir além do como, para entender o porque das escolhas, das ações, dos significados, das relações, do sentir e das conexões nos campos de pesquisa. Permitem verificar hipóteses e, principalmente, deixar possibilidades, tentáculos, caminhos, fios a serem explorados em estudos futuros.

Uma análise da “Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros” em 2019<sup>26</sup>, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), mostra que os padrões de acesso à internet, por exemplo, masculino e feminino são bastante diferentes, sendo as mulheres a maioria (63%) no uso de internet móvel (3G e 4G), apenas por franquia limitada, através de dispositivo móvel, o celular. Com base em dados apenas quantitativos como esse, o estudo revela, ainda assim, algumas importantes características sobre a maneira como se dá o acesso à internet por uma parte considerável de mulheres no Brasil, como por exemplo, o fato de que essas mulheres possivelmente estiveram mais expostas a necessidade de um acesso à redes sociais através do *Zero Rating*<sup>27</sup>, já que estavam restritas às franquias limitadas. De posse dessa hipótese, o que mais poderia ser compreendido sobre os usos e as relações dessas mulheres

<sup>26</sup> CETIC.br. Três em cada quatro brasileiros já utilizam a internet, aponta pesquisa TIC Domicílios 2019. Acessado em 15 de dezembro de 2020 em <https://cetic.br/pt/noticia/tres-em-cada-quatro-brasileiros-ja-utilizam-a-internet-aponta-pesquisa-tic-domicilios-2019/>

<sup>27</sup> *Zero-rating* é uma forma de fornecer acesso à internet praticado por algumas operadoras. Neste modo, essas empresas alegam não haver custos financeiros para os usuários para a utilização de alguns aplicativos ou serviços, limitando o acesso a determinados sites e incluindo nos serviços publicidade. No caso do Brasil, a prática do *zero rating*, realizada através do descumprimento da neutralidade da rede, é uma postura que contraria as diretrizes para políticas de universalização e de segurança da internet, papel do Estado e presente no Marco Civil da Internet e em seu Decreto Regulamentador nº 8771/2016.

com a rede de computadores?; Com uma conexão tão restrita, a que tipo de conteúdos têm tido acesso?; Como se dão os fluxos de suas comunicações?; A partir dessa relação, como percebem a influência da internet em suas vidas?; Gostariam de modificar algo? Ou ir ainda mais fundo e entender como, onde e com quem aprendem a utilizar seus dispositivos; como se dão os primeiros acessos; de onde surgem dúvidas e dificuldades mais comuns; como lidam com problemas técnicos; como percebem suas privacidades em relação aos ambientes digitais; como se protegem, a si a seus dispositivos e como os aparatos tecnológicos colaboram em seus cotidianos, no enfrentamento das questões e desafios diários, no contexto familiar, em suas comunidades ou no trabalho. Pensando em recortes geográficos, como se dão os usos das TICs entre mulheres de uma determinada região, ou, como são desenvolvidas aplicações e ferramentas a partir da experiência de determinado grupo de usuárias, ou ainda, como grupos ativistas vêm desenvolvendo estratégias para reduzir os impactos das desigualdades entre gêneros e o uso ou o acesso à tecnologias digitais. Essas são apenas algumas das possibilidades de investigações possíveis a partir do ouvir e contar histórias.

Ao propor o método tentacular para este estudo, ou qualquer outro estudo que se interesse, pretende-se compor com as investigações de gênero no campo dos Estudos de Ciência e Tecnologia, um exercício de pensar o que importa, o que continua importando, tentar articular mais as discussões sobre a manifestação das desigualdades de gênero no campo, em um contexto sul-global, latino-americano e brasileiro, compreendendo os fatores que orientam as escolhas e as experiências das mulheres desses territórios.

A partir das provocações de Haraway sobre uma cooperação multiespécies, esta proposta buscou entrelaçar as percepções de campo desta mulher-tecnoativista-pesquisadora do sulglobal (ou trickster, como veremos) em aliança com o debate teórico feminista, com intuito de estimular uma busca pela compreensão, ainda, de como se dá o “fazer-com”<sup>28</sup> (outro conceito trabalhado pela filósofa), entre humanos e tecnologia, mais especificamente entre mulheres e as TICs.

Buscando um lugar de onde realizar minha investigação, escolhi por assumir que ocupo esse lugar de borda, de fronteira, ora como pesquisadora, ora como parte atuante do campo de pesquisa, alguém com a possibilidade de transitar entre o que é, em geral, considerado como dois mundos ou de conectar meus tentáculos em múltiplas direções, para construir teias que fortaleçam práticas, teorias, saberes e conhecimentos, pra enfrentar um fenômeno compartilhado por todas, todos e todes.

---

<sup>28</sup> Tradução minha para o termo “make-with” que aparece pela primeira vez no livro “When Species Meet” de Donna Haraway (2008)

Curiosamente, esse lugar se aproxima muito de uma figura invocada diversas vezes ao longo da obra de Haraway e de Stengers, a figura do *trickster* ou do *coyote*, apropriados pelas autoras das culturas de povos indígenas do norte das Américas. Presente no folclore ou mitologia de diversas culturas, a ideia do *trickster* representa um ser capaz de atravessar fronteiras, transitar entre os dois lados, entre mundos, capaz de assumir formas diferentes conforme o interesse, que, em geral, é de desobedecer regras e normas de comportamento. Em artigo, a pesquisadora Shane Phelan conta que “o coiote pode aparecer como um humano, outro animal ou até mesmo um objeto, como *Driftwood*, quando atende seus propósitos. Este atributo facilita o engano e contribui para a má reputação do Coiote, mas serve para nos lembrar que as coisas nem sempre são como parecem” (PHELAN, 1996, p.135 - tradução minha)<sup>29</sup>. Gostaria, então, de utilizar essa ideia de um ser capaz do trânsito entre mundos, para situar a figura de mulher-tecnoativista-pesquisadora do sulglobal.

#### **1. 6. Com quem tecer os nós das teias, esticar o fios das figuras de linhas ou onde tocar os tentáculos, criar relações de cooperação ao longo do caminho.**

Ao invés de escolher apenas os pares na ciência, no método tentacular a ideia é assumir e praticar radicalmente a multiplicidade na composição das redes, tocando e tecendo com todas, todos e todes onde os tentáculos possam alcançar, das espécies que acompanham o corpo orgânico da pesquisadora/pesquisador, às autoras/autores, pensadoras/pensadores, teóricas/teóricos que inspiram, colegas de pesquisa e de trabalho, outras pesquisadoras/pesquisadores que compartilham interesses ou que refutem suas ideias, mas dispostos a dialogar, grupos e indivíduos e áreas de interesse, seres humanos e não humanos que compõe os ambientes e territórios observados, objetos de trabalho, tecnologias, dispositivos, crenças, fenômenos e incômodos. Nas palavras de Haraway, “muitos seres podem tocar as figuras de cordas, através de todos os tipos de membros e superfícies, desde que o ritmo de dar e receber seja mantido” (2016, p.10 – tradução minha)<sup>30</sup>.

A opção por aplicar esse método vai do interesse em buscar, além da multiplicidade, profundidade no exercício de especular alternativas possíveis e consistente diante dos contextos. O método tentacular, como aqui proposto, pretende ser uma alternativa àquelas, àqueles e àquelus que

<sup>29</sup> Versão original: “the coyote can appear as a human, another animal or even an object, such as Driftwood, when it serves his purposes. This attribute facilitates deception and contributes to the Coyote’s bad reputation, but it serves to remind us that things are not always as they seem.”

<sup>30</sup> Versão original: “String figures can be played by many, on all sorts of limbs, as long as the rhythm of accepting and giving is sustained”

queiram analisar questões de gênero no campo dos Estudos de Ciência e Tecnologia, afim de melhor compreender os padrões de cooperação que já existem e aqueles que possam surgir. É crucial que se considere olhar, além de variáveis quantitativas, características de acesso às tecnologias disponíveis, letramento digital, usos cotidianos e, ainda, considerar a lógica das percepções, emoções e afetos que moldam os relacionamentos com as tecnologias, com os ambientes digitais e considerar como cada indivíduo está inserido dentro de lógicas estruturais, sejam elas familiares, de trabalho, de lazer, de atuação política e outros. Através da compreensão dessas informações, aliadas às estatísticas parece, essa metodologia, um bom caminho para uma compreensão possível dos fenômenos que envolvem o campo de estudos de gênero e tecnologia e todo seu ecossistema.

## CAPÍTULO 2 - Rede Transfeminista de Cuidados Digitais<sup>31</sup>

Antes de apresentar a Rede Transfeminista de Cuidados Digitais (doravante, RTCD ou Rede), apresento pelo menos três fatores que levaram à escolha da RTCD para a pesquisa de campo deste trabalho: (i) se tratar de uma rede composta por alguns grupos tecnofeministas e por ativistas independentes atuantes no campo dos Cuidados Digitais, assim automaticamente já reúne diferentes representantes e vozes, contemplando as intenções aqui expressas; (ii) por sua composição e modo de atuação a RTCD também se caracteriza por expressar as transformações fundamentais no campo do tecnoativismo feminista que esta pesquisa buscou observar e analisar; e (iii) o fato de que grande parte da minha observação enquanto pesquisadora se deu junto com minha atuação como ativista dentro da Rede Transfeminista de Cuidados Digitais, permitindo falar do lugar que ocupo, de mulher-tecnoativista-pesquisadora do sulglobal.

Dentre as atividades realizadas pela Rede desde 2020, quando iniciei a pesquisa, às quais pude participar como integrante do coletivo, ou seja colaborando na construção e na realização, e também na observação como pesquisadora, escolhi para apresentar com mais profundidade aqui a Gincana Mostra. Essa escolha acontece por se tratar de um processo de aprendizagem online idealizado e realizado, na sua íntegra, pela Rede. Além disso a Gincana Mostra, sendo reconhecida como uma metodologia feminista, se tornou parte do material do FTX: Safety Reboot curriculum, uma plataforma que reúne materiais curriculares para auxiliar ativistas e defensores de direitos na construção de “espaços seguros, criativos e feministas para o intercâmbio de experiências, nos quais política e prática são temas abordados a partir das realidades locais e contextuais de mulheres e pessoas de gêneros diversos”<sup>32</sup>. Dessa maneira, nesta dissertação, como parte do trabalho de campo será apresentada a proposta da Gincana Mostra junto ao meu relato da experiência na realização da sua primeira edição.

A intenção desta pesquisa é mostrar como tem acontecido e refletido no campo ativista a transformação vivida por uma parte do campo tecnofeminista, transformação que aqui é chamada de “giro do cuidado”, que será representado com ações da RTCD. Por se tratar de um fenômeno relativamente recente, não foram observados no campo ativista conflitos em relação a essa

---

<sup>31</sup> Texto retirado de material fornecido pela Rede Transfeminista de Cuidados Digitais à pesquisa/

<sup>32</sup> Trecho retirado do texto de apresentação do FTX. Disponível em <https://ftx.apc.org/>

abordagem dos cuidados, estando os grupos que compõem a Rede, a princípio, alinhados sobre como atuar a partir desta perspectiva; o que se observou são variações, e não discordâncias, na compreensão do significado do cuidado e como isso se expressa na prática. Por sua vez, no campo acadêmico já existem pesquisadoras e pesquisadores olhando para esse fenômeno, ainda que em um número muito pequeno, mas que já apresentam algumas discordâncias no que diz respeito a compreensão de algumas práticas do campo do tecnofeminismo, como será visto no Capítulo 4, onde o cuidado será tratado mais profundamente. Também não há pretensão em conseguir apresentar o campo ou suas expressões em sua totalidade, o que seria impossível em apenas uma pesquisa de mestrado. O que se pretende, então, é apresentar um movimento de transformação que ocorre dentro do campo ativista tecnofeminista e dos Cuidados Digitais, o “giro do cuidado”, como isso tem gerado mudanças práticas, e que tem como um de seus expoentes a RTCD.

Apresentar a Rede ajuda a contextualizar tanto o campo observado ao longo desta pesquisa, bem como o cenário político brasileiro do período estudado, sinalizando que ambos fazem parte da realidade na qual estive imersa, observando e ao mesmo tempo vivendo as experiências que embasaram parte das reflexões aqui apresentadas. É importante também frisar que parte destas reflexões são uma construção coletiva envolvendo companheiras e companheiros que atuam na Rede, mesmo em seu formato mais expandido; de maneira tentacular.

## **2. 1. Visão Geral**

Em março de 2018, o país foi surpreendido com a execução, no centro da cidade do Rio de Janeiro, da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes. Marielle era uma liderança importante na atuação pela defesa dos direitos humanos, na luta dos movimentos negros, LGBTQIAPN+ e em iniciativas no combate às milícias e à violência policial contra jovens das favelas e comunidades do Rio de Janeiro. Naquele momento a tragédia trouxe, além da tristeza, as sensações de medo e vulnerabilidade para o campo ativista, funcionando como um alerta para a necessidade de colocar, junto a outras pautas urgentes, a proteção e a segurança de defensores, incluindo as seguranças digital e psicossocial, no centro das agendas de organizações, coletivas e coletivos em todo o território nacional.

O contexto político brasileiro, com a ascensão de grupos conservadores de extrema direita, diretamente ligados às forças militares e paramilitares, representado pela eleição de Jair Bolsonaro à

presidência, têm construído, ainda hoje, um cenário de disputa e perseguição política, que levam ao aumento das ameaças às liberdades e à democracia, agravando o contexto de violência, incluindo aquela vinda do Estado sobre seus opositores. O assassinato de Marielle se tornou caso emblemático desse contexto mas não está isolado, diariamente são relatadas perseguições e assassinatos de lideranças em todo o território brasileiro, ainda que não ganhem amplitude midiática. De acordo com o relatório publicado em setembro de 2024, “Vozes silenciadas, a violência contra as pessoas defensoras da terra e do meio ambiente”<sup>33</sup>, da organização Global Witness, o Brasil ficou em 2º lugar entre os dez países com maior número de assassinatos de defensores, superado apenas pela Colômbia.

Hoje é público que durante o governo de Jair Bolsonaro existia uma instância “extra-governamental”, ligada ao Estado, conhecida como “Abin paralela”, revelada na operação Última Milha da Polícia Federal<sup>34</sup>, que mostrou que funcionários públicos ligados à ABIN, utilizavam o equipamento estatal para realizar espionagem contra autoridades públicas, jornalistas e ativistas opositores ao governo de Jair Bolsonaro<sup>35</sup>. É importante ressaltar que, como uma herança do período de ditadura militar vivido pelo Brasil, a ABIN carrega consigo uma característica que a diferencia das agências de inteligência de outros países. Enquanto se espera que esses órgãos se dediquem a cuidar de perigos que possam vir de fora do país, no Brasil a ABIN trabalha muitas vezes espionando movimentos sociais e o campo da defesa de direitos, entendendo este como um inimigo interno, que atrapalha a ordem e faz frente ao Estado. Dessa maneira, essa forma de atuação da ABIN não é uma característica exclusiva do governo Bolsonaro. No entanto, o que chama a atenção nesse caso é que os espionados não representam ameaças à nação, mas sim à pessoa e à família de Bolsonaro. Como agravante, o Brasil ainda tem lidado com o uso das TICs para espalhar desinformação, utilizada como estratégia de manipulação política, além de enfrentar ataques cibernéticos que envolvem desde discurso de ódio, roubo e sequestro de informações até ameaças de morte.

É neste contexto que, também em 2018, nasce a RTCD, a partir do desejo de um grupo de tecnoativistas, treinadoras em segurança e cuidados digitais, em responder aos crescentes pedidos de apoio no fortalecimento da segurança de defensores de direitos, buscando proporcionar ações

---

<sup>33</sup><https://www.globalwitness.org/pt/more-2100-land-and-environmental-defenders-killed-globally-between-2012-and-2023-pt/>

<sup>34</sup><https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/policia-federal-deflagra-quarta-fase-da-operacao-ultima-milha>

<sup>35</sup><https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/07/18/alvos-espionagem-abin-paralela-depoimentos.htm>

coletivas no enfrentamento à crise que se instalava sobre o Brasil. Fazem parte da RTCD hoje as organizações Coding Rights, MariaLab, Vedetas, Clandestina, Blogueiras Negras e InterSecLab (Blogueiras Negras e InterSecLab foram as organizações mais recentes a entrar, na época da criação da Rede a Escola de Ativismo era uma das organizações participantes mas deixou a Rede em 2022) e ativistas autônomas, com experiências em diferentes áreas de atuação, territórios, repertórios e que carregam principalmente o interesse pelos direitos e cuidados digitais. São, em sua maioria, pessoas não-binárias, mulheres cis, transgênero, brancas, negras e amarelas moradoras de diferentes regiões do Brasil, atualmente das regiões Norte, Nordeste e Sudeste, com idades entre 28 e 40 anos. Para além das diferentes regiões, carregam outros aspectos diversos, como realidades socioculturais e formações profissionais. E atuam em áreas relacionados à defesa dos direitos reprodutivos e direitos das mulheres, direitos LGBTQIAPN+, defesa de territórios e meio ambiente, luta contra o racismo, antiproibicionismo, jornalistas e comunicadores populares, representantes nos poderes públicos e outros que possam se relacionar.

Como a grande maioria dos coletivos e organizações que integram o terceiro setor no Brasil, a RTCD vive da captação de recursos para a execução de seus projetos, através de editais, apoios emergenciais, fundos, bolsas, premiações. Com isso, as atividades oferecidas pela RTCD são sempre gratuitas aos participantes, pois os recursos para a realização dos eventos são sempre garantidas pela captação, e as inscrições podem acontecer através de editais, chamadas públicas ou convites, feitos diretamente às organizações ou pessoas.

Atualmente a Rede possui um núcleo composto por cerca de 11 pessoas que atuam mais de perto em questões burocráticas, de gestão financeira, gestão dos projetos e tomadas de decisões estratégicas, esse grupo também é responsável por manter as atividades de manutenção da Rede, como a realização das reuniões periódicas, comunicação institucional e participação em eventos e parcerias. Integrantes que estão representando suas organizações dentro da RTCD, também fazem um trabalho de ponte entre Rede e organização. Possui ainda um grupo expandido, formado por pessoas que já participaram de projetos passados, com o qual mantém uma comunicação frequente, através de grupos e lista de e-mails, eventualmente pessoas desse grupo expandido atuam, conforme convite e interesse, em novos projetos, em eventos e reuniões estratégicas. Esse grupo expandido, é também uma rede que troca apoio e informações entre si. A cada novo processo realizado pela Rede, novas pessoas são integradas e esse grupo vai expandido. Portanto, há uma preocupação da Rede em alimentar e manter esse grupo vivo.

Com uma estrutura horizontal, na qual as tomadas de decisão passam sempre por um processo coletivo de escutas e compreensão das particularidades de cada contexto, a RTCD busca igualdade e equidade em suas decisões. Com seis anos de existência, em 2024 a Rede está se formalizando, reflexo do trabalho consistente que realiza. Apesar da horizontalidade, ou seja, não haver hierarquia de poder entre os cargos, a Rede possui as coordenações de cada área: Comunicação, Financeiro, Captação e Geral, além de uma coordenação/gestão para cada projeto em execução. Assim as coordenações atuam mais a frente das atividades e demandas cotidianas, mas todo o grupo é envolvido nos processos de tomada de decisões mais estratégicas em relação à organização. É interessante que há na Rede uma prática de rotacionar as pessoas ocupando cargos de gestão, o objetivo é que todes tenham a oportunidade de viver essa experiência e aprender algumas capacidades relacionadas à função, podendo ter apoio de outras integrantes com mais experiência se necessário, proporcionando também a oportunidade à Rede de viver diferentes maneiras de gestão, evitando ainda centralizar algumas funções nas mesmas pessoas.

A transparência também é uma característica de gestão da Rede, dessa forma todas as pessoas integrantes do núcleo tem acesso à documentos como atas, planilhas, prestações de contas, contratos, relatórios e outros.

A Rede utiliza e incentiva o uso de ferramentas digitais de código aberto e mantém parte de sua infraestrutura digital de maneira autônoma, em plataformas não comerciais. Para os serviços que não possui, utiliza de instâncias oferecidas por organizações parceiras ou de confiança, como os serviços oferecidos pela Vedetas/MariaLab.

Há uma agenda anual de participação em eventos, algo que acontece em certa medida naturalmente pelo interesse do grupo em compartilhar suas práticas e escutar o que tem sido feito por outros agentes desse campo. São priorizados eventos transfeministas mas a participação está sempre relacionada ao interesse, a disponibilidade das/des integrantes e à realidade financeira. Quando possível são solicitadas bolsas de apoio aos custos ou são previstas essas participações em projetos, ou ainda as pessoas viabilizam suas próprias idas.

Desde 2018 a RTCD participa de eventos pelo Brasil e também fora dele, como da Cryptorave, Diálogos, Mozzfest, Rightscom, TransHackFem, FIB, com um destaque para a

participação da RTCD na primeira mesa transcetrada do Fórum da Internet no Brasil, em sua 14ª edição (2024).

A RTCD também integra redes de trocas e produção coletiva com organizações da América Latina, atualmente está engajada junto a esses grupos na produção do TransHackFem América Latina que deve acontecer no Peru em 2025.

## 2. 2. Formações

Suas abordagens e metodologias tem base em teorias feministas interseccionais, em práticas não-normativas, na decolonialidade e na educação popular. A Rede defende que através do reconhecimento dos saberes locais, marginais, ancestrais e coletivos é possível construir coletivamente maneiras mais interessantes de atuação no mundo, trazendo à tona saberes comumente marginalizados e desconsiderados como válidos diante das perspectivas masculinas, cis-hetero, brancas dominantes. Com isso a RTCD está atualmente entre os grupos de referência no tema dos cuidados digitais para mulheres e coletivos de direitos LGBTQIAPN+ no país. Através do reconhecimento do uso das tecnologias digitais como ferramentas para atuação política, a Rede trabalha colaborando para a ampliação da atuação política através do uso das tecnologias mas de maneira a diminuir a reprodução das violências e opressões presentes nos ambientes digitais.

Antes da pandemia de Covid-19, as formações da RTCD aconteciam de maneira presencial. Como atua em todo o território nacional, em geral, as formações ou processos de fortalecimento da segurança e dos cuidados de organizações, são compostos de 3 períodos: preparação; realização e avaliação. Durante a preparação são levantadas informações relevantes, sobretudo a respeito de práticas digitais já realizadas pelos participantes, coletiva ou individualmente. Sempre que possível, a RTCD busca contato com grupos ou pessoas da região na qual estão atuando, como grupos parceiros ou que já tenham participado de formações da Rede, ou, pessoas da Rede ampliada, para que colaborem nos processos em construção, afim de trazer práticas locais, informações sobre contexto, entre outras questões interessantes para o grupo. Durante a realização o grupo de facilitadoras/facilitadores se deslocava até o local da atividade, carregando a tradicional caixa de materiais da Rede, com materiais diversos, importantes para a realização das dinâmicas, e também materiais para serem distribuídos como *zines*, adesivos, tutoriais, *bottons* e até itens de

cuidado pessoal como óleos essenciais, chás naturais, óleos para massagens e outros itens que ajudam a conduzir o clima da oficina. Algumas vezes, numa turma com pessoas que já sofreram ou estão sofrendo algum tipo de perseguição ou violência, online ou não, tratar de temas relacionados a proteção e cuidado pode não ser uma tarefa fácil, podem emergir emoções e sentimentos difíceis. Para a Rede é importante poder acolher as pessoas em situações como essas e ser capaz de continuar conduzindo o processo com o grupo. Após a pandemia a Rede adaptou suas metodologias para realização de processos formativos integralmente online, chegando a desenvolver uma metodologia chamada de Gincana Mostra, voltada para a realização de processos de formação em gênero e tecnologia, no formato digital, buscando garantir todos os cuidados dos processos presenciais; a Gincana Mostra será retomada mais a diante.

É possível afirmar que as oficinas de cuidados digitais são um ponto alto dentro do trabalho desenvolvido pela Rede Transfeminista de Cuidados Digitais. É através das oficinas que conseguem criar espaços temporários transfeministas nos quais é possível praticar outras maneiras de fazer, partindo sempre do rompimento com o patriarcado, a colonialidade, estruturas violentas, de opressão e segregação. A potencia reside na possibilidade des participantes experimentarem essas práticas ao mesmo tempo em que estão se informando, aprendendo, ensinando e refletindo sobre estratégias e práticas de cuidados e proteção digital. Isso faz com que, em geral, as experiencias sejam intensas e gerem muito mais do que aulas sobre boas práticas digitais, são espaços que têm possibilitado reflexão, formação política e oportunidade de pensar futuros melhores. Como abordado nos trabalhos das pesquisadoras Debora Prado (2019), Daniela Araújo (2018), Josemira Reis e Natansohn (2021) e Thiane Barros (2024), desde meados de 2015 esses grupos vem atuando para modificar a realidade do campo tecnoativista, em um movimento de quebrar a predominância masculina, heteronormativa, branca dentro dos espaços de discussão e desenvolvimento tecnológicos, inclusive e sobretudo, espaços ativistas. Dessa maneira esses grupos vêm realizando uma ocupação desses espaços buscando não apenas representatividade numérica, mas mudanças epistemológicas e interseccionais (ARAÚJO, 2018; OLIVEIRA, 2019).

É importante informar a leitora/ leitor não familiarizado com o tema que, seguindo a lógica patriarcal, conservadora a grande maioria dos ambientes relacionados aos estudos ou ao desenvolvimento de tecnologias, seja na teoria ou na prática, sempre foram vistos como ambientes para homens, nunca incentivando a participação de mulheres e muito menos de pessoas negras, indígenas e corpos dissidentes. Sendo assim, essas pessoas historicamente sempre foram minoria

nesses ambientes, seja como participante ou como facilitadora/re. Posso dizer que na grande maioria das vezes em que eram realizadas oficinas com um grupo misto de facilitadores, era recorrente que quando o tema tratado fosse muito técnico, a turma de participantes ficasse esperando uma colocação de confirmação, uma validação, por parte do facilitador homem, logo após uma explicação realizada por uma/e facilitadora/e que não fosse um homem. Dessa maneira os ambientes das oficinas eram de predominância masculina, entre facilitadores e entre participantes. Era muito comum que as organizações escolhessem para participar das oficinas a pessoa com mais proximidade e “facilidade” com tecnologia, e, na imensa maioria das vezes, essa pessoa era um homem (salvo no caso das participantes de organizações restritamente de mulheres e que em muitas ocasiões acabavam sendo minoria nesses ambientes). E, não raro, as próprias mulheres entendiam esses espaços muitas vezes como espaços masculinos, “lugares de meninos e de jovens” como já ouvi mais de uma vez por parte de ativistas experientes. Também era prática recorrente de participantes homens, principalmente quando mais velhos que as facilitadoras e com certa familiaridade com tecnologia, precisarem ao longo de toda a oficina, se afirmarem como alguém detentor de conhecimento, ou tentando testar os conhecimentos das facilitadoras, tentando encontrar uma forma de encurralar ou constranger quem estava a frente do processo ou até mesmo colegas participantes. Todos esses fatores faziam desses ambientes, muitas vezes, lugares violentos, incômodos e até desagradáveis em alguns momentos. Muitos termos em inglês ou muitos termos técnicos também eram recorrentes, o uso de ferramentas com um usabilidade ruim, com manuais apenas em inglês, ou uma estética “hacker”, gerando mais medo do que encorajamento e interesse. E para intensificar tudo isso, muito da tecnologia digital e, principalmente, da segurança da informação, vem de heranças militares, o que traz consigo uma perspectiva que pode ser violenta, opressora e perversa, causando medo, o que, por sua vez, pode paralisar ou enfraquecer pessoas ou grupos que poderiam estar se preparando melhor para lidar de maneira consciente e segura com as tecnologias utilizadas em suas atividades cotidianas. Não eram raros os casos de participantes mulheres chegarem curiosas e animadas para as oficinas e saírem mais desanimadas ou acreditando que tudo isso era muito difícil, ou que se tratava de um mundo muito distante delas, de suas realidades o que acabou mostrando que uma didática que tenta convencer pelo medo não estava sendo uma boa saída.

Buscando superar esse cenário e sua lógica de educação bancária, uma relação hierárquica entre professore e alune, como uma via única de transferência de informação, a aposta da RTCD é

de se afastar de tudo isso e buscar, através de um outro caminho, construir aprendizado. Partindo desta busca começam a construir ambientes baseados no reconhecimento dos saberes, no respeito às diferenças nos acessos à tecnologia, que são inúmeros e diversos no Brasil; que instiguem, que estimulem o desejo de saber mais, de romper com medos e estigmas, estimulando a autonomia dos participantes. Esses espaços criados pela Rede se diferenciam ainda pela presença da formação política. Dessa forma, as oficinas são construídas com inspiração na educação popular, com dinâmicas que buscam usar além da atenção e da concentração, a respiração, o movimento, a ludicidade, a alegria, a curiosidade, os saberes já acumulados, a realidade local e o cuidado.

Ao se reconhecerem como detentores de conhecimentos e práticas de cuidado e segurança para si e para seu grupo, além de usuáries de tecnologias diversas — como mensageiros instantâneos (ex.: WhatsApp), serviços de e-mail, ferramentas de compartilhamento, armazenamento e construção coletiva de documentos, transmissões ao vivo em redes sociais, entre tantas outras —, participantes passam a encarar esse universo com uma nova abertura e oportunidade. Apesar de, em algum momento, terem sido "obrigades" a aprender a utilizar essas ferramentas, hoje o fazem com relativa facilidade. Com o apoio de metodologias e abordagens que valorizam e estimulam essa perspectiva, reconhecem-se capazes de aprender ainda mais.

A importância da atuação de grupos como a Rede se dá na construção desses ambientes desenhados para romper com uma lógica universal, estimulando a participação de todos interessades, desenhados e conduzidos a partir de uma ética do cuidado presente desde a logística do evento, até a criação do roteiro, da escolha do que servir como alimentação, da acessibilidade do local, da capacidade de acolher as necessidades reais como, por exemplo, da presença de crianças durante as atividades ou participantes que estejam passando por momentos delicados e sob os quais temas como violências online podem servir como gatilho emocional; da pausa, da construção de acordos, do uso de linguagem inclusiva, do cuidado em não concentrar a fala em participantes masculinos, de trazer linguagem acessível, entre outras coisas. É uma transformação que o campo vem sofrendo, uma ideia, um conceito que foi guiando um fazer prático e um fazer resistente, insistente e que foi se mostrando coerente, necessário. Uma mudança que foi permanecendo e se ampliando, como a programação da Cryptorave 2024 deste ano que trouxe temas comuns a grupos a uma abordagem de gênero sobre a tecnologia, presentes para além da trilha Ada Lovelace, até esta edição a única que trazia essas abordagens em relação a tecnologia.

Além disso há uma preocupação em construir espaços que sejam seguros para mulheres e corpos dissidentes, o que em muitos casos pode implicar em oficinas em que homens cis não são permitidos, assim como podem ser bem-vindas crianças que estejam acompanhadas de suas mães ou cuidadoras, tendo um espaço pensado para acolhê-las da melhor forma para que as responsáveis possam participar das formações. O que vale destacar até aqui é que conforme esses grupos foram adotando uma perspectiva mais transfeminista e que a ideia de cuidado foi tomando o lugar da segurança, a construção desses espaços também foi sofrendo mudanças visíveis. Vale destacar que, diferente da lógica capitalista de produção de conhecimento universalizado, as atividades da RTCD são sempre desenhadas conforme o grupo de participantes, assim metodologias e dinâmicas já utilizadas pelo grupo vão sendo revisitas e ajustadas conforme o contexto, o que permite muitas vezes trabalhar de maneira mais próxima das especificidades dos participantes.

Além dos processos formativos no formato de oficina, a RTCD também já realizou um edital de micro refinanciamento, na época de sua realização eram os primeiros meses de pandemia e através dos aportes a Rede deu suporte financeiro e técnico, para que multiplicadoras pudessem desenvolver e realizar iniciativas que trabalhassem os cuidados digitais em seus grupos e territórios, visando aumentar os cuidados naquele momento tão delicado. Foram 10 projetos contemplados, priorizando as regiões Norte e Nordeste.

A RTCD é responsável também pela criação do site Prato do Dia - a refeição dos cuidados digitais<sup>36</sup>, um site que oferece recursos de cuidados digitais, inspirado na relação entre soberania alimentar e soberania tecnológica, contra a colonização digital . A proposta é provocar a reflexão a respeito da soberania digital, do cuidado com os dados pessoais e com as relações nada transparentes entre nós e as *big tech*, ao mesmo tempo em que ensina ferramentas e boas práticas digitais para aumentar os cuidados. A ideia é mostrar que a forma como lidamos com a tecnologia também pode ser um ato político consciente. O site oferece um "menu" de práticas de segurança digital, com dicas sobre como proteger e cuidar das informações pessoais e da privacidade online, sempre traçando um paralelo com a autonomia e soberania alimentar, afim de mostrar como ambos podem ser atos políticos, ao mesmo tempo que oferece a quem está acessando o material uma reflexão sobre tecnologia através de contextos e discussões as quais as pessoas estão mais familiarizadas, em geral. Em um trecho do texto a seguir, retirado da sessão “sobre o site” do Prato do Dia, explicam:

---

<sup>36</sup> <https://pratododia.org>. Acesso em 10 de setembro de 2024.

Você já deve ter ouvido sobre a alimentação ser um ato político e revolucionário. Através de ações como o estímulo à agricultura familiar ou local, à produção orgânica, ao cuidado com o meio ambiente e ao respeito com os hábitos culturais de um território e de sua população é possível alcançar essa dimensão política que tanto se fala. Mas é importante lembrar que parte dessa responsabilidade também deve estar nas mãos do Estado que, ao garantir a soberania alimentar, garante também saúde e qualidade de vida ao seu povo.

Mas, alguma vez você já se perguntou quais ações envolvem a dimensão política no uso das tecnologias?

O Prato do dia é uma iniciativa que convida a todos para essa reflexão e ainda fornece alternativas para que você possa adotar práticas para um uso mais saudável das tecnologias. É um convite a transformar sua relação com os meios digitais também em um ato político e de cuidado, repleto de consciência crítica, de hábitos e escolhas que permitam cuidar da sua saúde e segurança digital.

Em resumo, é possível dizer que a RTCD se destaca por ser uma iniciativa fundamental no fortalecimento da segurança digital e na criação de espaços de cuidado para ativistas, promovendo uma visão feminista e colaborativa no uso das tecnologias. Sua atuação é marcada pela resistência à vigilância e ao controle, criando soluções que priorizam a vida e a liberdade de expressão de quem luta pelos direitos humanos.

Em 2020 tem início a pandemia de COVID-19 e, mais uma vez, a necessidade de reforçar os cuidados digitais. Com o uso da internet como solução para o distanciamento social, na mesma medida em que o uso do digital para realizar quase todas as atividades, também foi grande o aumento de ataques, invasões, roubos de contas, golpes online e tantos outros tipos de violências através do digital. Tudo isso mais uma vez demandou o aumento da atenção sobre os cuidados digitais para toda a população conectada, de um modo geral e, principalmente, para quem precisou reforçar ações para a garantia dos direitos em um momento em que estes estavam sendo intensivamente negligenciados. Nesse período a Rede teve a oportunidade de consolidar suas ações como uma organização atuante e presente no contexto tecnofeminista brasileiro. Um dos projetos de maior destaque da Rede é a Gincana Mostra, uma metodologia para realização de processos coletivos de formação em cuidados digitais com foco na formação de multiplicadores e será apresentado com mais profundidade no tópico a 3.2.2 A experiência da Gincana Mostra.

Em parceria com a organização Association for Progressive Communication (APC), a Gincana Mostra passou a integrar a plataforma Feminist Tech Exchange (FTX) <sup>37</sup> no qual foi publicada

---

<sup>37</sup><https://ftx.apc.org/>

como parte dos conteúdos disponibilizados gratuitamente e em diferentes línguas, voltado para o público em geral, mas com foco maior em defensoras e defensores de direitos ao redor do mundo, sobretudo no sul-global. Criado como um currículo, essa metodologia tem um formato modular, com diferentes partes que podem ser utilizadas em separado ou reagrupadas de maneira que permite as pessoas interessadas em realizar uma Gincana Mostra, possam ajustar a metodologia da maneira que for mais interessante conforme o contexto, o grupo, o acesso às tecnologias, conectividade e recursos disponíveis. Esse formato de metodologia reflete uma importante característica da RTCD, a construção de processos formativos exclusivos para cada projeto a ser realizado ou organizações a serem atendidas. Isso permite que sejam atendidas demandas localizadas, que de fato estejam conectadas às realidades em que estão inseridas as organizações participantes e que dialoguem com o desejo e a necessidade expressada pelos envolvidos. A Rede tem um entendimento fundamental para o campo dos Cuidados Digitais de que não existem soluções milagrosas ou pré-definidas quando se trata de segurança e proteção. Cada situação vai solicitar uma estratégia, um conhecimento, uma adaptação, um aprendizado, um compartilhamento, entre outras questões, o que está diretamente ligado ao fazer a partir de uma perspectiva feminista e anticapitalista. A seguir, um trecho retirado da apresentação da Gincana Mostra na plataforma FTX, no site:

Com a chegada da pandemia de COVID-19, fomos confrontadxs com um enorme desafio: como continuar realizando nossas atividades sem poder contar com 2 elementos tão importantes: o encontro, a presença? Os planos foram rapidamente refeitos a fim de seguir promovendo processos de aprendizagem on-line mesmo em um momento de tantas urgências, sem que isso sobrecarregasse ainda mais as feministas brasileiras. Inspiradxs pelas gincanas vividas em nossas infâncias, com muita alegria e trabalho coletivo, nossa intenção aqui é trocar competição por colaboração, em uma jornada criativa. Assim a Gincana Mostra nasce e está agora consolidada como uma metodologia que nomeamos como “infra-estrutura de afeto” e é a materialização do trabalho da Rede Transfeminista de Cuidados Digitais. Este é, principalmente, o fruto de nossa dedicação ao campo dos cuidados integrais na construção de maior proteção e liberdade para ativistas, mulheres e pessoas LGBTQI,+ e defensorxs de direitos.

### **2.3 Especificidades do Campo de Pesquisa**

O contexto dos movimentos sociais no Brasil, no que diz respeito ao acesso às TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e à internet, é impactado pelas mesmas desigualdades estruturais que permeiam a realidade do país. De acordo com dados da pesquisa "TIC Domicílios

2019"<sup>38</sup>, 99% da população brasileira que utiliza a internet acessa por meio de dispositivos móveis, sendo que nas classes D e E isso se restringe a planos de franquia limitada, utilizando conexões 3G e 4G. Entre as mulheres entrevistadas no mesmo estudo, 63% relataram ter acesso restrito a pacotes de telefonia móvel. Nas áreas rurais, aproximadamente 79% dos acessos são feitos por meio de celulares, e esse número ultrapassa 80% nas classes mais baixas fora dos centros urbanos. Ao mesmo tempo em que uma parcela significativa da população tem acesso restrito à internet móvel, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) autoriza práticas entre os provedores de acesso à internet, como o *zero rating*, e todas as implicações que essa prática acarreta, conforme indicado em nota anteriormente.

Essa breve análise contribui para compreender os desafios enfrentados na democratização do acesso à internet no país e suas possíveis consequências, incluindo a perda de direitos fundamentais, que por vezes são facilitados ou possibilitados por meio da conectividade. No entanto, a sociedade civil organizada reconhece a internet como um espaço de disputa política e uma ferramenta essencial para ação, sendo apropriada por grupos diversos em diferentes territórios. Nesse contexto de disputas narrativas, o uso das redes sociais para denúncias e para dar visibilidade a corpos invisibilizados tem se tornado uma estratégia comum. Trata-se de realidades que não são amplamente abordadas pela mídia tradicional. No artigo "O que podem as máscaras? Visibilidades e vigilância nos movimentos em rede" (2016), os autores afirmam:

A maioria dos coletivos parece reconhecer as vantagens dessa exposição proporcionada pela internet e pelas redes sociais, tornando suas ideias públicas e mais conhecidas, ampliando, assim, suas conexões e seu poder de ação [...] O potencial de comunicação, conexão e visibilidade que a internet e as redes sociais podem proporcionar tende a ser reconhecido e, portanto, desejado. Em alguns casos, a consciência da vigilância atua como um agente da cautela e da criação de estratégias para aproveitar a visibilidade, escapando da vigilância. (ALBUQUERQUE, PEDRO e CARVALHO, 2016, p.53)

Enquanto os dispositivos móveis podem vigiar e fornecer dados, ao lado do fenômeno das redes sociais, também permitem o registro e a transmissão instantânea de casos de violência, perseguição e injustiças, frequentemente cometidas pelo próprio Estado, como o caso de Genivaldo de Jesus Santos que teve o vídeo de sua morte, por asfixia dentro de um camburão da PM no interior de Sergipe, circulando por toda a mídia e nas redes. Infelizmente o vídeo não impediu a morte de Genivaldo, mas registra informações importantes sobre o comportamento de agentes

---

<sup>38</sup> [https://data.cetic.br/explore/?pesquisa\\_id=1&unidade=Usu%C3%A1rios](https://data.cetic.br/explore/?pesquisa_id=1&unidade=Usu%C3%A1rios). Acessado em 28 de maio de 2023.

públicos de segurança contra uma parcela da população brasileira. Genivaldo era um homem preto, que foi parado pela polícia por não usar capacete, mas não portava armas nem reagiu à abordagem. Portanto, a visibilidade pode alternar entre vulnerabilidade e resistência, ganhando um espaço estratégico na disputa política, na defesa de ideias e na afirmação de identidades. A visibilidade é apenas uma das várias estratégias possíveis no uso das tecnologias, e saber e poder operar essas ferramentas pode ser considerado uma forma de proteção ou resistência, que pode variar dependendo da conexão estabelecida com a ferramenta (ALBUQUERQUE, PEDRO e CARVALHO, 2016).

Nesse contexto, de uso intenso das mídias e tecnologias digitais, em múltiplas formas, invasões, roubo de informações, golpes, perseguições, ameaças e interceptação de informações por meio do uso de plataformas *online*, bem como a superexposição nas redes sociais, fazem parte das preocupações dos grupos e movimentos, como evidenciado na publicação "Mercadores da Insegurança: conjuntura e riscos do *hacking* governamental no Brasil", lançado em 2022 e produzido pelo IPRec<sup>39</sup>. Segundo o documento, a conscientização sobre essas questões está em grande parte relacionada a casos recentes de vazamento de dados e ao discurso e práticas de expansão das tecnologias de monitoramento. O documento também destaca o aumento e a intensificação de políticas públicas e projetos de lei desde 2018, que representam riscos para a liberdade de expressão, o que pode afetar diretamente o direito de reunião e associação, a criminalização dos movimentos sociais e retrocessos na proteção dos direitos humanos. O debate mais recente em torno do Projeto de Lei 2630/2020, conhecido como PL da *Fake News*, tem mobilizado diversos setores da sociedade brasileira na tentativa de criar um instrumento eficaz e coerente no combate à desinformação, sem reduzir a liberdade de expressão ou violar a privacidade, um direito fundamental. No entanto, o poder público parece não reconhecer as questões levantadas pela sociedade.

Diante desse contexto, agravado pela pandemia, ativistas tecnofeministas têm redobrado seus esforços para enfrentar os desafios atuais. Com a chegada da pandemia de COVID-19, uma nova camada de complexidade foi adicionada ao contexto, com a concentração das atividades cotidianas nas ferramentas digitais como uma possível alternativa ao isolamento. Isso trouxe mudanças que persistem após a retomada do contato social, algumas positivas e outras relacionadas

---

<sup>39</sup><https://ip.rec.br/wp-content/uploads/2022/11/Mercadores-da-inseguranca.pdf>

ao aumento dos riscos relacionados ao uso dessas tecnologias, o que se tornou uma preocupação generalizada.

É importante destacar que esse mesmo contexto evidenciou as desigualdades no acesso à conexão, informações, serviços e comunicações por parte de uma parcela da sociedade brasileira. As desigualdades socioeconômicas entre as regiões geográficas e as classes sociais em todo o país têm impactos significativos no acesso e uso das tecnologias pelos grupos marginalizados, incluindo falta de infraestrutura de conexão à internet, acesso tardio a computadores e celulares, falta de alfabetização digital, entre outros fatores, que criam um cenário de alta vulnerabilidade, afetando principalmente grupos minorizados envolvidos na luta por direitos e disputas políticas. Apesar do uso das redes sociais e de outras ferramentas para visibilizar suas demandas e agendas políticas, o uso seguro dessas ferramentas requer muitas vezes familiaridade e habilidades tecnológicas, já que não são incentivadas pelas empresas produtoras de tecnologias.

Durante a pandemia, testemunhamos um aumento gritante no número de invasões violentas, com conteúdos extremistas, ofensivos e discursos de ódio contra perfis ativistas em redes sociais, reuniões e eventos públicos, especialmente aqueles relacionados a temas antirracistas, feministas, LGBTQIAPN+, defesa de territórios, povos tradicionais e questões socioambientais, minando o potencial de espaços virtuais para a visibilidade de pautas progressistas. Além do aumento da violência *online*, esse cenário tem contribuído para a concentração de dados e o controle da informação por empresas e pelo próprio Estado, por meio da implementação de medidas públicas de acesso a direitos por meio de cadastros em aplicativos e plataformas online impostos à população, especialmente a grupos com vulnerabilidades socioeconômicas, como ocorreu com a Central Única de Favelas (CUFA), que, após receber duras críticas, suspendeu o uso de reconhecimento facial como meio de cadastro de moradores das comunidades pobres nas quais distribuía cestas básicas.<sup>40</sup>

Frente a todo esse contexto os grupos ativistas tecnofeministas como a Rede Transfeminista de Cuidados Digitais têm desenvolvido iniciativas para enfrentar essa realidade, abordando, discutindo, provocando e desenvolvendo estratégias sobre temas e questões a serem enfrentadas como: acesso a conexão; direito a comunicação; visibilidade; letramento digital; vigilância; perseguição; segurança de dados e segurança da comunicação; proteção da privacidade; questionando os padrões opressores que seguem se repetindo nos contextos mais recentes de

---

<sup>40</sup><https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2021/04/27/apos-criticas-cufa-cancela-uso-de-reconhecimento-facial-em-troca-de-cestas.htm>. Acessado em 28 de maio de 2023

desenvolvimento tecnológico e oferecendo apoio e fortalecimento aos grupos mais diretamente afetados.

Essas são questões que compõem a realidade das sociedades contemporâneas, sendo portanto do interesse de todos e, principalmente, de uma parcela que faz um enfrentamento às estruturas convencionais mantenedoras de contextos sociopolítico que visam o extermínio dessas populações. O diferencial está na forma como têm feito essa abordagem, a partir do “giro do cuidado” e dos cuidados digitais, alcançando mudanças práticas dentro do campo ativista, respeitando suas necessidades e particularidade, como tratado vem sendo tratado ao longo dessa dissertação.

## CAPÍTULO 3 - Tecnologias de informação e comunicação entre opressões e resistências

### 3.1 Capitalismo de vigilância

A ubiquidade das tecnologias de informação e comunicação na contemporaneidade encontra no conceito de capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2015) uma reflexão que dá visibilidade para relações, articulações e interesses presentes nas TICs, e também permite observar a conexão desse panorama com a dimensão mais ampla de transformação do próprio capitalismo.

Transações econômicas, internet das coisas, dados governamentais e corporativos, câmeras de vigilância públicas e privadas, atividades não mercantis de “produção social” ou “cotidianidade” mediadas pelo digital (ZUBOFF, 2018) todos têm o *big data* como elemento central na ordem social e econômica do capitalismo contemporâneo e sua acumulação. Dessa maneira, esse elemento - *big data* - não pode ser tratado como objeto ou efeito tecnológico inevitável, tão pouco um processo autônomo, neutro, mas um componente fundamental de uma nova lógica de acumulação, que tem origem no social e é profundamente intencional (ZUBOFF, 2018). Esse elemento que passa a ser central na lógica capitalista do século XXI é central também no universo de relações e articulações presentes nas TICs.

Alguns teóricos como Virgínia Fontes (2005) defendem esse momento como a entrada do capitalismo em um novo ciclo de expansão, que não precisa mais romper as fronteiras geográficas para encontrar novas formas de expropriação. Em sua nova expansão, o capitalismo do século XXI vai explorar inclusive os próprios territórios capitalistas, como o caso da corrida pelo controle da geopolítica global das tecnologias de conexão 5G, travada entre EUA e China<sup>41</sup>. Tratam-se de grandes conglomerados tecnológicos que querem expandir sobre todos os territórios e populações possíveis, dentro e fora de suas nações. Se apoiam nas desigualdades e assimetrias já criadas pelo capitalismo neoliberal, reforçam estruturas assimétricas de dominação e exploração entre norte-sul e se expandem independente de fronteiras geográficas.

Para a economista Zuboff (2018), estamos em uma nova fase do capitalismo no qual os "meios de produção" servem aos "meios de modificação comportamental", assim, o capitalismo de

---

<sup>41</sup><https://theintercept.com/2020/05/13/coronavirus-governador-nova-york-bilionarios-vigilancia/> - acesso em 02 de agosto de 2020 e <https://www.comciencia.br/5g-e-covid-19-das-teorias-da-conspiracao-ao-dominio-da-infraestrutura-de-vigilancia/> acesso em 02 de agosto de 2020

vigilância “procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado” (ZUBOFF, 2018, p.18).

Entre suas principais características destaca-se o deslocamento das relações contratuais que dão lugar a arranjos baseados na capacidade de controle e monitoramento através da presença e do uso das tecnologias digitais tão difundidas e que passam a ocupar as esferas públicas e privadas dos indivíduos. Esse novo arranjo suplanta a necessidade de contratos, de governança, do dinamismo de uma democracia de mercado e de liberdade alcançada pelo Estado de direito através da transparência didática que ganha a vida mediada por computador (ZUBOFF, 2018). No entanto, suplantar os contratos não significa aumento da confiança pelas partes, mas concentração do monitoramento e controle nas mãos de apenas uma delas, criando relações amplamente assimétricas e de quase submissão.

Essa nova arquitetura configura-se como um ubíquo regime institucional em rede que registra, modifica e mercantiliza a experiência cotidiana, desde o uso de um eletrodoméstico até seus próprios corpos, da comunicação ao pensamento, tudo com vistas a estabelecer novos caminhos para a monetização e o lucro. (ZUBOFF 2018, p.43 e 44)

Nesse novo modo de funcionamento do poder, surgem também novos e importantes atores, as empresas do mercado de tecnologia e informação, conhecidas também como *big techs*, que se utilizam da incapacidade jurídica e técnica, de uma maneira ampla, no acompanhamento e determinação de regras que sejam capazes de monitorar a extração e o rastreamento constante dos dados de usuários. E é a partir desses dados nos quais baseiam seus modelos de negócio e impõem uma lógica assimétrica de acesso e controle das informações. Esse desalinhamento se dá no modo de atuação dessas empresas que se baseiam na incessante coleta, análise e gestão dos dados coletados, por vezes, sem o consentimento de fato esclarecido ou compreensão por parte dos indivíduos. Isso porque a maneira como essas estruturas são impostas ou naturalizadas permite que essas tecnologias atuem de maneira opaca aos usuários que, por diversos obstáculos, sejam materiais, técnicos ou informacionais, têm pouco ou nenhum conhecimento sobre essas operações que atuam sob a ignorância e o desconhecimento do público (ZUBOFF, 2018).

Na prática, isso quer dizer que, quanto mais atividades, das industriais às cotidianas, são conduzidas através de dispositivos tecnológicos, quanto mais conteúdo é gerado através de serviços oferecidos por grandes empresas desse mercado, liderado pela Google, Amazon, Facebook (Meta), Apple e Microsoft, mais nossos padrões, subjetividades e sociabilidades se transformam em dados

de interesse comercial e mais imperceptíveis se tornam as modulações das paisagens por onde navegamos na internet, nossas escolhas virtuais ou físicas e nosso comportamento (ROUVROY e BERNS, 2015).

Contudo, Zuboff (2019) ao se aprofundar no conceito de capitalismo de vigilância não considera que no desenvolvimento do capitalismo, principalmente do século XX, existem grandes assimetrias também no que diz respeito ao padrão de exploração tecnológica empregado nos territórios e populações, centrais e periféricos do sistema, como aponta Rafael Evangelista (2019), gerando características específicas e de grande interesse para essa pesquisa, pois pauta o capitalismo de vigilância. Para Evangelista, “Zuboff parte de uma idealização do ser humano livre, que foi inserido e produzido por um contexto de liberdade democrática no sistema capitalista ocidental” (Zuboff, 2019, p. 247, tradução minha<sup>42</sup>). Assim, a autora acaba invisibilizando as relações assimétricas de poder existentes, mesmo entre as democracias liberais, fruto do colonialismo, e que são fundamentais também na nova fase do capitalismo. Entretanto, para Evangelista, isso “não afetaria a qualidade do conceito desenvolvido por Zuboff e não invalida o enorme valor desse trabalho para outros pesquisadores” (Evangelista, 2019, p.247, tradução minha<sup>43</sup>), desde que possa ser atualizado sob perspectivas que considerem essas assimetrias de poder no mundo, indiretamente essa pesquisa pretende enriquecer o debate em torno dessa perspectiva.

Na tentativa de colocar as assimetrias geopolíticas do capitalismo no centro do debate, pesquisadores desenvolvem outros conceitos para abarcar tais questões, como colonialismo de dados (COULDRY e MEJIAS, 2018), colonização algorítmica (BIRHANE, 2020) e colonialismo digital (KWET, 2019). Críticos à nova forma de exploração de riquezas, baseada no *big data*, defendem que o que estamos vivendo nesse momento seria um fenômeno histórico que está além dos desdobramentos das novas tecnologias, combinando

práticas extrativistas predatórias do colonialismo histórico com métodos abstratos de quantificação computacional (...) providenciando as pré-condições para um novo estágio do capitalismo, o qual ainda podemos apenas imaginar, mas para o qual a apropriação da vida humana através dos dados será central. (Couldry e Mejias, 2018, p. 336 – 337)

---

<sup>42</sup> Versão original: Zuboff departs from an idealization of the free human being that has been inserted and produced by a context of democratic freedom in the western capitalist system.

<sup>43</sup> Versão original: however, it does not affect the quality of the concept Zuboff develops nor does it invalidate the tremendous value of her work for other researchers.

Para esses teóricos, ainda que novo, o colonialismo de dados é reprodutor das mesmas estruturas coloniais de apropriação e dominação históricas, com implicações e consequências tão profundas quanto as marcas deixadas pelo colonialismo clássico em suas colônias, sentidas até hoje (COULDRY e MEJIAS, 2018; BIRHANE, 2020; KWET, 2019).

A internet é reconhecida como bem comum e a crítica à sua mercantilização indica um caminho. São questões como essas que atravessam as reflexões na presente pesquisa, o interesse em aprofundar o diálogo com setores da sociedade que já vêm alertando sobre os riscos e impactos aos quais as alternativas infernais das TICs têm nos colocado.

### **3. 2. Retroalimentações neoliberais da vigilância: estados, empresas, e autoritarismo**

É importante ressaltar que as práticas do capitalismo de vigilância, ainda que sirvam a princípio para atender às demandas do mercado podem, em diversos contextos políticos, atender também aos interesses de Estados. Sobre isso o teórico David Lyon (2015) explica:

Em termos gerais, pelo menos três elementos das práticas de vigilância tornaram-se notadamente evidentes durante e após 2013. Primeiro, os governos se envolveram em vigilância em massa sobre os seus próprios cidadãos. A NSA trabalha em estreita colaboração com o “Five Eyes”, Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Reino Unido, e suas atividades também são replicadas em muitos outros países. Segundo, corporações partilham seus “próprios” dados com o governo, para benefício mútuo. Isso acontece em especial com empresas de internet que, conscientemente ou não, tornam-se coniventes com o governo para fornecer dados pessoais. Terceiro, os cidadãos comuns também participam através de suas interações – especialmente no uso de redes sociais e de telefonia celular. Sem necessariamente estarmos cientes disso, todos nós fornecemos dados para a NSA e suas agências cognatas, apenas entrando em contato com os outros por via eletrônica. (Lyon, 2015, p. 26)

Através de acordos de colaboração ou pressões judiciais sobre as empresas<sup>44</sup>, Estados conseguem acesso às informações coletadas por todo aparato tecnológico pulverizado e podem fazer uso para controle de populações, perseguições político ideológicas a grupos ativistas e defensores de direitos, especialmente àqueles que fazem oposição às lógicas hegemônicas.

Com a justificativa de combate ao terrorismo e ao crime organizado, governos de diferentes países têm adquirido e utilizado *softwares* espões como Pegasus e DarkMatter. Uma vez instalados nos aparelhos celulares, esse tipo de *software* é capaz de ler mensagens de texto, rastrear chamadas,

---

<sup>44</sup> Nesse complexo cenário, a pressão judicial de Estados sobre empresas de comunicação para obtenção de dados não pode ser avaliada de forma descontextualizada. O combate as fake news no Brasil e as tentativas de regulamentação de redes sociais são um exemplo da importância da consideração do contexto.

coletar senhas, rastrear a localização do telefone e coletar informações de diversos outros aplicativos. Em 2018, um projeto<sup>45</sup> desenvolvido pela organização CitizenLab, ligada à Universidade de Toronto no Canadá, divulgou que através do uso do Pegasus dados de cidadãos de 45 países haviam sido coletados, entre eles brasileiros. Em 2020, o Projeto Pegasus<sup>46</sup>, uma iniciativa investigativa envolvendo a Forbidden Stories e a Amnistia Internacional revelou que o vazamento de uma lista com cerca de 50 mil números de telefones que foram espionados pela ferramenta, continha os números de lideranças políticas internacionais, ativistas de direitos humanos, jornalistas, advogados e outros dissidentes políticos. Em abril de 2023, novo estudo<sup>47</sup> do CitizenLab alertou sobre o uso de um novo *software* espião, o Reign, na ocasião, foi divulgado que nas informações vazadas, haviam sido encontradas informações sobre defensores de direitos humanos. Ainda em 2021, foi tornado público o interesse do governo de Jair Bolsonaro na compra de tecnologias como o Pegasus<sup>48</sup> e do DarkMatter<sup>49</sup>. Nas ocasiões de divulgação de tais informações, o que também chamou atenção foi que a iniciativa para aquisição das ferramenta não partiu da ABIN (Agência Nacional de Investigação) ou do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), mas de pessoas ligadas ao “Gabinete do Ódio”<sup>50</sup>, entre elas Carlos Bolsonaro, que tentou utilizar estruturas do governo federal para expandir o que ficou conhecido como “ABIN paralela”. Em março de 2023, o então ministro da Justiça, Flávio Dino, determinou a abertura de inquérito para investigar o uso, por parte da ABIN durante a gestão de Bolsonaro, do programa FirstMile, capaz de monitorar através dos celulares, a localização de 10 mil cidadãos por ano em todo o país<sup>51</sup>. A localização é um dado privado ao qual a agência não teria autorização legal para acessar.

Em 2024, com o avanço da operação Última Milha ficou comprovado o uso de aparato tecnológico, destinado à inteligência e à segurança internacional, para espionar e tratar autoridades, ativistas e desavenças do ex-presidente Jair Bolsonaro e sua família, como inimigos internos

---

<sup>45</sup><https://citizenlab.ca/2018/09/hide-and-seek-tracking-nso-groups-pegasus-spyware-to-operations-in-45-countries/>

<sup>46</sup> <https://www.theguardian.com/world/2021/jul/18/revealed-leak-uncovers-global-abuse-of-cyber-surveillance-weapon-nso-group-pegasus>

<sup>47</sup><https://citizenlab.ca/2023/04/spyware-vendor-quadream-exploits-victims-customers/>

<sup>48</sup><https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/25/empresa-de-software-espiaopegasus-deixa-edital-que-e-rodeado-de-incertezas.htm>

<sup>49</sup><https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/01/17/gabinete-do-odio-usou-viagem-de-bolsonaro-para-negociar-sistema-espiao.htm>

<sup>50</sup>[https://pt.wikipedia.org/wiki/Gabinete\\_do\\_%C3%B3dio](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gabinete_do_%C3%B3dio)

<sup>51</sup><https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/03/flavio-dino-diz-que-pf-vai-abrir-inquerito-sobre-uso-indevido-de-programa-secreto-da-abin.ghtml>

nacionais, culminando com a prisão de agentes da ABIN<sup>52</sup>. Segundo a publicação “Mercadores da insegurança: conjuntura e riscos do *hacking* governamental no Brasil”:

A prática de explorar vulnerabilidades em sistemas informáticos carrega, fundamentalmente, uma ambivalência: tanto pode ser explorada por agentes privados mal intencionados, constituído crime tipificado em ordenamentos jurídicos, quanto pode ser “legitimamente” utilizada por autoridades policiais como forma de produzir provas em investigações criminais ou para fins de atividades de inteligência. Partindo da segunda categoria, o *hacking* governamental constitui rotina de agências governamentais e vem sendo enquadrada como “modernização” tecnológica do aparato das “forças da lei”. (Amaral, 2022, p.7)

Nessa trama, também em 2024, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Cristiano Zannin, convocou uma audiência pública<sup>53</sup> para ouvir de especialistas e organizações da sociedade civil sobre limites e riscos a respeito da regulação do uso de ferramentas de monitoramento secreto de dispositivos eletrônicos, chamando atenção durante a audiência a informação trazida pelo IPRec e outros representantes da sociedade civil, para o fato de que não apenas órgãos de inteligência estavam comprando esses softwares, mas polícias militares de todos os estados da federação e órgãos públicos como CAD (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), o que seria um desvio à ideia inicial do uso dessas tecnologias para investigações criminais.

E assim, noções como segurança e vigilância vão ganhando novos significados e reflexões sobre o que pode ser considerado “vigilância em massa” e “vigilância orientada”, colocando em debate também práticas de uso de informações coletadas como “dados pessoais” e “metadados” (LYON, 2015). Uma vez que dados são coletados em quase todas as atividades cotidianas e armazenados em gigantescos bancos de dados é possível crer que o cruzamento dessas informações pode identificar não apenas grupos de interesse mercadológico, mas grupos e indivíduos de interesse político.

Assim, parece muito delicado o limiar entre a coleta e análise de dados para uso de interesse comercial e a coleta e análise para fins de identificação e espionagem política, bastando o interesse daqueles que exercem poder em determinado instante, ou uma mudança de contexto político, para que, de alvo comercial, qualquer um possa se tornar alvo orientado politicamente. Quanto maior a capacidade e o período de armazenamento, maior o tempo desse risco.

---

<sup>52</sup><https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/policia-federal-operacao-ultima-milha-abin-espionagem-autoridades>

<sup>53</sup><https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=546557&ori=1>

Outrora, a distinção entre vigilância orientada e de massa parecia bastante clara. Não mais. As linhas borradas com o tráfego entre ambos: é a pessoa ou o perfil que está sendo vigiado? Antes, privacidade foi construída principalmente como uma questão relativa aos interesses, ou direitos, de um indivíduo identificável específico. Não mais. Quando perfilização é “antecipação” e palpites sobre um possível “nexo” com o terrorismo são as bases da suspeição, como exatamente a privacidade faz para lidar com isso? (Lyon, 2015, p.32)

Vale ressaltar que não são apenas Estados que têm o interesse em vigiar e perseguir ativistas, jornalistas e defensores de direitos, as grandes corporações, sobretudo aquelas que causam enormes impactos (catástrofes) humanos e ambientais, e que enfrentam resistências populares, também praticam vigilância, seja através do acesso aos grandes bancos de dados comercializados por empresas, seja na contratação de agências e profissionais com essa finalidade.

Em 2011, o mercado legal e ilegal de espionagem movimentou no país 1,7 bilhão de reais, abarcando ainda um mercado de dossiês sobre os mais variados temas e que servem, sobretudo, a empresas. A espionagem empresarial está em franca expansão e a contratação desses serviços não se restringe a interesses relacionados à concorrência, mas também se volta à investigação do comportamento de funcionários, trabalhadores, políticos e movimentos sociais. O ramo da “inteligência privada” se difunde sem qualquer regulamentação legal, atuando na informalidade e se propondo à venda de serviços – como monitoramento eletrônico, levantamento de dados pessoais, antecipação de informações, rastreamentos, controle de riscos, eufemisticamente renomeados para inteligência competitiva, muitos dos quais seriam função exclusiva do Estado e só permitidos sob determinadas condições legais ou autorizações judiciais. Na maior parte das vezes significa a violação de direitos fundamentais, vinculados às liberdades democráticas, como direito à honra, privacidade, intimidade, autodeterminação informativa (direito de saber quem detém e como detém informações de si próprio), de organização política, liberdade sindical, entre outros. A atuação desregulada do setor, intensificada com o auxílio das inovações tecnológicas e o uso difundido da rede digital, motivou a apresentação de um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados (projeto de Lei 2542-A/2007) que “dispõe sobre a Atividade de Inteligência Privada e dá outras providências”. (BARROS, 2017, p.16, nota)

Em 2021, a própria empresa Meta anunciou que estava removendo sete empresas de vigilância da plataforma Facebook, pois estas utilizavam seus serviços para a prática de espionagem em mais de 100 países pelo mundo, tendo como vítimas em sua maioria jornalistas, dissidentes, críticos de regimes autoritários, famílias de oposição à governos e ativistas de direitos humanos<sup>54</sup>.

Sobre o uso para execução de necropolíticas, é possível resgatar o caso do rastreamento de cidadãos para produção de mapas de calor ou identificação de casos de COVID-19 por ruas e bairros, como fez a empresa Inloco em várias cidades do Brasil<sup>55</sup>. As regiões das cidades onde os casos se alastraram por ausência histórica de infraestrutura básica, como saneamento e condições de higiene se tornarão guetos de extermínio? É o que a pesquisadora Simone Browne (2015) chama de

<sup>54</sup><https://www.cisoadvisor.com.br/empresas-de-vigilancia-por-aluguel-espionaram-50-mil-pessoas/>

<sup>55</sup> <https://mapabrasileiroadacovid.inloco.com.br/pt/> - acesso em 02 de agosto.

técnicas de vigilância racializadas e que carregam um grande paradoxo, através do qual populações podem ser vigiadas e ainda assim tornarem-se invisíveis. É apenas uma questão de escolha, de interesses daqueles que controlam as tecnologias. Essa questão se relaciona diretamente ao que David Lyon explica sobre o problema em se entender o ataque à privacidade, basilar no capitalismo de vigilância, como um problema pessoal, individual e não coletivo. Nas palavras do autor, essa ideia

demonstra pouco entendimento sobre as formas que a vigilância também funciona como classificação social, visando principalmente grupos populacionais antes de indivíduos, ou sobre como a privacidade diz respeito também a questões relativas a direitos humanos e justiça social. (LYON, 2016, p.26)

### 3.3. O tecnoativismo

Nesse contexto, a disputa e o controle sobre as infraestruturas tecnológicas e digitais em todo o planeta marcam a corrida pelo poder no século XXI e, sobretudo, no sul-global, categoria importante na configuração geopolítica atual. Após tantos movimentos de migração, diásporas e crises políticas e econômicas, o sul-global abarca “não somente territórios onde reina a pobreza, mas populações com recortes específicos de classe, raça e gênero, as quais podem viver vizinhas ou no mesmo território das elites, mas estão a elas subordinadas” (EVANGELISTA, 2020)<sup>56</sup>. É fundamental para o campo das pesquisas em Ciência e Tecnologia hoje, sobretudo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), compreender a atuação e o impacto dessa lógica de acumulação em nosso cotidiano, e das novas configurações geopolíticas, para que as análises possam corresponder a esse movimento de transformações aceleradas que vêm sendo imposto às realidades, reforçando as mesmas estruturas históricas de opressão e exploração.

Diferentes trabalhos de pesquisa têm refletido sobre o impacto desse cenário na democracia e nos direitos humanos, estando a privacidade entre os mais afetados, uma vez que é através de sua violação que se alcançam outros ataques. Pesquisadores passam a debruçar suas investigações sobre temas que vão dos mecanismos de coleta, regulação e proteção de dados pessoais, do uso das TICs, à soluções digitais mais seguras, num esforço para ecoar denúncias e lutas, ligadas diretamente à sobrevivência de comunidades e territórios com os quais essa pesquisa dialoga. Somam-se à

---

<sup>56</sup> <<http://www.comciencia.br/acceleracao-excecao-e-ruptura-disputas-tecnopoliticas-num-mundo-pandemico/>> - acesso em 02 de agosto de 2020.

perspectiva acadêmica deste debate, os grupos políticos e ativistas que se dedicam a elaboração e difusão de táticas de resistência, que englobam desde o debate sobre mudanças no âmbito da formulação de normas e leis para proteção de dados, até estratégias antivigilância. Compreender os desafios para um mundo cercado de interações tecnológicas e suas implicações requer, antes de mais nada, compreender quem são os atores e como acontecem os fluxos nessas redes.

Se tratando de antivigilância e ações de Estado, é sempre importante relembrar os casos de Edward Snowden<sup>57</sup>, Julian Assange<sup>58</sup> e o Wikileaks,<sup>59</sup> Ola Bini<sup>60</sup> e Chelsea Manning<sup>61</sup>. Graças a esses nomes, entre outros, foram reveladas ao mundo as atrocidades cometidas pelo governo estadunidense contra os direitos humanos e o grau de espionagem contra cidadãos e contra lideranças de outros países, inimigos ou parceiros.

No contexto brasileiro, é possível destacar o trabalho desenvolvido por organizações e iniciativas como Coalizão de Direitos na Rede<sup>62</sup>, InternetLab<sup>63</sup>, Pretalab<sup>64</sup>, CodingRights<sup>65</sup>, IRIS<sup>66</sup>, IPRec<sup>67</sup>, Intevozes<sup>68</sup>, que desenvolvem importantes pesquisas, materiais informativos e documentos, além de ações de *advocacy*, que tem resultado em documentos públicos, além de mobilização e pressão em espaços de decisão política. No campo da pesquisa acadêmica destacam-se os trabalhos produzidos por pesquisadores da RedeLavits, MediaLab, Gig@, PimentaLab, Jararaca Lab, Lab404, DigiLabour e Labjor<sup>69</sup>, entre outros. Juntam-se a essas organizações, coletivos e grupos que mantêm iniciativas mais voltadas ao trabalho diretamente com a difusão do tema através da aprendizagem e da construção de suas próprias infraestruturas digitais, como a Marialab<sup>70</sup>, a Rede Transfeminista de Cuidados Digitais. Dessa forma, constituem uma rede de agentes que colaboram para o cenário de crítica e resistência, atuando de maneira conjunta, direta ou indiretamente, com foco no fortalecimento de pautas sociais e na garantia de direitos. Como explicam as autoras Débora Oliveira, Daniela Araújo e Marta Kanashiro (2020):

<sup>57</sup>[https://pt.wikipedia.org/wiki/Edward\\_Snowden](https://pt.wikipedia.org/wiki/Edward_Snowden)

<sup>58</sup>[https://pt.wikipedia.org/wiki/Julian\\_Assange](https://pt.wikipedia.org/wiki/Julian_Assange)

<sup>59</sup><https://pt.wikipedia.org/wiki/WikiLeaks>

<sup>60</sup>[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ola\\_Bini](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ola_Bini)

<sup>61</sup>[https://pt.wikipedia.org/wiki/Chelsea\\_Manning](https://pt.wikipedia.org/wiki/Chelsea_Manning)

<sup>62</sup><https://direitosnarede.org.br/>

<sup>63</sup><https://internetlab.org.br/pt/>

<sup>64</sup><https://www.pretalab.com/>

<sup>65</sup><https://www.codingrights.org/>

<sup>66</sup><https://irisbh.com.br/>

<sup>67</sup><https://ip.rec.br/>

<sup>68</sup><https://intevozes.org.br/>

<sup>69</sup><https://lavits.org/> ; <https://medialabufrij.net/> ; <https://gigaufba.net/> ; <https://www.pimentalab.net/> ; <https://jararacalab.org/> ; <https://lab404.ufba.br/> ; <https://digilabour.com.br/> ; <http://labjor.unicamp.br/>

<sup>70</sup><http://marialab.org>

O ativismo voltado para questões relativas à privacidade e segurança na utilização da internet e das TICs é marcado por um lado, pela busca de soluções tecnológicas (para anonimato, por exemplo) ou pela modificação das formas de uso, construção e apropriação das TICs ,e, por outro lado, por uma atuação mais voltada para regulamentação, governança e *advocacy*. De forma geral , os grupos que se voltam para esses temas mesclam esses aspectos, mas atuam de forma cotidiana e mais incisiva em um deles. (PESSOA *apud* OLIVEIRA, ARAUJO e KANASHIRO, 2020, p.25)

Privacidade, liberdade, autonomia, criptografia e segurança são temas que sempre estiveram presentes no debate sobre tecnologia, sobretudo após a abertura e comercialização da internet, em meados dos anos 1990. São esses temas que inspiraram e seguem inspirando o nascimento de diversos grupos ativistas ligados ao debate sobre tecnologia, tanto aqueles que defendem os direitos digitais, como aqueles que pautam o direito à comunicação, à conexão e tantos outros temas que compõe o universo das TICs. É difícil estabelecer qual o marco zero do surgimento do campo tecnoativista no Brasil. Durante os levantamentos para essa pesquisa surgiram muitos caminhos que poderiam funcionar como ponto de partida: o movimento de rádios livres, o movimento *software* livre, o movimento de mídia livre, o movimento *hacker* ativista, o movimento de infraestruturas digitais autônomas ou de redes autônomas, o movimento pela defesa dos direitos digitais, o movimento de ciberativistas, criptoativistas. São inúmeras iniciativas que ora se aproximam, ora se distanciam em pautas, valores, crenças e objetivos. Ao longo dos anos, em muitas situações esses movimentos se cruzaram e deram início a iniciativas que também influenciaram ou mesmo fizeram parte da história do que é considerado aqui como movimento tecnoativista brasileiro. Na literatura acadêmica, é possível encontrar dezenas de trabalhos que contam a origem ou parte das histórias desses coletivos e suas atuação.

A existência de grupos tecnoativistas não é um fenômeno recente e, com a retomada de poder por grupos conservadores em todo o mundo, inclusive no Brasil, somada aos avanços tecnológicos, a atenção com o uso de tecnologias, principalmente no que diz respeito à segurança das informações, tem crescido entre os grupos que compõe esse campo, e se destacado entre os que estão na linha de frente das lutas populares.

Há, entre esses grupos, uma urgência, que dialoga com parte da produção acadêmica, em não apontar apenas para cenários dominados por distopias tecnológicas niilistas e, sim, para o reconhecimento das potencialidades das tecnopolíticas das margens (BRUNO, 2018), território fértil de possibilidades para pensar e planejar futuros possíveis.

Ainda assim, o campo do tecnoativismo, de maneira geral, se manteve, até recentemente, muito restrito aos temas e espaços do seu próprio universo, dialogando pouco com outros campos e pautas ativistas, em alguma parte por limitações como, por exemplo, a da língua inglesa que predomina nas tecnologias, também pelo alto custo de equipamentos, mas sobretudo pela predominância das estruturas de dominação e opressão, que se expressavam em espaços com predominância masculina, branca, heteronormativa, concentradas em grandes centros urbanos, com abordagens machistas, militarizadas, violentas, reprodutoras de cenários apocalípticos, cultuando o medo e paranoia.

No artigo “Leituras feministas da tecnologia social” (2022) a pesquisadora Bruna Vasconcellos aborda essa questão com foco nas tecnologias sociais, mas que pode ser pensado também em sua relação com as TICS, tal como o exposto até aqui:

Seguindo os passos das produções principais da área, alegamos que no campo da Tecnologia Social há uma encarnação acrítica da tecnologia como própria da masculinidade hegemônica – cishetero e branca. Não se visibiliza nenhum tipo de crítica à evidente concentração dos trabalhos e decisões sobre o tecnológico concentrada na mão de homens, sobretudo, brancos e performando cisheteronormatividade (D. Jesus & Jesus, 2020). E, segundo os autores, o rito de manutenção de corpos que funcionam “a fim de atender a interesses de homens cisgênero brancos que dominam as tecnologias e a sua produção e desenvolvimento” não finda. (Vasconcellos, 2022, p.64)

Esses elementos mantiveram e, em certa medida, ainda mantêm, espaços de desenvolvimento e do debate tecnológico como espaços fechados em si, com pouca abertura e mantenedores das estruturas sociais .

Na sua dissertação de mestrado a pesquisadora Débora Oliveira (2019), observa de perto esse movimento reivindicação dos espaços de construção de redes autônomas por grupos feministas e sobre isso afirma:

Nas experiências acompanhadas, assim como a construção dos acordos e pactos, os espaços seguros, o acolhimento e a perspectiva de cuidado mútuo se mostraram bastante importantes para que determinados corpos, depois, voltassem para as experiências mais coletivas de modo fortalecido para atuar sobre as desigualdades que estão presentes nas relações que se estabelecem. (OLIVEIRA, 2019, p.88)

e complementa:

Não é surpreendente que algumas iniciativas pensadas por determinados sujeitos – como homens cis brancos que estão desproporcionalmente representados em muitos espaços de decisão – não contemplem medidas que poderiam ser implementadas para tornar os

processos sociotécnicos mais acolhedores e seguros a diferentes corpos e grupos sociais. Medidas como prever um espaço de creche para que mulheres responsáveis pelo cuidado de crianças possam estar nos espaços de formação e nos processos de desenho e gestão compartilhada das infraestruturas; a construção de ações afirmativas e articulações para estimular que haja mais diversidade na gestão da rede; ou prever um tempo para discutir e promover pactos coletivos, como anti-assédio, em muitos processos (OLIVEIRA, 2019, p. 79)

Entretanto, aos poucos, nos últimos anos esse cenário vem ganhando novos elementos e sutilmente se modificando a partir de um movimento de incorporação do debate em torno das relações de opressão dentro da tecnologia, graças, e em boa medida, mas não somente, às iniciativas feministas. A minha trajetória como ativista situa-se nesse segundo momento, assim como a existência da Rede Transfeminista de Cuidados Digitais, compreendida aqui como expressão de uma transformação no campo tecnoativista.

### **3.4. Transformações no tecnoativismo**

Diferente do que se notava no tecnoativismo, é possível hoje notar uma atenção maior para as epistemologias feministas, a decolonialização das aprendizagens no campo tecnopolítico e no cuidado anticapitalista como elementos centrais para a atuação política e desenvolvimento de pesquisas, valorizando as diversas apropriações e usos tecnológicos, culturas, formas de comunicação e práticas de cuidado digital individual e coletivo, que serão categorias utilizadas nessa pesquisa para caracterizar as mudanças no campo.

Dentre os diferentes grupos que passam a adotar essas formas de atuação, aqueles que compõem a Rede Transfeminista de Cuidados Digitais são em sua totalidade formados por mulheres, pessoas trans, não binárias, corpos diversos e dissidentes e buscam diferentes formas de experiências que questionem e desmontem modelos hegemônicos, seja nas governanças, nos processos decisórios, na linguagem, nas narrativas, na aprendizagem e, apesar dos diferentes focos de atuação, têm na filosofia feminista pontos em comum. Ao considerarem uma perspectiva feminista colocam em questão as estruturas tradicionais e convidam à reflexão a respeito de compreensões já estabelecidas e normalizadas na lógica hegemônica, como o que acontece, por exemplo, com o conceito de “segurança”, como explicam as autoras:

... ao considerarem uma perspectiva feminista, o significado de segurança reflete a corporeidade e as contingências impostas aos corpos femininos e não normativos, incluindo

as solidariedades sociais que não estão presentes em outros coletivos com temas e ações semelhantes.

e complementam:

As tecnologias como tratadas pelas coletivas abrem espaço a novos aspectos por estabelecerem exatamente uma perspectiva feminista sobre a relação com as TICs. A concepção de segurança não está restrita aos artefatos tecnológicos em si ou a práticas em ambiente *online*, mas se expande para pensar a segurança desde os espaços de aprendizagem e construção destas tecnologias. Essa não é uma perspectiva comum com coletivos que lidam com privacidade e segurança das TICs, mas uma construção que abarca o ponto de partida de mulheres, pessoas trans e não binárias, suas necessidades singulares, e que altera profundamente esses processos. (OLIVEIRA, ARAÚJO e KANASHIRO, 2020, p.26)

Assim esses grupos reúnem esforços na difusão de uma cultura de segurança e privacidade que permita ações práticas a partir de formações técnicas e na criação e no compartilhamento de material informativo e educativo, também na construção de espaços participativos, não normativos e seguros, tanto *online* como presenciais. Entre eles, cresce a compreensão da importância pela busca por alternativas e soluções que dialoguem com usos tecnológicos e especificidades das populações que têm cada vez mais se apropriado das tecnologias para lutas políticas.

Nessa esteira, o conceito de “segurança digital” perde um pouco do espaço central no tecnoativismo em prol da ideia de “cuidados digitais”, uma nova abordagem para tratar dos desafios colocados com o contexto tecnopolítico apresentado anteriormente. Essa abordagem carrega consigo a crítica e abertura a novas formas de fazer, tem gerado impacto positivo e pode ser considerado como um fenômeno tecnopolítico nesse campo. É o que chamo aqui de “giro do cuidado”, que parte do trabalho feito pelas tecnofeministas brasileiras que por sua vez se inspiram em uma reflexão com base na filosofia feminista e no entendimento de que estar segura/segure é estar cuidada/ cuidade.

Isso tem possibilitado, nas atividades realizadas pela RTCD, por exemplo, trazer a crítica sociopolítica sobre o conceito de cuidado, ao mesmo tempo em que faz a abordagem da proteção digital por um viés que acolhe e potencializa, em lugar do medo, que violenta e paralisa, muito comum no discurso da vigilância, que tem origem nas práticas militares, como já mencionado. Na publicação “Cuidados digitais e filantropia”, os autores explicam:

No campo dos Direitos Humanos, essa é uma abordagem emergente, e uma estratégia que tem sido usada tanto nacional quanto internacionalmente para aproximar as práticas de proteção digital e bem estar, de organizações, movimentos e defensoras e defensores de

Direitos Humanos. Ou, mais do que isso, é uma estratégia que busca transformar a maneira como esses grupos se relacionam com as tecnologias e aproximá-los da discussão sobre como as tecnologias devem afetar a sociedade. Vale mencionar que em outros lugares do mundo essa abordagem pode aparecer com outros nomes, como “segurança holística” ou “*digital safety*” (em contraposição a “*digital security*”), uma vez que “cuidados digitais” é uma expressão cunhada no contexto brasileiro. (AMARELA E FOZ, 2022, p.11)

A atuação de grupos e organizações como a RTCD, se aproxima do é entendido como tecnologia social, que segundo a pesquisadora Bruna Vasconcellos, pode desempenhar diferentes papéis “podendo ir desde ‘atender às necessidades humanas’ ou de ser veículo para a ‘transformação social’” (Vasconcellos, p. 63, 2022). A pesquisadora destaca ainda que por se caracterizar como um construto social a tecnologia pode ter seus lastros capitalistas criticados e isso se dá pelo uso de metodologias participativas e da importância central que tem o processo, mais do que do produto, como mecanismo de fortalecimento político e comunitário (VASCONCELLOS, 2022). Nas palavras da autora:

A aposta reside na desestabilização do sistema sociotécnico vigente. Em termos políticos são significativas as ações que procuram implicar a luta popular como protagonistas na redefinição das rotas do desenvolvimento sociotécnico. Não se trata de fazer tecnologias aos pobres, mas de que as classes populares redefinam as rotas da política científica e tecnológica. (VASCONCELOS, p. 62, 2022)

Ainda que não seja uma postura totalmente difundida entre o campo tecnoativista, o reconhecimento dos impactos da colonialidade e das desigualdades entre a população brasileira, sobretudo no que diz respeito à inclusão e a literacia digital, acontece graças a uma participação crescente das maiorias minorizadas nos espaços de discussão e defesa dos direitos digitais. Grupos, como a RTCD, trazem consigo contribuições centrais para o debate e para a prática política que proporciona mudanças significativas no redesenho do campo tecnoativista, ao ponto de os cuidados digitais começarem a ganhar reconhecimento não mais como um tema apenas, mas como um campo de atuação por si só, como explicam os autores da pesquisa “Cuidados Digitais e Filantropia”:

No Brasil, essa abordagem vem ganhando espaço entre as pessoas que trabalham na intersecção entre segurança digital e Direitos Humanos. E, ao mesmo tempo que tem sido compartilhada pela comunidade, ela também vem dando forma e configurando essa comunidade. Daí utilizarmos nesta pesquisa as expressões “cuidados digitais” e “comunidade de cuidados digitais”: para marcar que se trata de profissionais e ativistas que atuam no contexto de Direitos Humanos e que partem de uma perspectiva específica. (AMARELA E FOZ, 2022, p. 11)

Como um processo que está em andamento é natural que a perspectiva dos cuidados digitais ainda esteja ganhando espaço dentro de um campo tecnocrático, e não é raro ainda encontrar dentro do campo tecnoativista apostas em soluções estritamente técnicas, com alto nível de complexidade e soluções legislativas para tratar do que se refere à segurança de dados da informação. De fato todos são importantes e desejados, mas o que se defende dentro do campo dos cuidados digitais é, de um lado, maior diversidade nesses espaços, e de outro, narrativas e abordagens diversas para tratar de tecnologia, o que no final também colaboraria com uma maior diversidade.

### **3. 5. Experiências práticas**

No campo prático, não deixamos de observar espaços de aprendizagem sobre criptografia, por exemplo, mas essa aprendizagem passa a ocorrer por meio de uma perspectiva transfeminista e influenciada pela educação. O uso do corpo, da criatividade, de referências contextualizadas, linguagem acessível, canetinha, lápis de cor e música, permitem que o tema seja abordado em turmas com pessoas de variados perfis, entre 18 e 65 anos. A preocupação não permanece apenas em multiplicar os conteúdos teórico e práticos, mas também metodológicos, permitindo que o tema dos cuidados digitais chegue nas comunidades amazônicas, pantaneiras, periféricas, quilombolas, de agricultores, defensores da terra e da água, não através de homens brancos, tecnocratas, ocupando lugares como detentores do saber, mas através das próprias pessoas daquelas regiões, que se identificam na cultura, no sotaque, nas referências, nas temporalidades, nas ausências e nas presenças.

No trabalho de pesquisa, foi possível notar essa influência nas programações da Cryptorave – o maior evento de criptografia e privacidade do Brasil – ao longo dos seus 10 anos de existência. O surgimento e ampliação de espaços com abordagens feministas sobre tecnologia pode ser percebido em uma crescente desde 2014, quando aconteceu a primeira edição. E não apenas feministas, como perspectivas negras, indígenas e de regiões do país para além do Sul e Sudeste. Basta comparar o tema e os convidados para a palestra de abertura das edições de 2014 e 2023, no primeiro “ Debate sobre a transformação da Internet num aparato militar de espionagem e vigilância em massa” foi realizada por dois homens brancos reconhecidos como referências no mundo da tecnologia, nove anos depois a palestra de abertura trás o título “ O reconhecimento facial no

cotidiano das cidades brasileiras” e tem em sua mesa 5 pessoas, 3 mulheres, entre elas a mediadora, e 2 homens, 4 pessoas negras, todos integrantes da equipe da campanha “Tire meu rosto da sua mira”.

Outro exemplo desse movimento é o lançamento, em 2022, da publicação “Cuidados digitais e filantropia: achados e recomendações básicas”<sup>71</sup>, com o apoio da Mozilla Foundation, a publicação reconhece a existência do campo ativista dos cuidados digitais, traz uma definição para o termo e aborda a comunidade que o compõe, questões que serão abordadas com mais profundidade mais a diante. O que também mostra a força da ação dessa rede é como o termo “cuidados digitais” passa a aparecer em diversas publicações entre organizações da sociedade civil, para além das feministas.

No dia 13 de novembro se comemora, em na região de divisa entra Brasil e Bolívia, o dia do Rio Paraguai, uma data importante para os ribeirinhos e comunidades que vivem às margens desse importante rio. Todos os anos, alguns grupos de movimentos de base se reúnem e realizam um grande ato, que envolve ações diretas, com o objetivo de chamar atenção para os impactos socioambientais vividos na região com o avanço do agronegócio. Em 2018, a análise de risco das ações diretas daquele ano levaram em consideração não apenas a segurança física, mas também a segurança digital das/dos envolvidas/dos. Nada melhor que muita música e dinâmicas em grupo para vencer barreiras e aproximar tecnologia e luta social.

Mulheres agricultoras rurais do assentamento Vitória da União, no sul do Sergipe, que rebatizaram o chaveiro digital KeePass para QuePeste!, usando da linguagem para quebrar barreiras da aprendizagem. Outro exemplo é “Criptografar os dados, descriptografar o corpo” que foi o tema de edição da Cryptofunk, evento que acontece na comunidade da Maré no Rio de Janeiro, convidando os participantes a aprenderem sobre os cuidados no uso das TICs e das potências e prazeres ao descobrir o corpo.

Nesse processo de transformação do campo ativista, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por grupos como MariaLab<sup>72</sup>, Blogueiras Negras<sup>73</sup>, Rede Transfeminista de Cuidados Digitais<sup>74</sup>, Periféricas, a Universidade Livre Feminista<sup>75</sup>, a Articulação de Mulheres Brasileiras<sup>76</sup>, Vedetas,

---

<sup>71</sup><https://fase.org.br/pt/biblioteca/cuidados-digitais-e-filantropia-achados-e-recomendacoes-basicas/>

<sup>72</sup><https://www.marialab.org/>

<sup>73</sup><https://blogueirasnegras.org/>

<sup>74</sup><https://www.pratododia.org/>

<sup>75</sup><https://feminismo.org.br>

<sup>76</sup><https://ambfeminista.org.br/>

Rede de Ciberativistas Negras e eventos como a já citada Cryptofunk<sup>77</sup>, iniciativas essas voltadas, entre outras coisas, ao apoio à defensoras e defensores de direitos humanos, através de oficinas que sensibilizam sobre cuidados nos ambientes digitais e ensinam o uso de ferramentas para comunicação segura a partir dos cuidados digitais. O uso da educação popular nesses espaços também tem sido ferramenta potente na sensibilização de grupos sobre a importância da mudança de cultura em relação ao cuidado com suas informações e comunicações. Essas iniciativas têm investido na decolonialização das aprendizagens no campo tecnopolítico, valorizando as apropriações tecnológicas dessas populações, respeitando suas culturas, formas de comunicação e epistemologias. É esse recorte do tecnoativismo que diz respeito a presente pesquisa de mestrado.

Marcadores de diferenças, seja de gênero, raça, classe ou mesmo territorial, intrínsecos às relações que compõem o complexo ecossistema do capitalismo de vigilância, ganham centralidade na atuação de parte desses grupos, reflexo de uma maior compreensão dos diferentes usos e acessos às tecnologias por parte das populações, e aqui principalmente a brasileira que, via de regra, é mantida alienada dos arranjos socioeconômicos por trás de todo esse cenário.

Questões recorrentes nas práticas ativistas e de movimentos populares, levantadas por pensadoras do campo da Teoria Crítica Feminista, sobretudo das Feministas Negras e do feminismo interseccional, passam a habitar também o campo de atuação na defesa dos direitos digitais e do tecnoativismo, como o caso da interseccionalidade, que questiona quem são e como estão sendo inseridas as mulheres e grupos dissidentes na tecnologia. Esse debate também está diretamente relacionado às reflexões dos Estudos Feministas sobre o cuidado, assim como no debate dos grupos tecnofeministas, objeto dessa pesquisa. A partir das discussões sobre as relações de poder e desigualdades, com base em marcadores que vão além do gênero, esses grupos colocam em questão o uso e a relação com as tecnologias por mulheres e gêneros dissidentes em todo o mundo e também no Brasil. A interseccionalidade passa então a colaborar para a nomeação e investigação das relações de poder e como estas influenciam as relações sociais presentes, em especial, em sociedades marcadas pela diversidade. Dessa forma, entender as circunstâncias concretas e violentas nas quais o racismo e o sexismo podem convergir foi apenas um início importante para o processo de nomeação, visibilização e análise da questão envolvendo dinâmicas de poder e identidade que, por sua vez, produzem realidades materiais e experiências sociais distintas e desiguais, individual e coletivamente. Dessa maneira, a interseccionalidade se torna elemento central na crítica realizada pelas tecnofeministas brasileiras.

---

<sup>77</sup><https://www.instagram.com/criptofunk/>

No livro “Interseccionalidade”, as autoras Bilge e Collins (2020) aprofundam o debate sobre como o conceito tem contribuído no processo de articulação entre distintos grupos e movimentos em ações de resistência ao neoliberalismo e suas práticas, que em muitas oportunidades são implementados com concordância e participação do Estado. Nesses casos, a interseccionalidade funciona como ferramenta analítica e de prática, permitindo a construção de espaços ativistas de debate e reconhecimento das complexas experiências de injustiça que são compartilhadas, que necessitam de mudanças estruturais, e, assim, colabora para construção de respostas políticas conjuntas e é dessa maneira que grupos tecnofeministas pensam e discutem a própria prática do cuidado. Quem dá e quem recebe cuidado. Quem pode e quem consegue cuidar de suas tecnologias e seus usos.

No contexto das tecnofeministas brasileiras é também, através da interseccionalidade, que esses grupos levantam o questionamento sobre a inclusão crítica de mulheres na tecnologia, apontando que não é uma questão apenas quantitativa, é fundamental pensar: que inclusão está sendo reivindicada; como é feita e quem faz parte dela. Sobre essa discussão a pesquisadora Daniela de Araújo, em sua tese de doutorado intitulada “Feminismo e Cultura Hacker: intersecções entre política, gênero e tecnologia” (2018), escreve sobre o tema:

Contudo, resta saber quais são as mulheres que estão sendo incluídas. É neste sentido que o conceito de interseccionalidade é mobilizado para questionar a visão unificadora da categoria mulher e tornar visíveis as relações de poder e desigualdades baseadas em outros marcadores sociais da diferença, que diferenciam as formas de opressão vividas por diferentes mulheres.” (ARAÚJO, 2018, p. 105)

Esse compromisso da interseccionalidade com a justiça social faz com que ela siga permeando as práticas ativistas e intelectuais e reforça assim a ideia de prática e teoria lado a lado, buscando e oferecendo respostas interseccionais às injustiças sociais. Para Bilge e Collins (2020):

Em consonância com o argumento de Cho, Crenshaw e McCall, segundo o qual “o que faz com que uma análise seja interseccional não é o uso que ela dá ao termo ‘interseccionalidade’ nem o fato de estar situada numa genealogia familiar, nem de se valer de citações padrão”, nosso foco deve ser “o que a interseccionalidade faz e não o que a interseccionalidade é”. (COLLINS e BILGE, 2020, p. 20)

Com isso, perspectivas, conceitos e soluções propostas pelo norte-global, tidas como referência no assunto, vão progressivamente dando lugar à contextualização das práticas e realidades locais.

Nesse novo desenho, noções importantes vem sendo construídas e difundida por esses grupos como é o caso da transancestralidade e da noção de tecnologia feminista, esse último, importante para o reconhecimento da não neutralidade das tecnologias e com isso a possibilidade de repensar a produção, o desenvolvimento e o uso das TICs por esses grupos sociais (OLIVEIRA, ARAUJO e KANASHIRO, 2020).

O que torna esses grupos ainda mais interessantes como foco dessa pesquisa é a maneira como expandem a radicalidade do cuidado, outra categoria de interesse nesse trabalho, propondo-o em debates e práticas nos quais não está frequentemente inserido, como a própria tecnociência, as relações com as TICs e as práticas de vigilância. Essa expansão do cuidado envolve tensionar normas naturalizadas e examinar como modos divergentes de valorizar as práticas e compreensões de cuidado podem coexistir dentro de hierarquias desiguais de poder e agência; é também ferramenta potente para subverter o *status quo*, desestabilizar restrições morais da ética, questionar e alimentar o reconhecimento de que nenhuma proposta mais, “fora” do ponto de vista do cuidado, é possível ou aceitável para aqueles que desejam mudança (BELLACASA, 2017).

Dessa maneira o cuidado ganha relevância neste trabalho e é tratado partindo da teoria filosófica da ética do cuidado, de onde é feito um resgate sobre a origem do debate em torno do conceito e traçado um caminho que vai mostrar como o termo chega até o contexto tecnofeminista, porquê é convocado pelas ativistas feministas atuantes na área e o que acontece quando o cuidado digital passa a dividir o espaço com a segurança da informação. Vale destacar também a atenção sobre a difusão do termo e do significado de cuidado para o neoliberalismo, afastando-o de sua prática anticapitalista, coletiva e de resistência. Essa é uma postura que não deve ser confundida com a ideia de autocuidado cooptada pelo sistema, que se tornou imperativo de “tratar a si mesmo” e que impõe inclusive padrões de comportamento e consumo. O cuidado convocado aqui parte da ideia de sujeito inerente a uma rede interdependente, composta por histórias particulares e situadas, em grande parte, em um contexto de violências, assimetrias, vulnerabilidades e relações complexas. A radicalidade do cuidado está relacionada à sobrevivência e envolve pensar em toda a questão estrutural na qual ele não está presente de maneira homogênea.

A perspectiva do cuidado adotada por esses grupos está ligada a duas trajetórias de ação política: o autocuidado feminista e o cuidado ligado aos movimentos negros, como explicam as pesquisadoras Hobart e Kneese (2020), “ambos visaram preencher as lacunas entre colapso estrutural, falha e abandono” por parte das instituições, e complementam

Em vez de atuar apenas como força de autopreservação, o cuidado é com a sobrevivência das comunidades marginais porque é intimamente ligado à política radical moderna e ativista. (HOBART e KNEESE, 2020, p.5)

Ao atuarem considerando os atores sociais, o contexto e visões de mundo, o trabalho desenvolvido por esses grupos produz importantes contribuições também para a compreensão prática do campo dos Estudos Feministas da Ciência e Tecnologia (EFCT), que por sua vez tem desempenhando papel fundamental no entendimento dessas áreas como construções sociais e culturais e à crítica ao papel que desempenham na manutenção de estruturas de poder e desigualdade. Nesse diálogo com os EFCT, grupos têm trabalhado ainda com a ideia de saberes localizados, conceito desenvolvido pela teórica Donna Haraway (1995), ao mesmo tempo em que constroem práticas metodológicas e relacionais centradas na radicalidade do cuidado.

### **3.6. A experiência da Gincana monstra<sup>78</sup>**

Um exemplo de experiência prática que se destaca e tem ganhado relevância no contexto apresentado nesta dissertação é a metodologia Gincana Monstra, já apresentada no tópico sobre a RTCD e que a seguir será apresentada com mais aprofundamento. A diferença do que foi apresentado no capítulo dois e que será visto aqui é que lá a metodologia foi apresentada de maneira superficial e aqui será resgatada junto com o meu relato, inspirado nos relatos de experiência<sup>79</sup>, realizando, participando e acompanhando a Gincana Monstra.

---

<sup>78</sup> A edição que foi acompanhada como parte da pesquisa de campo aconteceu entre os meses de junho e agosto de 2021. Já foram realizadas outras duas edições: (em 2022, a Gincana Monstra: Opening the Code, voltada para facilitadoras de cuidados digitais de diferentes países do sul-global e que integram uma rede de facilitadoras apoiadas pela APC; e em 2023, Gincana Monstra: Matintas, realizada com ativistas e defensores da região Norte do Brasil, utilizando de inspiração a figura folclórica da Matinta Pereira, meio mulher, meio bruxa, meio monstra, para fazer a conexão entre tecnologias digitais, saberes ancestrais e cultura.

<sup>79</sup> O relato de experiência como metodologia científica é uma abordagem qualitativa que consiste na descrição detalhada e sistematizada de vivências, práticas e processos observados ou realizados pelo pesquisador em seu campo de estudo. Trata-se de uma ferramenta metodológica que permite a reflexão crítica sobre uma situação prática, sendo utilizada especialmente em áreas como educação, saúde, trabalho social e pesquisa participativa. Essa metodologia tem como objetivo documentar experiências reais e contribuir para a construção de conhecimentos a partir da prática. No relato de experiência, o pesquisador pode abordar suas percepções, desafios enfrentados, soluções adotadas e os impactos de suas ações, buscando extrair aprendizado teórico a partir da prática empírica. bell hooks, embora nunca tenha utilizado o termo "relato de experiência" como metodologia acadêmica de forma direta, aborda a importância de integrar experiências vividas à pedagogia crítica em vários de seus livros, como em "Ensinando a Transgredir". No campo brasileiro, uma figura importante é Ana Maria Saul, que trabalha com pedagogia crítica e educação popular, e frequentemente explora a importância do relato de experiência como metodologia reflexiva e transformadora.

“Desafio. Vida. Risco. Medo. Insegurança. A vida das mulheres e de suas comunidades. Isolamento. Colapso. *Lockdown*. Palavras e sentimentos que assombraram as mulheres em todo o Brasil no início de março de 2020, quando foram relatados os primeiros casos de COVID-19. Naquele início de ano, nosso principal projeto era realizar um acampamento feminista na região norte do país. No entanto, diante desse cenário, tivemos que dar um passo atrás.”<sup>80</sup>

No final de 2019 a RTCD já começava a se preparar para o primeiro acampamento feminista que o grupo iria organizar. O formato de acampamento permitiria ao grupo reunir um número grande de pessoas, vindas de diferentes regiões do Brasil, vivendo juntas por algum tempo, compartilhando quase tudo, comidas, materiais, espaços, conhecimentos. A oportunidade de reunir muitas pessoas que eram inspiração para o grupo, ativistas e lideranças espalhadas pelo país, fazia ímpar a oportunidade daquele encontro. Com o passar dos primeiros meses de 2020 e o agravamento da pandemia, foi ficando claro para o grupo que o tão desejado acampamento não ia acontecer, não naquele momento, não como estava sendo planejado. Entre tantos sentimentos a pandemia trouxe naquele momento uma encruzilhada para a Rede, se de um lado explodiam os pedidos de apoio com cuidados digitais, do outro todos lidavam com medo, ansiedade, isolamento social e etc. Diante desse contexto a ideia inicial de acampamento feminista se torna uma gincana online, mas não uma gincana qualquer.

Não foi fácil. Levamos mais de um ano para definir novos caminhos para aquele projeto, mas aconteceu, enfrentando todos os desafios de nossa própria realidade e a das feministas no Brasil, como a sobrecarga de trabalho, o luto pela perda de entes queridos, o recrudescimento de idéias conservadoras e da violência online contra ativistas, a escassez de trabalho e a negligência governamental em todas as esferas. (texto apresentação do relatório no site da APC)

Depois de escolhido o formato, ajustado à realidade da pandemia e do isolamento, a Rede realizou um processo de construção da cosmovisão para a gincana e foi daí que surgiu a figura da Monstra. Figuras, ideias e conceitos como da monstruosidade, ciborgue, múltiplas identidades, entre outras, circulam no universo tecnoativista, podendo se relacionar com estratégias de ocupação e presença nas redes digitais. No trecho a seguir, retirado do e-mail de convite enviado para

---

<sup>80</sup> trecho retirado do texto de apresentação do relatório da Gincana Monstra, publicado no site da APC. Disponível em <https://www.apc.org/en/cuidados-digitais-para-ativistas-feministas>. Acesso em : 10/09/2024.

participantes da Gincana Monstra é possível compreender um pouco mais como se dão essas relações:

Como forma de enfrentar os rótulos que nos atribuem, nos assumimos então como monstras. Quem disse que queremos ser apenas uma versão de nós mesmas? Somos as criaturas que transfiguram e assumem suas várias possibilidades. Trazemos a ideia de sermos monstras a partir de cosmovisões ancestrais de que somos pessoas que transmutam, damos passagem às nossas várias possibilidades de existências de nossas corpos, de nossos sentidos, das várias formas como enfrentamos os sistemas que desumanizam e mutilam mulheres e pessoas LGBTQI+. Ser monstra é criar caminhos, é olhar o futuro a partir do agora, é sermos vento, água, fogo e terra. E se a bestialidade que nos atribuem é a nossa liberdade: sejamos monstras, monstros e monstres!

Ser monstras no mundo digital é outro grande desafio, enfrentamos vigilâncias, controles, precariedades, boicotes, binariedades. Os segredos dessas novas tecnologias são restritos aos homens brancos, ocidentais, que alimentam as infraestruturas capitalistas cerceando as nossas humanidades e nossas liberdades. Assim, queremos nos encontrar com as muitas outres monstrix que também desafiam essas lógicas e experimentar juntas as nossas possibilidades de ser, fazer, criar e transformar. Nossa infraestrutura é o afeto e entendemos a afetividade enquanto tecnologia, resistência e criação. (trecho retirado do e-mail-convite enviado para participantes da Gincana Monstra)

Para esse processo de construção da cosmovisão a Rede convidou a artista visual Bruna Kury<sup>81</sup> para uma construção conjunta. Bruna levou a rede em um mergulho interno e nesse retorno o grupo trouxe elementos que formaram uma base importante para o restante da construção desse processo. Elementos muito viscerais e que circulam essa relação des ativistas com a Rede estavam presentes. E isso se deu tanto pela forma como foi conduzido o processo, quanto pelo momento em que o mundo estava colocado, eram meados de 2020/2021, ainda vivendo a pandemia de covid-19.

Foram então 26 participantes, dos estados de Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Amazonas, mulheres cis, trans e pessoas não binárias, em sua maioria negra e parte do movimento feminista. Através de convites destinados às suas organizações, formaram equipes de 3 a 4 pessoas. Com idades entre 18 e 65 anos. Havia pessoa moradoras de áreas urbanas e áreas rurais, dentre elas regiões periféricas e de classe média, regiões ribeirinhas e sertanejas. A escolha das organizações participantes tinha uma relação direta com a realização de um Treinamento para Treinadores (ToT) realizado em 2019 na cidade do Rio de Janeiro, que reuniu cerca de 19 participantes, facilitadoras ativistas, moradoras das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. Foram portanto convidadas organizações participantes do ToT ou indicadas

---

<sup>81</sup> <https://brunakury.weebly.com/>

por elas, além de grupos considerados importantes a partir de uma leitura de contexto feita pela Rede.

Desde o início foi pensado um processo acessível e colaborativo que permitisse a participação de pessoas com pouca conexão - e pouco pacote de dados - e que pudesse ser acompanhado no tempo de cada uma. Para isso, houve o cuidado de enviar inicialmente para participantes um formulário com uma série de informações que iriam balizar a construção e abordagem dos conteúdos, além de ajudar no entendimento sobre a infraestrutura que a Rede precisaria disponibilizar para garantir as participações como, por exemplo, pacotes de dados móveis para aquelas, aqueles e aqueles que não tinham acesso a internet *wi-fi*. Entre participantes haviam pessoas moradoras de regiões com baixíssima conectividade, o que tornava o formato assíncrono e a disponibilidade dos materiais e conteúdos era fundamental pois essas pessoas, em muitos casos, precisavam se deslocar para outras comunidades a fim de se conectarem.

Durante a decisão sobre as ferramentas a serem utilizadas existiam alguns critérios importantes a serem cumpridos, como serem ferramentas de gratuitas e de código aberto, que funcionassem bem em Android e Windows, pois era a maioria dos sistemas utilizados entre as participantes e, tanto para as ferramentas quanto para o formato dos conteúdos, era importante encontrar saídas que exigissem baixa performance dos aparelhos e da conexão, garantindo que ninguém se sentisse incapaz de participar por questões relacionadas a esse tipo de acesso.

Para que as participantes pudessem se familiarizar com as ferramentas, além dos momentos dos plantões também foram disponibilizados Guias de Usuárias que apresentavam um passo a passo com uma linguagem acessível. Ao mesmo tempo era importante que esses conteúdos fossem atraentes, bonitos, visualmente interessantes e de fácil compreensão, para isso foi contratada uma profissional de design, Camila Mori, que acompanhou todo o processo, colaborando desde a criação de toda a identidade visual e materiais de comunicação.

As principais ferramentas utilizadas foram: Big Blue Button, para os encontros virtuais; Mattermost, rebatizada de MasterMonstra, usada para chat de bate-papo on-line, compartilhamento de arquivos, pesquisa e integrações, podendo ainda organizar as conversas em diferentes canais. Funcionava como espaço de roda, livre para conversas sobre qualquer assunto; Next Cloud, rebatizada de DocuMonstra, serviço de hospedagem e compartilhamento de arquivos, funcionando como um drive onde eram reunidos todos os materiais produzidos para a gincana ou durante a

gincana e outros materiais interessantes que participantes e facilitadoras quisessem compartilhar entre si. A ideia por trás desse uso de novas ferramentas durante a Gincana fazia com que participantes conseguissem completar todo o ciclo até passar a fazer um uso com mais naturalidade, ou seja, conhecer, instalar, aprender a utilizar, encontrar outros usuários, resolver situações de problemas ou de dúvidas sobre o uso, conhecer a comunidade de usuáries. Dessa maneira não era apenas o caso de apresentar uma ferramenta nova e apontar que ali estava a solução para um uso seguro. Era um processo coletivo, com acompanhamento durante todas as etapas, apoio para solução de problemas e construção de uma comunidade próxima, parte de seu cotidiano, utilizando a também a ferramenta, tudo isso, ao mesmo tempo, participando da Gincana, ou seja, em um processo mais leve, prático (no sentido de ser realizado na prática) e interessante.

Entre os recursos utilizados se destacou a Rádio Mostra, que trazia para participantes, por meio de áudios, uma espécie de boletim semanal em formato de “cordéis sonoros”, com um resumo do que tinha acontecido e o que estava sendo preparado para a semana seguinte. Para produzir a Rádio Mostra foi convidada uma facilitadora poética, Cidinha Oliveira. A seguir um trecho da Rádio Mostra de abertura:

Que coisa boa maravilhosos  
A gente poder se encontrar  
O fato de estarmos aqui  
Já é motivo para celebrar  
Esse espaço é todo nosso  
Vamos juntas participar  
Esses tempos tão sofridos  
Até um nó na goela dá  
Tanta ansiedade e tristeza  
Os nossos direitos a desmoronar  
Cada passo que resistimos  
Traz esperança para atravessar  
As palavras que dão a gira  
Pra esse momento de diversão  
Precisa se tornar pertença

Pra alimentar a animação  
Afeto, escuta, ancestralidade  
Tudo faz parte da nossa comunicação...  
...Você consegue puxar na memória  
Seu primeiro contato com a tecnologia?  
Não precisa ser só digital  
Pois tem as coisas do dia a dia  
Plantar, cozinhar, costurar,  
organizar o temporal  
São exemplos dessa sinergia...  
(Cidinha Oliveira)

Além da Radio Mostra com Cidinha Oliveira, foram muitas pessoas convidadas e/ou contratadas a participar da realização da Gincana Mostra, desde a construção da cosmovisão até as premiações. Em vários dos recursos disponíveis haviam pessoas convidadas envolvidas, como no Oráculo Transfeminista, na oficina sobre sustentabilidade das organizações, na tradução espanhol/português, na produção audiovisual e até mesmo no cuidado psicoemocional, com a contratação de uma terapeuta. Tudo isso é parte de uma infraestrutura pensada a partir de um cuidado, do cuidado compreendido pela RTCD e de alguma maneira representa uma parte importante do tecnofeminismo que vem sendo praticado no Brasil, no campo dos cuidados digitais.

A ideia de gincana foi inspirada nas memórias de infância e assim trazer referências que remetessem a um momento lúdico e divertido, com um percurso de início e fim, no entanto a partir de uma perspectiva transfeminista, todo tempo houve a preocupação em afastar da ideia de concorrência entre as equipes, sem abrir mão da noção de colaboração. Assim a Gincana Mostra nasceu de um desejo da RTCD de criar um espaço para renovação das energias e alegrias e não de maior adoecimento para as pessoas que já estavam sobrecarregadas das demandas da vida, as quais pioraram durante a pandemia.

A Gincana Mostra em seu eixo estrutural central, junto ao cuidado, tem uma outra noção importante, e que já foi brevemente mencionada nesta dissertação, a de “infra estrutura de afeto”, uma noção criada pelo transfeminismo e que vem sendo de grande interesse e bastante trabalhada pelo campo por sua potência, e também pela academia, com destaque para o trabalho desenvolvido

pela pesquisadora e integrante da Rede, Thiane Neves, em sua tese de doutoramento\*. A ideia de infraestruturas de afeto, se relaciona ao que é necessário para nos sustentar, sustentar nossas vidas e como juntas contribuímos na manutenção dos recursos presentes nessas infraestruturas, onde produzimos afetos, somos afetadas, através das tecnologias em seu significado mais amplo e como compomos elas com as tecnologias que carregamos. Para a RTCD, infraestruturas de afeto são também uma metodologia de aprendizagem.

Como reflexo de todo esse cenário a Gincana Mostra foi desenvolvida para questionar e enfrentar as estruturas impostas, dessa maneira todo o percurso foi pensado de forma a romper com o tecnicismo, construindo espaços seguros onde todas se percebessem como produtoras de tecnologia, sem alimentar a vergonha pelo erro ou a sensação de exclusão ou incapacidade por não saber ou não compreender algo novo. Assim a comunicação também era um ponto de extremo cuidado, mantendo uma constante atenção sobre as abordagens, sobre a certeza de os canais de comunicação utilizados estavam funcionando bem e de que todes estavam confortáveis e acolhides a cada etapa.

Cada etapa teve duração de cerca de 2 semanas e era composta de um conjunto de atividades divididas em 4 formatos:

- atividade principal: momentos usados para reunir o máximo de participantes, proporcionando discussões e conteúdos centrais para os temas e as atividades trabalhadas naquela semana e para o percurso da gincana como um todo;
- atividade extra: momentos pontuais, abertos para quem quisesse ou pudesse participar;
- plantão: aconteciam ao longo das semanas com o objetivo de facilitar a interação entre participantes com as ferramentas apresentadas ao longo da Gincana. Uma das facilitadoras da Rede ficava disponível durante todo o tempo do plantão para poder tirar dúvidas ou ajudar com qualquer outra questão relacionada à tecnologia;
- Aláfia: eram desafios, a comemoração do percurso percorrido até ali. O caminhar do percurso era sempre visto como motivo de felicidade e reconhecimento de que os caminhos estavam abertos; alafiou!

As atividades principais aconteciam de maneira síncrona para possibilitar os encontros, mas eram gravadas e disponibilizadas para que pudessem ser vistos quando as participantes quisessem, assim como todas as outras atividades, ou seja, todo o conteúdo foi gravado e disponibilizado.

Como exemplo de como eram as feitas as Aláfias, em uma delas foi proposta a montagem de um roteiro ou um guia, texto, postagem, passo a passo, ilustração ou zina para replicar um dos temas vistos durante a segunda etapa, levando em consideração a cultura e a realidade das participantes, tentando abarcar todas as habilidades da equipe, seja pintura, desenho, escrita etc. Um dos materiais produzidos foi o zine “Cuidados Digitais para Viajantes das Galáxias e Ativistas”, um passeio pelo espaço a bordo de um foguete espacial mostrando um pouco a comunicação desde o tempo das cartas até os meios de comunicação digitais, e trazendo dicas de como utilizar a internet de forma segura.

As etapas, apesar de divididas entre as semanas, quando reunidas formavam uma grande narrativa que significava a passagem do grupo por todo o percurso da Gincana Monstra, assim cada participante dava início construindo sua identidade monstra, podendo criar um novo mundo no qual a gincana iria acontecer, tendo esse exercício como uma prática para pensar futuro, futuro desejados e possíveis. Em seguida passava por uma reconexão com suas tecnologias ancestrais e uma conexão com novas tecnologias, como ferramentas úteis para o dia a dia e para o ativismo. Reconheciam seus conhecimentos, habilidade e capacidades com o digital, passando por uma compreensão do ecossistema por trás dos computadores, celulares e da internet e no final estarem mais confiantes para colocar em prática aquilo que for necessário para alcançar o futuro desejado. Dessa maneira a primeira etapa chamada, “Monstras estelares contra el capitalismo”, foi de acolhimento, de cuidado, para entender as demandas e desejos, momento no qual todos participantes puderam se apresentar e falar um pouquinho sobre suas caminhadas. Foi também o momento para apresentar as principais ferramentas e recursos a serem utilizadas ao longo da Gincana e se familiarizar com as linguagens, pessoas e criar as identidades monstras e os acordos que iriam habitar o universo da Gincana Monstra. Para construção das identidades monstras, foi convidada a artista ativista hackfeminista mexicana Lil Anaz, que facilitou alguns encontros da primeira semana.

Na segunda etapa, batizada de “Infraestruturas do afeto”, se falou sobre tecnologia dentro de uma perspectiva afetiva que abraça os conhecimentos de cada pessoa. Teve como objetivo promover a aproximação com o mundo digital, levando o debate inclusive para questões geopolíticas como internet física, tráfego de dados, monopólio das grandes empresas, políticas de

exclusão de comunidades e territórios sem conexão, políticas públicas como um serviço de infraestrutura de telecomunicação, “mas jamais como uma infraestrutura de inclusão e acesso”. Tudo isso sempre buscando apontar para as questões que envolvem cuidado, segurança e proteção. E sempre com essa ideia de pensar mundos presentes e futuros possíveis foi realizada uma atividade com o Oráculo Transfeminista que permitiu às participantes imaginarem, de forma lúdica e divertida, como criar e utilizar as tecnologias feministas que ajudam a escapar da matriz de dominação, ao invés de reproduzi-la

“o que é segurança pra você? É chão firme, mas com uma ventania na cara.”(resposta de participante durante a Gincana Mostra)

Na terceira etapa, “Mensagem de um novo mundo”, resgatou-se e aprofundou-se as possibilidades de comunicação digital seguras. Além de resgatar a nossa relação com a comunicação, como sociedade, desde a época das cartas até a atualidade, essa etapa também trabalhou essa relação com nossas informações pessoais espelhadas pelas várias ferramentas que utilizamos para comunicação, incluindo as redes sociais. Teve também espaço para refletir sobre como construir redes e sua relação com a segurança.

E a quarta etapa foi dividida em duas: “Abrindo o código: Caminhos para facilitação de cuidados e boas práticas digitais” e “Passando o bastão dos Cuidados Digitais”, nessa etapa foram trabalhados conhecimentos e recursos para multiplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo da Gincana Mostra. Também falaram sobre estratégias de sustentabilidade, o que está diretamente relacionado ao cuidado. Esse debate foi abordado através de estratégias para enfrentar desafios na sobrevivência pessoal e dos coletivos, e como as infraestruturas patriarcais, cis-sexistas, racistas e capitalistas afetam nossas oportunidades, assim como a forma como nos enxergamos. Por fim, foi feita uma abordagem sobre a relação tecnologia e pessoas mais velhas. Como é importante que elas também se apropriem dos cuidados digitais, sobretudo as lideranças populares, ativistas com grandes histórias e trajetórias e as quais temos grande respeito, como construir um legado de boas práticas digitais dialogando sobre as experiências vivenciadas pelas mais velhas.

Ao final, para celebrar a chegada de todes no fim da jornada, foi feita uma grande festa online, com música, leituras de *tarôt*, compartilhamentos, risadas e trocas e todas as equipes foram premiadas com um kit cuidadosamente preparado pela equipe da Rede e que continha, além de equipamentos adquiridos a partir da demanda da realidade de cada grupo/coletivo, vários materiais impressos sobre os temas trabalhados na gincana, adesivos e “mimos”.

Ao observar a realização da Gincana Mostra destacam-se como diferenciais de uma construção a partir do cuidado:

- a preocupação em não sobrecarregar ainda mais as participantes, entendendo as mudanças nas rotinas e nas casas durante o isolamento social;
- respeito aos diferentes tempos de aprendizagem e de disponibilidade, além das diferentes condições de acesso aos materiais, diferentes conexões, diferentes dispositivos entre participantes;
- rompimento com o tecnicismo, construindo abordagens em que todes se entendessem produtores de tecnologia e detentores de saberes tecnológicos, de diferentes tipos de tecnologias;
- incentivo a formação de redes;
- a preocupação em disponibilizar diferentes recursos para tornar o processo mais interessante, divertido, inclusivo e cuidadoso, com destaque para a participação de terapeuta profissional que acompanhou tanto o grupo de facilitadoras quanto o grupo participantes. Essa profissional ficava a disposição das pessoas que poderiam solicitar conversar particulares, mas também eram oferecidas rodas de cuidado online para serem realizadas a cada duas semanas coletivamente;
- tradução do espanhol para o português nas oficinas necessárias;
- disponibilização de facilitação gráfica para registro, escrito e visual, de algumas sessões.
- apesar de inspirada nas gincanas, o que implica em percorrer um caminho, cumprir tarefas e etapas afim de vencer, ao contrário, na Gincana Mostra a ideia era percorrer esse caminho juntas, trocando a ideia de competição por cooperação, marcando a importância do caminhar coletivo, sobretudo em um momento como o da pandemia e ao final do percurso todos os grupos foram premiados;

- outro ponto diferencial é que não havia pódio, ou classificação, melhor ou pior desempenho, os prêmios oferecidos às organizações eram kits com equipamentos montados conforme a necessidade de cada organização. Essas informações foram levantadas ao longo da Gincana.

- Não existia nenhuma obrigatoriedade ou cobrança em relação à presença. Cada pessoa tinha autonomia em decidir sobre sua participação. E pensando em não deixar ninguém para trás, houve uma preocupação em disponibilizar todos os conteúdos acessíveis fora do tempo presencial, deixando tudo registrado e disponível na nuvem de cuidados digitais para que aquelas que não conseguiram chegar pudessem acompanhar futuramente. Por isso, todas as sessões foram gravadas e junto com todos os textos, vídeos, áudios, apresentações e sistematizações ficaram disponíveis para serem acessados em qualquer momento.

Após apresentar o campo dos cuidados digitais, representado pela RTCD e o contexto tecnopolítico com o qual esse campo se confronta, é essencial aprofundar a discussão sobre o conceito de cuidado sob uma perspectiva feminista e da ética do cuidado. Isso proporciona uma melhor compreensão de que tipo de cuidado é convocado pelas feministas e transfeministas no campo tecnoativista, quando essa abordagem é proposta no universo das tecnologias. A noção mais difundida do cuidado como algo inerentemente feminino, delicado, e de menor relevância é uma construção alinhada aos padrões normativos centrados na masculinidade branca. Essa ideia, ao terceirizar o cuidado às figuras femininas ou a populações exploradas, foi apropriada pelo capitalismo, transformando o cuidado, que é essencial à vida, em um bem consumível e mercantilizado.

Quando o campo ativista tecnoativista convoca o cuidado político, feminista, transfeminista e anticapitalista para tratar de segurança e proteção, ele está propondo uma crítica à exploração patriarcal e colonial sobre grupos sociais como mulheres, pessoas negras, imigrantes e outros marginalizados. Esse movimento busca resgatar o poder do cuidado, recolocando-o nas mãos de quem o realiza, enfatizando sua importância vital e o valor de quem possui o conhecimento para realizá-lo.

O capítulo a seguir explora com mais profundidade esse debate, também o conceito de cuidado, a partir do pensamento de teóricas feministas e sobretudo das tecnofeministas brasileiras representadas pela RTCD. A ideia é mostrar a potência que emerge da fusão entre o cuidado político e o conhecimento tecnológico, ressaltando a força transformadora dessa combinação no ativismo contemporâneo.

## Capítulo 4 - Cuidado - Sobrevivência, preservação e ferramenta de enfrentamento político

“Cuidado é um termo utilizado para descrever processos, relações e sentimentos entre pessoas que cuidam umas das outras, como também de seres vivos e até mesmo de objetos, cobrindo várias dimensões da vida social”.  
Hirata e Debert (2016, p.18)

### 4.1. Os caminhos do cuidado

Assim como “gênero” e “trabalho”, “cuidado” é um termo multidimensional e transversal (HIRATA, GUIMARÃES, 2012) e por isso permite uma variedade de leituras, do afeto às políticas públicas. Historicamente o cuidado esteve e está presente no debate em áreas como a Filosofia, Economia, Psicologia e as Ciências Sociais e, na sua amplitude, vem ganhando força em diferentes campos, como o dos Estudos de Ciência e Tecnologia. Esse cenário traz consigo vários desafios no que diz respeito à conceituação do cuidado, sobretudo quando se trata de encontrar um único significado comum a todas as áreas, é dessa maneira que as perspectivas feministas sobre o conceito ganham destaque.

Com base nisso, este capítulo pretende resgatar a origem multidisciplinar do debate feminista em torno do cuidado para, então, tratar sobre a construção do conceito e do campo dos “cuidados digitais”, um debate mais recente e encabeçado pelas ativistas tecnofeministas, que propõem um alargamento da ideia relacional de cuidado humano/humano, incluindo relações humano/não-humano e também relações humanas mediadas pelas tecnologias digitais, resgatando o debate feminista em torno da ética do cuidado e suas várias dimensões.

São os estudos que relacionam gênero e cuidado que deram origem a ética do cuidado, um ramo da filosofia, central para esta pesquisa. A princípio, a ética do cuidado tratava a partir de uma perspectiva relacional entre indivíduos, posteriormente passa a politizar o cuidado nas relações mais ampliadas no que se refere ao papel do Estado para com a sociedade. Nos Estudos Feministas mais recentes, o cuidado começa a se ampliar para além das relações entre humanos, trabalho produtivo e reprodutivo e suas relações de poder no que diz respeito a gênero, raça, classe, sexualidade, *status*, provocando reflexões sobre a interdependência das relações humanas, mas abarcando também as interações entre seres orgânicos e inorgânicos, pensando a construção das redes que compõem e sustentam a vida em toda sua amplitude. Uma estrutura que vai além das relações interpessoais, das atividades e do trabalho de cuidado e assumem uma complexidade que vem atravessando debates e

práticas; que inclui um cuidado voluntário e involuntário, como a relação com a natureza e outros atravessamentos; também a interseccionalidade no cuidado, a radicalidade do cuidado e o cuidado dentro da tecnociência, todos, lugares que interessam diretamente às reflexões propostas nessa pesquisa.

Nesse recorte, esta pesquisa percorre, um caminho de reflexões traçado por teóricas e pensadoras do campo do Estudos Feministas, do campo da tecnopolítica e também ações do campo ativista tecnofeminista, afim de encontrar os contornos que o cuidado tem ganhado na intersecção entre estes campos. Mais precisamente, na Rede Transfeminista de Cuidados Digitais que têm em suas práticas e narrativas elementos que tem ganhado relevância dentro do campo ativista de maneira mais ampliada e que, também, guiaram o percurso percorrido durante a pesquisa que embasou essa dissertação.

Ao acompanhar o trabalho da RTCD, ora no lugar de pesquisadora, ora de integrante do campo, e por vezes em ambos, pude observar a emergência de uma mudança de perspectiva que uma parcela deste campo ativista tecnofeminista vem vivendo, mudança essa que nomeio aqui de “giro do cuidado”, a fim de facilitar a compreensão e análise desse processo, que é de interesse central para essa trabalho. Baseado na filosofia feminista e no uso da tecnologia, politizada e ressignificada, como ferramenta para fortalecimento de lutas por direitos fundamentais e acreditando nas trocas de conhecimentos e na construção de redes de fortalecimento para garantia da segurança integral de pessoas, coletivos, organizações, comunidades e territórios. É dessa perspectiva do cuidado como segurança e proteção, de uma maneira integral ou holística, relacionado ao uso das tecnologias digitais, que o tema vai se mostrando um fenômeno a ser pesquisado, pelas mudanças que tem gerado e pelos impactos positivos no ativismo, ao ponto de ser reconhecido como um campo de atuação. De início, a aposta para essa mudança era creditada à decolonialidade, com o caminhar da pesquisa o cuidado passa a ganhar centralidade nesse lugar. Aqui é importante ressaltar que o cuidado, sobretudo a prática do autocuidado e do cuidado coletivo, é elemento presente na perspectiva decolonial, que trata de resistências e sobrevivências à opressão e colonização e está presente nas práticas de grupos e populações mais atingidas pelos sistemas colonizantes portanto a decolonialidade está presente também nesta discussão uma vez que está intrínseca ao cuidado na perspectiva aqui adotada, como poderá ser visto ao logo da leitura.

## 4.2. A evolução do conceito

A literatura mais difundida sobre o tema do cuidado, surge em meados do século XX e caracteriza o termo como algo ligado ao trabalho relacional para produção do bem-estar amplo, ou mesmo da sobrevivência, no que diz respeito a esfera da vida privada. Desde a década de 60 os estudos de gênero abordam a problemática do cuidado, ainda que de maneira indireta, ao questionarem estruturas como a divisão sexual do trabalho, a feminização de profissões e ocupações, o trabalho doméstico remunerado, a relação trabalho, trabalho doméstico e família, entre outros temas.

É no final dos anos 1970 e início da década de 1980, que um novo campo dos estudos é inaugurado, o campo da Ética do Cuidado. Questionando o modelo de desenvolvimento moral (Singer, 1994) e o reforço do sistema patriarcal, a luta realizada por feministas da época estimulam mudanças tanto éticas quanto teóricas importantes para o campo dos Estudos Feministas e conseguem direcionar sua atenção para diversos aspectos dessa estrutura, entre eles o cuidado. Fruto da luta política de mulheres que levantaram questionamentos sobre o modelo de desenvolvimento moral (Singer, 1994) e sobre o reforço do sistema patriarcal, estimulando mudanças éticas e teóricas importantes, sobretudo para o campo dos Estudos Feministas. Outra importante contribuição foi a possibilidade de colocar no centro a atenção para grupos não dominantes ou subordinados, especialmente as mulheres, identificando e levantando temas, problemas e preocupações relevantes a esses grupos.

Desde que o conceito de ética do cuidado apareceu pela primeira vez no trabalho da psicóloga estadunidense Carol Gilligan, na década de 1980, no qual a teórica faz as primeiras considerações sobre uma postura androcêntrica em pesquisas científicas, apresentando como problema a presença apenas do gênero masculino entre objetos e sujeitos de pesquisa, o que levaria a criação de padrões que consideravam apenas elementos de um único gênero, invisibilizando padrões e resultados referentes ao gênero feminino, o que a autora classificou como “falha dupla do androcentrismo”<sup>82</sup>. Assim, o trabalho de Gilligan se torna um marco inaugural no debate em torno do cuidado agora como uma categoria autônoma (MAZZINI, 2019, ).

Ainda que importantes, as contribuições dadas por Gilligan ao campo feminista da pesquisa receberam e ainda recebem duras críticas de autoras do campo dos Estudos Feministas, isto porque

---

<sup>82</sup> Refere-se aqui ao problema da falha dupla produzida pelo androcentrismo (a exclusão das mulheres tanto como objetos quanto como sujeitos de pesquisa), o problema da ilusão das esferas separadas (que separa moral e política, público e privado, abstrato e concreto, universal e particular). <https://www.filosofas.org/post/minicurso-filosofia-feminista> acesso em 08 de março de 2022.

o trabalho de Gilligan (1982), reforça um dualismo entre ética da justiça e ética do cuidado. Enquanto o primeiro estaria relacionado à solução de questões de maneira racional e público, o segundo serviria à solução de questões morais e privadas, reforçando papéis tradicionais de homens e mulheres e teorias políticas e morais contemporâneas amplamente refutadas pelas teóricas feministas, como a ideia binária de um determinismo psicológico a partir do gênero.

Essa mesma questão ainda se agrava quando, ao se relacionar a esfera privada à mulher, se nega e silencia as experiências vividas por mulheres menos privilegiadas, o que não considera a interseccionalidade, levando assim as conclusões de Gilligan (1982) a um essencialismo ao considerar aquilo que ela considera como a “voz diferente” apenas a voz da mulher branca e de classe média. Como aponta bell hooks, a ênfase na ética e na ideia de compaixão, atrelada a essa ideia de cuidado, apaga as desigualdades entre mulheres, em especial as relações desiguais de subordinação entre as próprias mulheres das diferentes classes sociais (hooks, 2000).

Durante as décadas de 1980 e 90 o campo da Ética do Cuidado vai ampliando suas abordagens e ganhando maior visibilidade, posicionamento dentro do campo político e centralidade no campo teórico feminista. Nesse sentido vão surgindo importantes contribuições em torno do tema, como os trabalhos de Sara Ruddick e Joan Tronto.

A cientista política Joan Tronto, passa a se debruçar sobre as considerações feministas a respeito do tema e buscou desvincular o cuidado da sua relação psicológica, diretamente atrelada ao desenvolvimento cognitivo e moral das mulheres. Essa associação entre cuidado e uma “moralidade feminina” foi enfaticamente rejeitada por Tronto, como explica a pesquisadora Mariana Mazzini Marcondes:

O padrão que remete ao doméstico consiste na ética do cuidado, correlato à série “esfera doméstica – pessoalidade – necessidades concretas – feminilidade”. Trata-se da voz diferente que Carol Gilligan buscava trazer para o debate com sua clássica obra, mas que, como adverte Tronto (2009), não se trata da voz das mulheres, mas da voz do cuidado, formatada social e ideologicamente como das mulheres (MARCONDES, 2013, p. 36 e 37)

A partir daí o que passa a marcar o debate em torno da ética do cuidado é a atenção central à vulnerabilidade humana e, portanto, passam a compor o debate ideias como a vulnerabilidade social, aspectos da solidariedade, do respeito, da cooperação, das violências e injustiças não apenas individuais mas também políticas. As teóricas feministas se preocuparam em não vincular as atividades de cuidado apenas ao mundo doméstico, descrevendo sua importância para a sociedade

em geral, bem como seu potencial transformador, além de trazer para o debate em torno da ética do cuidado questões sobre desigualdade de poder. Dessa maneira, Tronto argumenta que as distinções de gênero, no que diz respeito à moral, precisam ser superadas e sobretudo recontextualizadas, e assim, as diferenças que antes eram pautadas pelas características psicológicas passam a ter em sua centralidade as diferenças sociais e políticas.

Opondo-se ao pensamento essencialista, duramente criticado por autoras do campo dos Estudos Feministas, Tronto publica um importante artigo, “*Beyond Gender Difference to a Theory of Care*”(1987), no qual inaugura o debate em torno da ética do cuidado, a partir de uma teoria moral abrangente a todos os gêneros, sob uma perspectiva ético-política, que parte das relações entre opressão, poder e cuidado. Em resumo, o que Tronto propõe é a importância de politizar o cuidado, de defender a ética do cuidado como uma teoria moral viável, aplicável a todos. Sempre atrelado a uma forte crítica ao pensamento liberal, que defende a separação entre público e privado, no qual o primeiro estaria relacionado ao homem racional e autônomo, enquanto o segundo à mulher, ao emocional e ao doméstico, o trabalho de Tronto (1987) busca reformular uma ética do cuidado, para que se torne viável como um recurso para a política. Ao longo dos anos, a autora vai direcionando suas considerações à ética do cuidado para pensar sociedades democráticas, ressaltando a importância de incluir no debate as assimetrias existentes. Em 1990, Tronto junto com Berenice Fisher definem o cuidado como:

Uma atividade da própria espécie, que inclui tudo que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso mundo para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo o que procurarmos intervir de forma complexa e autossustentável. (TRONTO, 2007, p.287)

Ao politizar o cuidado espera-se então que ele deixe de estar atravessado unicamente pela perspectiva do privado e ganhe outra dimensão. Pensar cuidado, para Tronto, é um convite a responder as perguntas: o que implica uma boa teoria dos cuidados?; Como a ética do cuidado pode dar contorno às políticas?; Como o cuidado tem desafiado as teorias feministas?

As ideias de Tronto são de extrema importância para esta pesquisa pois para a teórica, uma ética do cuidado implica primeiramente processos de tomada de decisões que se baseiem na experiência concreta, contextualizada, afastando a ideia de imparcialidade e impessoalidade. Tronto encara a ética do cuidado como uma ética relacional, reconhecendo que toda moralidade é social, situada e inserida dentro de um contexto político e reconhece os desafios para uma ética do cuidado

feminista mas, ainda assim, convida ao desafio de se expandir a moralidade a partir do cuidado, ampliando o que diz respeito a gênero e à compreensão de público e privado e que seja ainda capaz de estabelecer um equilíbrio entre o cuidado de individual e coletivo. Essa ideia se aproxima de outros conceitos e ideias feministas como o conceito de “saberes localizados” (HARAWAY, 1995) e a ideia de autocuidado, autopreservação e cuidado coletivo (COLLINS, 2019) quando se trata de cuidados dentro de movimentos sociais e do próprio ativismo, que por sua vez estão atrelados também à ideia de autonomia, defendidas por bell hooks (2000)<sup>83</sup>. A ideia de cuidado coletivo ganha força dentro da ética do cuidado quando esta é relacionada às estruturas política e sociais, com isso, as contribuições de Tronto levam ao importante questionamento às feministas sobre como situar uma ética do cuidado dentro dos debates políticos atuais considerando uma moralidade que se opõe a perspectiva de justiça/direitos e se aproxima de uma perspectiva relacional/comunitária. Assim Tronto acredita que ao ver a ética do cuidado não como um complemento às teorias morais tradicionais, mas como uma teoria política e moral por si só, as feministas encontrarão o seu valor aplicado em todos os níveis da vida social. Partindo desse ponto, questões que historicamente eram tidas como próprias da esfera privada foram se transformando em obrigações do Estado, obrigações essas que ganharam novas configurações no mundo contemporâneo. Porém, as crises econômicas pelas quais passam diferentes países, a estagnação dos serviços públicos de bem-estar, o prolongamento da vida humana, têm transformado a interdependência em risco social e a questão do cuidado numa preocupação política (DEBERT, 2015).

Enquanto teóricas trabalham para a aproximação entre o cuidado e o campo político, movimentos sociais e ativistas aplicam em suas práticas o cuidado como elemento central. Esse movimento casado, academia e ativismo político, sobretudo entre as feministas, não é um movimento recente, ainda que também não seja algo planejado. Entre as feministas, desde os anos 1960, a prática do autocuidado é amplamente difundida, sobretudo no que diz respeito a saúde sexual reprodutiva das mulheres. A difusão de conhecimento e informações sobre o tema estiveram em primeiro plano nas ações feministas, em paralelo com a luta pela garantia e defesa dos direitos das mulheres. Nos movimentos negros, o cuidado, sobretudo o cuidado coletivo, é também uma prática que acompanha esses grupos em todos os territórios de diáspora negra, sempre relacionados à resistência e sobrevivência de comunidades. Da mesma maneira é possível localizar o cuidado coletivo anticapitalista entre as práticas de tantos outros grupos marginalizados, como imigrantes e

---

<sup>83</sup> É importante situar a posicionalidade deste conceito, historicamente associado ao feminismo negro estadunidense, especialmente com bell hooks (2000).

a comunidade LGBTQIAPN+, em especial as pessoas transgênero, tendo o cuidado e a segurança como práticas de enfrentamento à violência, ao discurso conservador e neoliberal. É natural que as ações do campo prático inspirem e sejam motor de interesse para as investigações acadêmicas.

#### **4.3. A privatização da segurança e do cuidado, oposição ao direito à segurança, mesmo no digital.**

A “acumulação por espoliação”, a ideia de tudo se tornar mercadoria, a privatização, a expansão de mercados globais, a financeirização dos modelos de exploração do trabalho e gestão para benefício do capital, são princípios que definem o neoliberalismo, uma política de classe inspirada em uma ideologia econômica que prioriza o capital (HARVEY, 2008). Interessado em compreender, as relações de poder e de autoridade do Estado neoliberal, o sociólogo francês Loïc Wacquant (2012) propõe uma abordagem teórica que investiga os novos arranjos políticos, econômicos, jurídicos e sociais decorrentes da desregulamentação e liberalização do capital, de privatizações e, principalmente, da desvalorização de medidas sociais. Dessa maneira, a proposição teórica de Wacquant se torna importante para esse trabalho uma vez que, para o sociólogo o neoliberalismo não se baseia apenas no desenvolvimento do mercado, mas de quatro aspectos centrais: (1) a desregulamentação econômica do Estado e a regulamentação afim de promover o mercado; (2) a retração e recomposição do Estado de Bem-Estar; (3) um aparato penal em expansão, invasivo e proativo e (4) a alegoria cultural da responsabilidade individual (WACQUANT, 2012). Assim, a conjugação desses aspectos constrói e determina novos papéis e percepções sobre cidadania através de políticas públicas adaptadas para benefício do mercado. Ainda que não seja foco da análise de Wacquant, sua abordagem pode auxiliar na análise da recente transformação do capitalismo, agora baseado em dados e na vigilância, e ainda como o neoliberalismo vem atuando nas sociedades atuais no que diz respeito ao papel do Estado nas questões sobre segurança.

Muitos dos efeitos da aplicação dessa desresponsabilização social do Estado podem ser sentidos em todas as esferas, seja na saúde, na educação, nos direitos trabalhistas, na segurança, entre outros. Esses efeitos, somados as crises enfrentadas em todo o globo, criam o que Wacquant (2008) denomina como “novo governo da insegurança social”. Nesse novo governo, o Estado encontra espaço para expandir o aparato punitivo ou um “Estado penal” em lugar de um “Estado de Bem-Estar”. Esse avanço, justificado pelo crescimento da insegurança criminal, na verdade corresponde ao crescimento da insegurança social (WACQUANT, 2008). Como resposta a isso, a

mercantilização da segurança tem levado ao crescimento das empresas de segurança privada, condomínios e áreas privadas e de todo um aparato tecnológico com essa função, como câmeras de vigilância, reconhecimento facial, biometria, entre outros. Pode ser atribuído, de maneira geral, a escalada da violência, fruto da insegurança social, e com ela o aumento da sensação de insegurança e por uma ineficiência (desejada) do Estado em contê-la sozinho. Ancorado por essa justificativa o discurso da responsabilidade individual ou privada, sobre a segurança, ganha robustez e encontra no mercado terreno fértil para seu desenvolvimento. Em trabalho que “busca refletir sobre as representações e discursos associados à inserção das câmeras de monitoramento para segurança no cotidiano brasileiro”, a pesquisadora Marta Kanashiro explica que:

“Nessa configuração, segurança adquire caráter de mercadoria, pode ser vendida e comprada em pacotes; e o aumento da violência, do medo e da ineficiência do Estado são elementos desse discurso acionados para promovê-la enquanto tal. (Kanashiro, 2006, pg 65)

Ainda sobre o tema a autora complementa:

A trajetória das câmeras no Brasil está associada assim a um projeto implícito mais amplo de transformação da segurança em mercadoria e ao crescimento mundial de sua circulação. Está associada também aos discursos sobre o medo e prevenção que estimulam as corporações que lucram com isso, num processo que desloca a segurança como papel do Estado. Tal deslocamento colabora com a minimização deste, de forma que, ineficiência do Estado é argumento e meta a ser conquistada para expansão do mercado. (KANASHIRO, 2006, p. 67)

Nesse contexto, as narrativas sobre vigilância apontam para o fortalecimento das sensações de medo, de perigo, risco e insegurança (KANASHIRO, 2006) e assim também acontece na vida digital. O medo de invasões, ataques *hackers*, golpes; do perigo de roubos, sequestros de contas e perfis em redes sociais e aplicativos; do discurso de ódio; do risco de golpes e extorsão e a insegurança sobre a navegação em geral; da exposição na internet e coleta de dados além, da vigilância econômica e política, entre outros, tem construído esse contexto de crescente violência *online* e que, por sua vez, também refletem os efeitos da retração do Estado de Bem-Estar, do neoliberalismo e do crescimento do mercado nesse papel .

Dessa maneira, assim como na segurança pública, a narrativa sobre o medo e a violência *online* também constroem um cenário em que a solução aponta para a responsabilidade individual.

Sobre o assunto Kanashiro (2006) aponta:

Apesar de não ter sido transformado em norma, o PL 884 ecoa a disseminação de certas ideias, que se não se transformaram em matéria escolar, vem sendo repercutidas à exaustão e constantemente reelaboradas e aprimoradas, para compor instrumentos de formação, acúmulo de saber e práticas associado à presença de dispositivos de segurança como as câmeras de vigilância. O projeto dissemina a ideia de prevenção associada à ideia da segurança como uma responsabilidade individual a ser desenvolvida a partir de uma visão específica sobre segurança e risco. (KANASHIRO, 2006, p.53)

No contexto atual das TICS, ao tratar de segurança e risco são oferecidos, de forma geral, dois caminhos: a contratação de serviços *online* seguros e privados, em geral de alto custo, ou, o acesso a conhecimento que permitirá práticas *online* mais seguras. Também no digital, a privatização contribui para a seletividade, separando quem pode pagar por serviços, de quem fica à mercê dos riscos presentes no uso dos ambientes e sistemas digitais, assegurados apenas por sua capacidade técnica e conhecimento para tal, assumindo assim pessoalmente e por completo também as consequências. Nesse aspecto é fundamental apontar que o letramento digital, o acesso à tecnologia, o conhecimento sobre segurança digital e outros conhecimentos e práticas em torno da cultura digital, de maneira generalizada e, sobretudo, em países do sul-global, entre eles o Brasil, ainda é um privilégio que está concentrado nas mãos da elite, branca e masculina. Na contramão desse movimento está uma pequena parcela de indivíduos que detêm conhecimento e condições técnicas e materiais para garantir ao máximo a segurança de sua navegação e de suas informações, de maneira livre e fora da vigilância das grandes corporações, como o que defendem grupos tecnoativistas e as tecnofeministas tratadas nesse trabalho.

Existe ainda uma camada de complexidade nessa discussão pois, muitas vezes, tanto aqueles que pagam pela segurança *online* como aqueles que não podem pagar têm seus dados sob controle das empresas e grandes corporações de tecnologia, nesse aspecto a retração do Estado em favor do mercado atinge a ambos os lados. Se numa mão a Google garante infraestrutura robusta, integrada, gratuita, até uma certa medida, que dificilmente será invadida por *hackers* e está sempre se atualizando e modernizando, na outra mão, concentra em seus servidores uma gama de informações capazes de mapear com profundidade a privacidade de seus usuários e reunir essas informações sobre um gigantesco número de pessoas. Para além do uso da própria empresa, essas informações ainda podem ser vendidas e compartilhadas com terceiros ou mesmo com o Estado, a depender dos interesses, o que pode afetar ativistas e defensores de direitos ou qualquer grupo que possa fazer enfrentamento aos interesses do poder público ou mesmo do mercado.

#### **4.4. O cuidado como referencial de pesquisa atravessa diferentes campos do conhecimento.**

O debate em torno do cuidado segue se atualizando e ganhando novos contornos conforme as sociedades vem também se modificando. Algumas teóricas da atualidade, com destaque para Maria Puig de la Bellacasa (2011; 2017; 2021), vem propondo a discussão em torno da ética do cuidado a partir de uma perspectiva da interdependência entre os seres, para além das relações antropocêntricas. Puig de la Bellacasa expande a ética do cuidado além das relações humanas tradicionais, incluindo também as relações com o ambiente e a tecnologia. Ela argumenta que o cuidado deve ser visto como uma prática fundamental que permeia todas as dimensões da vida, em uma ampla rede de cuidados, voluntários e involuntários (BELLACASA,2017).

Em seu livro mais recente, “*Matters of Care: Speculative Ethics in More Than Human Worlds*”, Bellacasa (2017) aborda o tema justamente em sua relação com a tecnociência e faz um exercício especulativo explorando o significado de pensar, saber e viver a partir do cuidado em uma ideia alargada de mundos, para além dos mundos humanos. A autora convida ao desafio de romper com noções comumente presas à idealização do cuidado, à moralização, a relações de gênero, valores, práticas hegemônicas, androcêntricas e antropocêntricas, sem retirar do lugar central que ocupa o cuidado na sobrevivência. Para a autora, a radicalidade do cuidado está atrelada ao conjunto de estratégias vitais, porém pouco reconhecidas, de resistência e sobrevivência em mundos tão precários (HOBART e KNEESE, 2020).

Essa ideia do cuidado radical e para além das relações humanas tem renovado seu significado e seu importante papel no enfrentamento das desigualdades estruturais, na defesa dos direitos, numa perspectiva menos antropocêntrica para lidar com um mundo já bastante devastado, no qual o cuidado vem como uma ferramenta que busca remediar corporal e emocionalmente tais feridas. (HOBART e KNEESE, 2020, p.2 )

Sobre a ética do cuidado para Bellacasa, as pesquisadoras Isabela Noronha e Laís Fraga explicam:

Para essa autora [Bellacasa], é essencial conceber o cuidado como um trabalho concreto de manutenção, com diretas implicações éticas, materiais e afetivas, bem como políticas. Diversas formas de cuidar são identificadas e pesquisadas, empírica e concretamente, e uma ampla gama de abordagens é usada para construir esse conceito, com contribuições específicas e variadas; embora essas abordagens nem sempre estejam de acordo entre si, elas compõem um entendimento da relevância da compreensão dessas práticas. (NORONHA e FRAGA, 2020, p. 484)

As contribuições de Bellacasa são um convite para repensar as práticas de cuidado em um mundo cada vez mais interconectado e vulnerável, onde o cuidado com o planeta e com as futuras gerações se torna essencial.

No atual contexto de crescimento de Estados conservadores, crises econômicas e sociais e eminentes colapsos climáticos, é naquilo que ativistas tem chamado de cuidado radical, onde grupos tem encontrado um caminho a se seguir.

Teorizado como um tecido de conexões afetivas entre um eu interior e um mundo exterior, o cuidado constitui um sentimento com, ao invés de um sentimento por, outros. Quando mobilizado, oferece material visceral e emocional a atos de preservação que se estendem por uma amplitude de localidade: eus, comunidades e mundos sociais.” (HOBART e KNEESE, 2020, p.2, tradução livre<sup>84</sup>)

No artigo “*Radical Care*” no qual Hobart e Kneese (2020) tratam sobre a radicalidade do cuidado, elas apontam que este é fundamental para os movimentos sociais. Segundo as pesquisadoras, devemos olhar para a forma como povos indígenas e aliados têm rearticulado suas posições, mais do que pessoas que protestam por seus direitos, enfatizando a importância do papel de cuidadores e protetores da terra (HOBART e KNEESE, 2020). O reconhecimento de grupos defensores de direitos como cuidadores se correlaciona à ideia de cuidado proposta pelas filósofas dedicadas às discussões mais recentes sobre a Ética do Cuidado numa perspectiva feminista, como Donna Haraway e Maria Puig dela Bellacasa.

Como explica Paulo Freire em “Pedagogia do oprimido” (1974) a radicalidade deve ser entendida como a abordagem que busca compreender e transformar as bases fundamentais de um problema ou sistema, indo até suas raízes. Dessa maneira a radicalidade do cuidado pode ser entendida como a busca por mudanças profundas e estruturais, desafiando as suposições básicas e propondo soluções que alteram significativamente o status quo.

No entanto, Hobart e Kneese fazem um alerta importante, apontando que, enquanto a radicalidade do cuidado está sempre conectada a políticas positivas de mudança, buscando prover espaços de esperança em tempos duros, com políticas voltadas para a promoção do bem-estar, da justiça social, do suporte e proteção às pessoas em situações vulneráveis, não se pode perder a atenção também para os afetamentos negativos que podem estar associados ao cuidado, isso porque a radicalidade do cuidado é inseparável das desigualdades sistêmicas e das estruturas de poder que

---

<sup>84</sup> Versão original: Theorized as an affective connective tissue between an inner self and an outer world, care constitutes a feeling with, rather than a feeling for, others. When mobilized, it offers visceral, material, and emotional heft to acts of preservation that span a breadth of localities: selves, communities, and social worlds.

podem ser utilizadas como novas formas de vigilância ou de trabalho não remunerado realizado por grupos no lugar de Estados negligentes, gerando até mesmo o conflito entre grupos, na decisão entre quem são aqueles que precisam ou podem precisar mais, ou com mais urgência, do cuidado (HOBART e KNEESE, 2020).

Para Marcondes (2019), os contornos do cuidado podem estar “profundamente marcados por seus vínculos com as emoções (SOARES, 2016), sejam elas voltadas positivamente (amor) ou negativamente (violência) (MARCONDES, 2019, p. 58).”

Isso significa que, embora o cuidado possa ser uma força positiva, ele pode ser distorcido por sistemas de poder e controle, um alerta ao constante monitoramento e exploração que o cuidado pode gerar, tanto em quem exerce o cuidado, como quem o recebe. Esse controle pode limitar a autonomia e a privacidade dos indivíduos. Hobart e Kneese nos lembram que, embora o cuidado radical seja vital para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, ele não está isento de problemas. É crucial estar atento às formas como as desigualdades e as estruturas de poder podem influenciar as práticas de cuidado, transformando-as em ferramentas de opressão ou exploração. Além disso, é necessário reconhecer e abordar os conflitos que podem surgir na distribuição dos cuidados, assegurando que todas as pessoas tenham acesso justo e igualitário ao suporte que necessitam.

Todas as definições de cuidado apresentadas ao longo dos últimos anos, desde que o campo dos Estudos Feministas vem se debruçando sobre o tema, têm levado a um caminho de compreensão do cuidado como uma ferramenta, uma alternativa a ser empregada para o enfrentamento de crises reais, imediatas e futuras. Mas é fundamental estabelecer que o cuidado tratado ao longo desta pesquisa refuta por completo a ideia de autocuidado difundida pelo pensamento neoliberal.

Essa abordagem dada ao autocuidado como solução dos *déficits* do capitalismo tardio, utilizada para camuflar a vigilância, incentivar a hiperprodutividade, tentar adiar um inevitável esgotamento do indivíduo para que esse responda às demandas do sistema nas quais estão incluídas a competição e a oposição entre o que é responsabilidade individual e responsabilidade coletiva e política. Em outras palavras, a responsabilização dos mais fracos por suas próprias falhas, sendo que, tanto os mais fracos como os mais fortes são determinados pelo próprio sistema, a capacidade de se adequar ao mercado e à competição determina aqueles que seguirão, aptos a se desenvolverem economicamente e assim a sobreviverem.

Quando se trata de cuidado neoliberal isso se traduz em combinações e fórmulas milagrosas de exercícios físicos, meditação, terapia, dieta, gestão do tempo (HOBART e KENESE, 2020) e que é amplamente divulgado por meios de comunicação (sobretudo as redes sociais) e narrativas superficiais e comerciais, em algumas vezes de manutenção da colonialidade (VILBÉGINA, 2021). Esse não é o cuidado que aqui interessa. Nesse sentido, Donna Haraway define o cuidar como uma obrigação perturbadora da curiosidade e exige ao sujeito saber mais ao fim do dia do que no começo (HARAWAY, 2021). Isso implica saber prestar atenção para praticar o cuidado necessário, materializado e localizado.

#### **4.5. Cuidado e o feminismo no Brasil**

O debate sobre o cuidado no feminismo brasileiro desde o início é enriquecido por uma abordagem interseccional e uma forte ênfase na justiça social, reforçando a luta pelo reconhecimento, valorização e apoio ao trabalho de cuidado, colaborando na promoção de mudanças políticas e sociais por mais justiça e equidade. Nos estudos sobre o cuidado no Brasil destaca-se o nome da socióloga Helena Hirata, com uma vasta produção intelectual acerca do tema. Hirata tem sido uma voz crucial no debate crítico sobre a divisão sexual do trabalho e o cuidado como prática social, que historicamente se configura como trabalho destinado a uma parcela “menos importante da sociedade”, que ao longo da história foi realizado por pessoas escravizadas, imigrantes, mulheres pobres e empregadas domésticas. Sua abordagem crítica fornece uma base sólida para entender as complexidades do trabalho de cuidado e a necessidade de reformas estruturais para promover a equidade de gênero no país.

Apesar de o tema ser abordado no Brasil desde os anos 1970, é nas duas primeiras décadas dos anos 2000 que esse debate ganha força como interesse de pesquisa entre as feministas brasileiras, aproximando ainda mais o cuidado às políticas sociais, ampliando os esforços de teorização e implantação das políticas de cuidado no Brasil (MARCONDES, 2013). Outro estímulo ao debate do cuidado entre as feministas brasileiras, ainda nesse período, foi a oportunidade de financiamentos internacionais que começam a surgir na América Latina, justamente com foco no fortalecimento dessa discussão, como explica a pesquisadora com trabalhos de grande relevância no tema dos cuidados, Mariana Mazzini Marcondes :

... desde então, contudo, ele ganhou prestígio nas pesquisas feministas, inclusive em decorrência do financiamento delas por organismos internacionais, como a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) (PAUTASSI, 2010; RICO, 2011), Onu-Mulheres (AGUIRRE, 2009), Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA) (FASSLER, 2009) e Organização Internacional do Trabalho (OIT) (BATTHYÁNY, 2004). Em 2008, foi realizado o “Primer Congreso Latinoamericano de Estudios de Género y Cuidado”, no Uruguai. No Brasil, o ano de 2012 foi um marco do crescente interesse sobre o tema, segundo Hirata (2018). Nele, o cuidado foi objeto de mesas específicas em congressos nacionais e latino-americanos sediados no país (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais [ANPOCS] e Asociación Latinoamericana de Estudios del Trabajo [Alast]). Houve, ainda, a publicação de uma coletânea, resultante de um seminário internacional sobre trabalho de cuidado, realizado na Universidade de São Paulo (USP), em 2010 (HIRATA e GUIMARÃES, 2012). A circulação dessas ideias no país envolveu a publicação de livros acadêmicos (ABREU, HIRATA e LOMBARDI, 2016; DEBERT e PULHEZ, 2017), edições especiais de revistas científicas (REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2015; HIRATA e DEBERT, 2016) e produções dos movimentos feministas (FARIA e MORENO, 2010; CFEMEA, 2011; SOS CORPO e DATAPOPULAR; ÁVILA e FERREIRA, 2014). (MRCONDES, 2019, p. 52)

Como é possível notar pelas organizações citadas pela autora, a emergência do debate sobre cuidado e gênero não se restringiu ao espaço ou às publicações acadêmicas, organizações da sociedade civil e grupos ativistas também se interessaram pelo tema, e seguem se interessando, já que este é reflexo de processos e transformações sociais que países em desenvolvimento vem sofrendo desde a virada do século XX.

#### **4.6. Cuidados Digitais: a ética e a política nas relações com a tecnologia.**

Como já abordado algumas vezes ao longo do texto, com a vida mediada por tecnologias, resultando no processo de transformação de quase tudo em dados, inclusive das relações, fenômeno nomeado como *datafication* (MEJIAS e COULDRY, 2019), o capitalismo de vigilância gera a necessidade do cuidado com a vida também no ambiente digital. Para isso, o primeiro passo é o abandono de uma narrativa que defenda as tecnologias como neutras.

Em “*The Whale and the Reactor: A Search for Limits in an Age of High Technology*”, o autor Winner (1996) questiona “se os artefatos têm política?”, e o pensamento feminista responde muito bem a essa questão com sua máxima que afirma que “tudo é político”, as tecnofeministas apontam para os impactos das novas formas de produção e organização de informações em torno das infraestruturas tecnológicas e digitais concentradas nas mãos das grandes corporações e que colaboram para manutenção dos mesmos padrões de exploração e opressão, nas palavras de Donna Haraway, “a tecnologia não é neutra. Estamos dentro daquilo que fazemos e aquilo que fazemos está dentro de nós. Vivemos em um mundo de conexões – e é importante saber quem é que é feito e

desfeito” (HARAWAY, 2004, p. 32). As pesquisadoras e ativistas Bia Barbosa e Larissa Santiago abordam essa questão no artigo “O permanente desafio da violência contra as mulheres na internet” (2021), publicado pelo Comitê Gestor da Internet, como pode ser visto no trecho a seguir:

Entendendo que a teoria-prática das violências coloniais atravessa as ferramentas e promove mortes de todas as ordens, as violências on-line que acometem as mulheres negras, trans e todas as outras categorias de mulheres são, por excelência, reflexos fiéis do que tem acontecido na vida *off-line*. São também, portanto, violências sistêmicas.” (BARBOSA E SANTIAGO, 2021, p. 45)

Discurso de ódio, misoginia, divulgação de conteúdo íntimo sem consentimento, *doxing*, perseguições, ataques e roubos de contas e perfis, ambientes de trabalho machistas e opressores, salários desiguais, silenciamentos e até mesmo o apagamento do registro histórico da participação e construção de mulheres e gêneros dissidentes na tecnologia, são alguns dos exemplos de violências que atingem essas pessoas em diferentes idades, classes, orientações sexuais, raças/etnias e que se perpetuam, se adaptando ao ambiente online, como das plataformas digitais. A pesquisa *Toxic Twitter – a toxic place for women*<sup>85</sup>, da Anistia Internacional (2018) revelou que 76% das mulheres entrevistadas declararam ter vivenciado abusos ou assédio na Internet, o que mudou sua maneira de usar as redes sociais e cerca de 32% pararam de postar suas opiniões acerca de determinados temas para evitar exposição à violências, e dessa maneira são silenciadas. Sobre isso Barbosa e Santiago (2021) explicam:

Em algumas experiências, como no exercício da produção de conteúdo, a violência faz com que essas mulheres cheguem a abandonar os lugares aos quais se dispuseram fazer seu trabalho. Do ponto de vista do próprio desenvolvimento tecnológico, da produção e do pensar a tecnologia, são essas as mulheres que continuam a ocupar a brecha digital, na qual as diferenças de acesso e de qualidade de acesso em relação a homens brancos ainda tem abismos. Por essas razões, permanecemos fora dos centros de tomada de decisão, do corpo especializado e de pesquisa nas diversas etapas da produção tecnológica e conforme a normalização das experiências de subordinação e opressão, continuamos a participar do lado fragilizado do sistema-mundo. A superação das violências – sejam elas de gênero, raça, identidade de gênero ou classe – só será possível se inserirmos as mulheres e suas demandas de forma igualitária, prática e política neste ambiente. Porém, essa inserção de fato precisa estar pautada no desejo de eliminação de todas as formas de discriminação e opressão também nesses espaços. Uma espiral sem fim de trabalho teórico e prático. (BARBOSA E SANTIAGO, 2021, p.47)

---

<sup>85</sup> AMNESTY INTERNACIONAL. *Toxic Twitter – a toxic place for women*. 2018. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/research/2018/03/online-violence-against-women-chapter-1/>. Acesso em: 19 julho de 2024.

Como, então, pensar o cuidado em uma realidade na qual o controle sobre as ações através do uso das tecnologias parece caminhar para um lugar sem saída? Na qual as tecnologias tem sido reprodutoras de significado, métodos, teorias, e formas de contar histórias ligadas à produção de significado e ações (HARAWAY, 1997; BELLACASA, 2011, 2017) em uma sociedade que se insiste opressora. Partindo dessa compreensão, tecnofeministas vêm se dedicando ao desenvolvimento de estratégias e táticas fundamentais para o enfrentamento das formas cotidianas de violência e regimes de opressão também nos ambientes *online*, estratégias essas que não sejam apenas reativas mas que permitam pensar e projetar futuros (TOUPIN e HACHÉ, 2015), um movimento bastante próximo ao da vida *offline*. Na busca por transformar esse contexto, apostam nas tecnologias feministas<sup>86</sup> (OLIVEIRA, ARAUJO e KANASHIRO, 2020), como a ética do cuidado, para promover transformações no campo em que atuam, visando aumentar a proteção e a segurança nos ambientes digitais para mulheres, pessoas LGBTQIAP+ e também defensores de direitos e se esforçam em encontrar alternativas e caminhos para transformar esse contexto de maneira a atingir toda a sociedade. O que as tecnofeministas propõem, então, é pensar em desenvolvimento, usos e abordagens práticas que rompam com o regime de dominação empregado também nas tecnologias, de suposta objetividade e racionalidade mas que mantém estruturas de privilégios a certos corpos, em detrimento de outros. É o rompimento com tecnologias que neutralizam e/ou alimentam preconceitos e discriminações.

Para as tecnofeministas é possível um lugar em que instrumentos tecnológicos podem ser eficazes à manutenção da vida, se combinados com elementos como o cuidado, enquanto o cuidado pode ser eixo central para a construção e o reparo dos instrumentos tecnológicos, ideia que se aproxima do que é defendido pela antropóloga Annemarie Mol, que propõe uma reflexão sobre cuidado e tecnologia não como algo contraditório mas uma abordagem integrativa onde cuidado e tecnologia trabalhem juntos para criar um impacto positivo na sociedade. (MOL, MOSER, e POLS, 2010). Para tanto, as tecnofeministas partem de questionamentos como os levantados por Toupin e Haché (2015) “Quem é encorajado a pensar tecnologia desde muito jovem? Que tipo de divisão do trabalho existe quando se trata de tecnologia? A qual nível de violência são expostas? Por que o nível de desgaste é tão elevado para as mulheres na indústria da tecnologia?” (Toupin e Haché,

---

<sup>86</sup>Segundo Débora de Oliveira, Daniela de Araujo e Marta Kanashino, “Tecnologia Feminista é um termo que vem ganhando repercussão no movimento de mulheres na América Latina e faz referência aos debates e práticas que apontam para a não neutralidade das tecnologias em múltiplas camadas, repensando a imaginação, produção e uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) pelas e para as mulheres, pessoas trans e não binárias”.

2015, p.25) e vão além, quando trazem também para o debate da tecnologia questionamentos sobre interseccionalidade.

Partindo desse contexto, as tecnofeministas vêm por meio do que chamam de “cuidados digitais” pensar e desenvolver métodos interseccionais para discutir tais cuidados a partir da inclusão, solidariedade e interdependência (ou co-independência)<sup>87</sup>. Buscam responder a questões como: Quem cuida de quem na vida digital? Como as TICs e o cuidado se relacionam? Quem pode e consegue realizar esse cuidado e por quais razões? O que pode significar a radicalidade do cuidado em relação à gestão dos dados, criação e gestão das infraestruturas digitais e da própria segurança digital e da informação? Como a ideia de autocuidado e cuidado coletivo pode desafiar as práticas institucionais e de Estado que têm negligenciado os impactos gerados pelo controle das informações nas mãos de grandes corporações? E, sobretudo, pensar e especular como podem ser redesenhadas, apropriadas ou reconstruídas ferramentas já existentes, como as plataformas digitais, para que se tornem mais inclusivas, menos violentas, através de práticas interseccionais de cuidados, se aproximando assim das tecnologias feministas.

Nesse sentido, pensar o cuidado implica abandonar a ideia de progresso universal através de uma tecnologia neutra, mas pensar o cuidado através de tecnologias localizadas, de um caminho inocente, o cuidado revela-se decididamente não-inocente, não simétrico e multilateral” (BELLACASA, 2017, p. 221, tradução livre); e visa o autocuidado presente na ideia de autopreservação como ato de guerrilha, proposto na célebre frase de Audrey Lorde “Cuidar de mim não é auto indulgência, é autopreservação, e isso é um ato de guerra política” (LORDE, 2017, p. 229, tradução livre<sup>88</sup>).

As contribuições de Bellacasa para o campo da ética do cuidado convidam e inspiram a um pensar sobre cuidado como um estado afetivo, um fazer material vital e uma obrigação ético política, deixando explícito que esse afeto não diz respeito a algo que diminua o ato de cuidar, pelo contrário, para a autora se preocupar com algo é diferente de cuidar, ainda que um possa se relacionar ao outro, ao cuidar há implicação (BELLACASA, 2011, 2017), o que faz do afeto algo importante. Se preocupar têm uma generalidade que pode ser pensada potencialmente de maneira ampla, já que é possível preocupar-se com quase tudo, enquanto cuidar, não. O cuidado pede uma articulação equilibrada entre as preocupações envolvidas e as ações práticas. Uma crítica explícita da autora ao desequilíbrio muito presente no desenvolvimento apenas intelectual da tecnociência

---

<sup>87</sup>Termo utilizado por uma das integrantes da Rede Transfeminista de Cuidados Digitais durante os encontros realizados para essa pesquisa, como será visto mais a diante no texto.

<sup>88</sup> Versão original: Caring for myself is not an indulgence, it is self-preservation and that is an act of political warfare.

sobre aspectos a que autores se preocupam, faltando ações práticas (BELLACASA, 2011). Provocadas por esse desequilíbrio as tecnofeministas têm desenvolvido suas ações.

Para as feministas que se preocupam com as relações tecnopolíticas contemporâneas e as desigualdades estruturais, convocar o cuidado como solução para questões digitais não se reduz a apenas deslocar o cuidado do âmbito doméstico e levá-lo para práticas tecnológicas, afirmando que tal ato, por si só, romperia com a ideia de ampliar o cuidado da esfera privada para a pública. Como apontam Graciela Natansohn e Josemira Reis (2021), não se trata somente de uma superação do binômio cuidado/ética, mas de convocar o cuidado a partir da ideia dos questionamentos e provocações sobre a ética do cuidado, como as propostas por Tronto. Essas propostas se inspiram na prática do cuidado e do cuidado coletivo das feministas na luta pelos direitos das mulheres, nos movimentos negros e a luta por sobrevivência nas diáspora; nos movimentos LGBTQIAPN+ e todas as táticas para evitar seu extermínio; nas sabedorias e tecnologias ancestrais que permitiram que a vida fosse possível nos lugares mais difíceis; nas sabedorias das margens e das fronteiras sociais e territoriais. Nesses casos, quando se convoca a ética do cuidado, parte-se da compreensão do indivíduo situado entre histórias particulares, inseridas em presentes de violência e vulnerabilidades (MICHAELI *apud* HOBART e KNESEE, 2020) e na radicalidade do cuidado como caminho possível, inclusive para além das relações humanas.

Diante da presença massiva das tecnologias de maneira sem precedentes e do contexto de capitalismo de vigilância, as ativistas tecnofeministas têm desenvolvido o cuidado digital como forma de manter os corpos vivos, combatendo a violência e o adoecimento nos espaços digitais que, por sua vez, se refletem nos corpos físicos (TOUPIN e HACHÉ, 2015). Mas, ao fazerem isso para tratar das questões tecnopolíticas, enfatizam a importância de politizar o cuidado digital, de questionar quem possui o acesso e controle das tecnologias, o letramento digital, informações sobre seus direitos e compreensão dos arranjos por trás das infraestruturas digitais que têm sustentado grande parte das transações da vida contemporânea, da internet das coisas e da “produção social” mediada pelo digital (ZUBOFF, 2018).

Portanto, ao postular os cuidados digitais em lugar da segurança digital, não se trata do resgate do cuidado como uma capacidade feminina, reforçando às mulheres o lugar de cuidadoras, lugar caro ao feminismo, tão pouco reforçar esse lugar do cuidado como tarefa menor, de menor valor, de trabalho reprodutivo. A ideia para as tecnofeministas, dedicadas aos cuidados digitais é, ao convocar o cuidado, encontrar formas de manutenção da vida ao mesmo tempo em que colocam luz

sobre os paradoxos que envolvem a provisão do cuidado no atual padrão social, como explica Marcondes (2013):

o cuidado, prática essencial para a sustentabilidade da vida humana, é desvalorizado; quem cuida, realizando uma atividade central para a sobrevivência humana, é estigmatizado por cuidar; e a população masculina, a quem os esforços sociais de atendimento das necessidades concretas são prioritariamente voltados, é completamente dependente, ainda que a ele se associe o atributo da independência (CARRASCO, 2001b). Da convergência desses paradoxos decorre a principal relação de poder que marca o padrão de provisão social do cuidado em nossa sociedade: quem mais tem poder é quem não cuida, embora o cuidado poderia ser, enquanto prática, formulado como fonte de poder e de valor. (MARCONDES, 2013, p.39)

As tecnofeministas se utilizam da dicotomia segurança e cuidado para dar ao cuidado a importância do seu valor, trazer à segurança digital materialidade e realidade, torná-la possível às realidades das mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e defensores de direitos, evidenciando os conhecimentos construídos pelos grupos marginalizados durante séculos e dando a eles um lugar de importância central na sobrevivência da realidade atual, dando poder a quem durante séculos o foi negado, dando poder a quem cuida, dando a possibilidade de ter o cuidado a quem sempre o proveu. Ainda sobre os paradoxos do cuidado, e que se encaixam também nos cuidados digitais, as pesquisadoras Lais Fraga e Isabela Noronha (2020) explicam:

A teoria do cuidado, portanto, é politicamente potente ao visibilizar diversas atividades cotidianas, essenciais à sustentabilidade da vida, frequentemente associadas à trabalhos com carga afetiva, e que são atribuídas, em grande medida, às mulheres. Por outro lado, é uma proposta delicada, já que se coloca apartada de uma discussão cara para os feminismos que se coloca entre dois polos: o da essencialização, em que as mulheres, por serem mulheres, sabem e devem cuidar; e o de uma relação de aversão e negação da função de cuidar, em que a atividade é narrada como a causadora (ou o condicionante) da opressão da mulher na sociedade e, portanto, deve ser evitada. (FRAGA e NORONHA, 2020 p. 484)

e complementam:

E por isso a proposta de desfeminizar o cuidado não significa um esforço para que as mulheres deixem de realizar essas atividades em absoluto, mas, ao contrário, que seja reconhecido o caráter vital desses processos que precisam estar presentes no dia-a-dia de todos nós; a valorização da nossa interdependência perpassa, também, o reconhecimento de que essas atividades devem ser atribuição de todos e de que o objeto do cuidado não se restringe ao universo humano. (FRAGA e NORONHA, 2020, p. 485)

Em paralelo a ideia de desfeminizar o cuidado, e dialogando com o que defendem as pesquisadoras em relação ao cuidado, é possível pensar na ideia de um movimento de feminização

da segurança, mas partindo de uma feminização feminista, que pensa segurança como cuidado e cuidado como ética, ou seja, algo que cabe a todes. É por isso que a participação de pessoas trans e não binárias nos coletivos tecnoativistas vai além da representatividade ou de uma “tentativa de distanciamento do essencialismo de gênero que ronda a perspectiva do cuidado”, como afirmado pelas pesquisadoras Graziela Natanshohn e Josemira Reis (NATANSOHN e REIS, 2020, p.22). Trata-se de mobilizar, interesses, experiências e necessidades que desafiam a norma, como explicam Oliveira, Araújo e Kanashiro no artigo “Tecnologias, infraestruturas e redes feministas: potências no processo de ruptura com o legado colonial e androcêntrico” (2020):

Nesse sentido, compreendemos que há neste campo um reconhecimento da importância da representatividade, mas há também uma forte proposta de ir além na medida em que o chamado por envolver mais mulheres, pessoas trans e não binárias no desenho de tecnologias emerge como algo que será determinante para promover alianças que sejam capazes de desestabilizar escolhas naturalizadas e não verbalizadas e desafiar a reprodução de padrões e normas em experiência com infraestruturas e redes digitais. Ou seja, as experiências com tecnologias feministas, mais do que convidar corpos e grupos sociais que sofrem forças de afastamento da interação social com tecnologias a reconhecer e assumir seu protagonismo nesse campo, buscam mobilizar experiências, interesses e necessidades não normativos e incorporá-los em redes sociotécnicas. (OLIVEIRA, ARAÚJO e KANASHIRO, 2020, p. 4)

Ao convocarem esse cuidado radical e gêneros dissidentes as tecnofeministas se alinham a proposta de um cuidado digital baseado na ética e política. Assim, ignorar a urgência em politizar o cuidado digital é apenas adiar as possibilidades de reação e ação diante de um mundo cada vez mais vigiado e controlado.

#### **4.7. Giro do cuidado**

Como apontado por Marcondes (2019), no início dos anos 2010 o tema do cuidado ganha mais expressividade dentro do debate feminista no Brasil, em diferentes áreas de interesse como: o cuidado nos estudos de gênero; o trabalho de cuidado; entre outros. É também nesse período, primeira década dos anos 2000, que o uso de computadores e o acesso à internet começam a se popularizar no Brasil, e a sociedade civil a compreender a potencialidade das ferramentas digitais e da internet para ampliar o alcance de suas pautas, muitas vezes silenciadas pela mídia tradicional. É importante lembrar que nos primeiros anos do governo Lula, há um esforço significativo para promover a inclusão digital no país, também a valorização de iniciativas tecnológicas ligadas ao

software livre e de código aberto, inovações tecnológicas que buscavam ampliar a participação popular em políticas públicas. Havia espaço para a discussão entorno da cultura digital, autonomia e soberania digitais, cresciam em número e expressividade iniciativas como a Casa de Cultura Digital, Garoa Hacker Club, Grupo Saravá<sup>89</sup>, LabHack, Coletivo Actantes e rádios livres como a Rádio Muda. Nessa época, a ideia de um capitalismo de vigilância ainda estava emergindo, e o uso das tecnologias como ferramenta ativista vivenciava experiências positivas em diferentes lugares do mundo, como visto da Primavera Árabe<sup>90</sup> (2010), no *Occupy Wall Street*<sup>91</sup> (2011) e até nas Jornadas de Junho<sup>92</sup> (2013), no Brasil.

Em 2013, as revelações de Edward Snowden marcaram uma grande mudança na percepção dos arranjos tecnológicos, especialmente nas estruturas de comunicação, revelando dois caminhos de preocupação a partir da ubiquidade das tecnologias digitais: a vigilância com interesses políticos e que monitora seus alvos; e a vigilância em massa, que responde a modelos de negócios do capitalismo de vigilância, ambas ameaças à privacidade. Essas revelações tiveram um papel fundamental para a humanidade no descortinamento dos novos contornos que as mesmas relações de poder estavam ganhando, e, que viriam a culminar no que atualmente conhecemos como *big techs*. Somado às revelações de Snowden, no Brasil, dois eventos alimentaram o debate sobre o uso de tecnologias de vigilância e espionagem com a justificativa do aumento da segurança, as Jornadas de Junho em 2013 e a Copa do Mundo em 2014. Além disso, o trabalho realizado por coletivos ligados a tecnologia e aos direitos digitais colocou no radar de ativistas e movimentos sociais a preocupação com a segurança das informações compartilhadas digitalmente, seja por ferramentas de comunicação mais tradicionais, seja pelas redes sociais que se popularizavam.

Somado ao contexto da vigilância, o aumento das violências online, especialmente as violências de gênero contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, reforçaram a necessidade de um olhar crítico e ativo a respeito do uso das tecnologias, em especial das TICs. É nesse contexto de alerta em torno das novas tecnologias, que temas como privacidade, criptografia, dados pessoais, perfilamento, segurança da informação e digital, *doxing* entre outros começam a ter sua abordagem ampliada, ou mesmo começam a ser abordados, nos ambientes de discussão sobre garantia e defesa de direitos. Nesse momento, vão aumentando as conexões entre ativismo digital, ativismo pelos

---

<sup>89</sup><https://passapalavra.info/2014/04/94656/>, acessado em 19 de julho de 2024.

<sup>90</sup>[https://pt.wikipedia.org/wiki/Primavera\\_%C3%81rabe](https://pt.wikipedia.org/wiki/Primavera_%C3%81rabe), acessado em 19 de julho de 2024.

<sup>91</sup>[https://pt.wikipedia.org/wiki/Occupy\\_Wall\\_Street](https://pt.wikipedia.org/wiki/Occupy_Wall_Street), acessado em 19 de julho de 2024.

<sup>92</sup>[https://pt.wikipedia.org/wiki/Jornadas\\_de\\_Junho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jornadas_de_Junho), acessado em 19 de julho de 2024.

direitos digitais, mídia independente, coletivos ligados à tecnologia digital, coletivos feministas e segurança da digital.

Em países do norte-global organizações dos campos do ativismo digital e da proteção de defensores já abordavam alguns desses temas, algumas delas desde o início dos anos 2000. Críticas em torno dos modelos de governança da internet, direito à comunicação, liberdade de expressão, proteção, criptografia e privacidade, eram alguns dos temas abordado, influenciando, em alguma medida até incentivando, o campo tecnoativista no Brasil, seja pela realização de eventos mundialmente conhecidos, seja por publicações que se tornaram referência no campo e também pelo diálogo que mantiveram com o campo feminista. Algumas delas são a Association Progressive Communication, criada em 1990; Tactical Tech, criada em 2003; Frontline Defenders, criada em 2001; Fundação Karisma, criada em 2003; Derechos Digitales criada em 2005; Access Now, criada em 2009; Digital Defenders Partnership, criada em 2011, entre outras. Vão surgindo e se popularizando publicações com o intuito de informar e sensibilizar, como zines, revistas, cartilhas, documentários, manuais, conteúdo para redes sociais e principalmente oficinas para cidadãos, ativistas e defensores de direitos, sobre boas práticas em torno da segurança digital.

Um exemplo desse tipo de iniciativa, que vem do norte-global e que influenciou no campo do tecnoativismo brasileiro, é o projeto Security in a Box<sup>93</sup>. Criado em 2007 pela Tactical Technology Collective, um coletivo alemão, hoje o projeto é gerido pela Front Line Defenders, e consiste em um material que compila uma série de orientações sobre como aumentar a segurança digital, segundo o site oficial: “O Security in a Box (SiaB) tem como objetivo principal apoiar uma comunidade global de pessoas defensoras dos direitos humanos cujo trabalho as expõe a riscos. Foi mundialmente reconhecido como um recurso básico para ajudar pessoas em risco a proteger sua segurança e privacidade digital.” Em 2014 o SiaB foi traduzido a primeira vez para o português, mas ainda assim trazia uma abordagem bastante distante da realidade brasileira (atualmente o SiaB vem passando por constante atualização e adaptações mais próximas às realidades locais). Ainda assim era bastante utilizado como material de apoio em oficinas. Outra iniciativa da Tactical Tech, e que é sempre mencionado como grande marco no campo da segurança para defensores de direitos, foi o lançamento da publicação Holistic Security<sup>94</sup> (aqui será tratado como Segurança Holística<sup>95</sup>), lançada em 2016. A publicação marca o campo sobretudo por sua proposta de segurança como algo

---

<sup>93</sup><https://securityinabox.org>

<sup>94</sup><https://holistic-security.tacticaltech.org/>

<sup>95</sup>Cmo foi adotada em sua versão traduzida para o português, não oficial, encontrado em: <https://we.riseup.net/subta/seguranca-holistica>

a ser abordado de maneira holística, e se define como “um manual de estratégia para ajudar os defensores dos direitos humanos a manter o seu bem-estar em ação. A abordagem holística integra os cuidados pessoais, o bem-estar, a segurança digital e a segurança da informação nas práticas tradicionais de gestão da segurança”<sup>96</sup>. Ao afastar a ideia de segurança como algo estrito e possível de ser alcançado com uma lista de procedimentos ou protocolos a serem seguidos, trazendo para a discussão a importância de considerar a integralidade dos indivíduos, o material é rapidamente aceito pelas tecnofeministas que encontram ali ressonância em muitos aspectos ao tratar de segurança, entre eles que “o entendimento do conceito de “segurança” é profundamente pessoal, subjetivo e ligado ao gênero”<sup>97</sup>, assim inevitavelmente o cuidado começa a surgir a partir das provocações impulsionadas pela abordagem proposta. Inspirados por iniciativas como o SiaB e Segurança Holística, as formações de segurança para ativistas, no Brasil começam, pouco a pouco, a incluir a discussão e a capacitação em segurança digital.

Outro marco importante para esse campo no Brasil é o surgimento da Cryptorave<sup>98</sup>. Em 2014, inspirados pelas *cryptoparties* europeias e em resposta as revelações de Snowden, ativistas, entusiastas, acadêmicos, tecnólogos se juntam para realizar o maior evento sobre segurança, hacking, criptografia, privacidade e software livre do Brasil. Com 24 horas de duração e uma programação composta de oficinas, palestras, instalações, rodas de conversa, apresentações e música a Cryptorave acontece até hoje e reúne centenas de pessoas a cada edição.

Também são lembrados como marcos importantes as edições da Virada Feminista que já traziam em sua programação atividades de intersecção entre gênero, tecnologia, internet e privacidade, desde a primeira edição, em 2015. As Viradas Feministas se destacam sobretudo por serem espaços nos quais o cuidado aparece com bastante destaque das discussões a respeito de tecnologia, em grande parte puxadas pelo transfeminismo.

É importante ressaltar que esse percurso acontece ao longo de alguns anos, aqui apresentados em um resumo de poucas páginas, e muitas referências e influências não foram citadas por um motivo ou outro. Também é importante ressaltar que a abordagem dos cuidados digitais não esteve difundida igualmente, e ao mesmo tempo, entre todos os campos de atuação ativista, nem mesmo entre os grupos tecnofeministas, assim como em todas as regiões do país. As regiões Sul e

---

<sup>96</sup>Retirado do site <https://holistic-security.tacticaltech.org/chapters/prepare/chapter-1-1-what-is-holistic-security.html>, acessado em 01 de agosto de 2024.

<sup>97</sup>Retirado do site <https://holistic-security.tacticaltech.org/index.html>, acessado em 01 de agosto de 2024.

<sup>98</sup><https://2024.cryptorave.org/>

Sudeste concentravam, até 2020, grande parte dos eventos e iniciativas no tema. Mesmo iniciativas construídas coletivamente e abertas, como a Cryptorave, eram espaços majoritariamente masculinos, heteronormativos, brancos, seguindo a regra de ambientes voltados para a debate e desenvolvimento de tecnologias. Além dos manuais, tutoriais e conteúdos sobre o tema estarem em outras línguas que não o português, era predominante uma estética e uma linguagem em torno da “mística” hacker ou militarizada, com termos que remetem à estratégias militares e uma abordagem que alimentavam a paranoia, o medo a desconfiança e muitas vezes, por mais contraditório que pareça, a insegurança. Todas essas características, em muitos casos, distanciavam as pessoas do tema ao invés de aproximar. Na prática, o que acontecia eram oficinas ministradas em quase 100% dos casos por homens, brancos, cis, do sudeste ou do sul, falando sobre criptografia de disco, uso de Linux, espionagem, vazamentos de informações e um grande apanhado de termos em inglês. Sem compreender muito bem como se dava o ecossistema por trás das infraestruturas de tecnologia, muitas vezes era difícil entender do que ou de quem de fato era preciso se proteger e como; quem era o inimigo? Muitas iniciativas, mesmo as feministas aconteciam com uma abordagem ainda muito influenciada pela perspectiva militarizada, predominante até hoje quando se trata de temas envolvendo tecnologia, sobretudo internet e segurança digital. Essa construção, aqui chamada de giro do cuidado, aconteceu e ainda vem acontecendo por um esforço do campo tecnofeminista em responder à uma necessidade do campo e sobretudo a uma boa leitura da realidade, capacidade e interesse em responder ao contexto e gerar transformação.

Compreendendo a importância do tema da (ati)vigilância e ainda da crescente violência de gênero online, grupos feministas lentamente vão se apropriando da discussão fazendo um esforço de tornar o tema o mais próximo da realidade e do contexto brasileiro, o possível. Como transformar um tema tão sensível como, privacidade, segurança digital, vigilância e espionagem contra ativistas em algo que as pessoas pudessem se interessar sem difundir mais medo e paranoia? Como causar um incômodo que fosse capaz de gerar transformação, ao mesmo tempo criando estratégias e caminhos que pudessem ser utilizados na prática do dia-a-dia, apropriado e inserido nas rotinas pessoais, de coletivos e organizações? Como agir no uso das tecnologias para que sigamos vivas? Diante dessas questões a proposta de abordagem através dos cuidados digitais ganha sentido e vai sendo aos poucos apropriada e compartilhada para além dos grupos tecnofeministas.

Como uma resposta a esse contexto uma parcela de feministas passa a levantar a discussão em torno da relação entre o cuidado e as tecnologias digitais, sobretudo como resposta as violências de gênero online que crescem em quantidade e em diferentes tipos, começa a ser pautado dentro de

espaços de construção feminista. Um dos eventos que ilustra esse movimento, e que é lembrado como um dos primeiros a apresentar essa discussão, foi o 13º Fórum AWID, em 2016, na Costa do Sauípe (BA). No relato à seguir, Larissa Santiago conta:

Eu me lembro do Fórum AWID que foi em Costa do Sauípe, e que as Boqueiras Negras junto com Marialab e na época já Universidade Livre Feminista, Thica também tava lá, a agente tinha um piloto de um projeto que daria na culminância da Guia [de Prática de Estratégias e Táticas para Segurança Digital Feminista] e foi nesse Fórum AWID que a gente apresentou o tema cuidados digitais pra muitas mulheres negras mais velhas, eu me lembro que Jurema Werneck estava sentada ouvindo a gente falar, que tinha outras mulheres negras de outros lugares, era 2016 e a gente tava lá. Eu lembro que a gente levou alguns estudos de caso, a gente pediu permissão à algumas mulheres pra levar casos específicos e a gente estava ali também colhendo opiniões e trazendo sugestões e outros casos que as mulheres estavam vivendo. Eu me lembro nitidamente que a gente ficou chocada, tava eu, Fer, Jo e Nanda e a gente ficou chocada que essas mulheres estavam sentadas ouvindo. Claro, Criola já tinha na época trabalhos com internet, já falava de ciberativismo, tinha acabado de lançar aquela campanha que foi premiada e tal, mas pra gente foi muito chocante. Elas passaram a prestar atenção nesse tema e foi a partir dali que a gente costurou de fato como a gente ia construir a Guia. (Larissa Santiago, em um dos encontros para essa pesquisa)

A guia a qual Larissa se refere, é também reconhecida como outro importante marco na abordagem feminista sobre segurança e cuidados digitais, é a Guia Prática de Estratégias e Táticas Para Segurança Digital Feminista<sup>99</sup>, lançada em 2017 pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e Universidade Livre Feminista em uma parceria com Marialab e Blogueiras Negras. A seguir um trecho do texto de apresentação do material:

Esta Guia [...] tem o objetivo de proporcionar às mulheres maior autonomia e segurança na internet, apresentando estratégias e táticas de defesa digital para feministas. Os conteúdos são dirigidos para o público de mulheres da América Latina e foram elaborados considerando diferentes mulheres: negras, trans, lésbicas, ativistas/militantes de movimentos organizados de mulheres ou que atuam individualmente na rede, sendo de periferias urbanas, rurais, com distintos níveis de acesso à tecnologia nas suas abordagens. Cada assunto está conectado com casos reais de violência on-line e possui informações práticas de como agir para enfrentarmos as adversidades em cenários semelhantes. Primeiramente, apresentamos o que é e como identificar o mosaico de ameaças e como traçar um percurso para a defesa digital, analisar riscos e entender onde focar os esforços quanto à segurança.<sup>100</sup>

Chama a atenção o fato de a publicação abordar, além do conteúdo sobre violência de gênero online, também o tema da crescente vigilância através das ferramentas digitais, como é possível ver no trecho a seguir:

<sup>99</sup> [https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/guia\\_pratica\\_estrategias\\_taticas\\_seguranca\\_digital\\_feminista.pdf](https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/guia_pratica_estrategias_taticas_seguranca_digital_feminista.pdf), acessado em 01 de agosto de 2024.

<sup>100</sup> [https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/guia\\_pratica\\_estrategias\\_taticas\\_seguranca\\_digital\\_feminista.pdf](https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/guia_pratica_estrategias_taticas_seguranca_digital_feminista.pdf) acessado em 25 de julho de 2024.

A crescente criminalização de movimentos sociais, organizações, coletivos e ativistas que atuam na defesa dos direitos humanos no Brasil se intensificou a partir de junho de 2013 e particularmente desde o golpe institucional que destituiu Dilma Rousseff da Presidência da República. Esse processo tem sido facilitado e legitimado pela vigilância nos meios digitais e pelas leis resultantes das tentativas de controle das manifestações provocadas por uma diversidade de fatos, mas principalmente pelos grandes eventos esportivos dos últimos anos no país. (SHIRAKAWA, MONTEIRO e SANTIAGO, 2017, p.12)

Ainda que o termo “cuidados digitais” não apareça explicitamente na guia, é presente a abordagem feminista que vai caminhar, mais na frente, para a reflexão dos cuidados digitais. Na contramão do que vinha sendo feito no campo tecnoativista até então, a abordagem dos feminista sobre segurança digital já partia de uma perspectiva localizada, valorizando os conhecimentos prévios, adaptando a linguagem, se inspirando na educação popular, priorizando uma abordagem que acolhe e aproxima, características que serão herdadas pelo campo dos cuidados digitais.

É então nesse momento, a partir de 2016/2017 que o termo cuidados digitais começa a aparecer em títulos de oficinas, eventos e publicações. A ideia de que a segurança digital está atrelada a uma série de boas práticas que devem ser mantidas cotidianamente e que podem ser realizadas tanto individualmente como coletivamente, para as feministas se aproxima mais de uma ideia de cuidado, de uma ideia de cuidar daquilo que gostamos e que é precioso, que é um cuidar diário, assim como a manutenção da vida. Começa a circular entre os grupos uma abordagem de que “estar segura é estar cuidada”, ou seja, a partir do cuidado aprender e criar formas mais seguras de estar no digital, carregando consigo a crítica sobre a relação com a tecnologia que, assim como o cuidado, é atravessada por críticas. Exercendo cuidado para a vida e não para a manutenção das opressões. Estar cuidada digitalmente é poder manter a vida através do digital e no digital. Assim os títulos das oficinas e eventos vão se transformando a partir dessa abordagem e então “a segurança da informação (ou S.I.) para ativistas” vai se transformando em “cuidados de S.I.”, que por sua vez se tornam os “cuidados de si no ambiente digital para ativistas”, até se tornarem apenas “cuidados digitais”.

É possível dizer que o campo dos direitos digitais e do tecnoativismo, de uma maneira mais ampla, era um campo com pouca interação com outras áreas do ativismo. E isso é bem simples de entender, apesar da popularização dos smartphones e do acesso à internet, a tecnologia de uma maneira geral ainda é muito cara e tem uma série de componentes que limitam o acesso, além do preço, o letramento, a usabilidade, a elitização do acesso ao conhecimento etc, e mesmo com um grande esforço de muitos coletivos como Blogueiras Negras, Rede de Ciberativistas Negras,

MariaLab, Criola, Rede Transfeminista de Cuidados Digitais, CriptoFunk, Escola de Ativismo, Intervozes, Artigo 19, Coding Rights, entre outros, que realizaram e realizam inúmeras iniciativas de divulgação, acessibilidade, aprendizagem e iniciativas para tentar romper com essa lógica, é na pandemia de COVID-19, e todo o aceleracionismo tecnológico proporcionado por ela, que parte dessa bolha consegue ser furada. É nesse contexto de pandemia e de isolamento social (para uma parcela da sociedade) que, ao ver nas tecnologias digitais como solução momentânea para quase todas as coisas, a necessidade de cuidados digitais se torna necessária para todo o tipo de público, para ativistas, organizações da sociedade civil e defensores de direitos, se torna fundamental. Com a chegada da pandemia de COVID-19, que exigiu de todos uma atenção maior ao tema, a perspectiva dos cuidados digitais foi se consolidando até chegar a ser vista como é vista hoje, sendo reconhecida como um campo de atuação. Sobre esse contexto a ativista e pesquisadora Viviane Gomes explica:

A gente fez muito... vocês também... todo mundo que está nessa área, fez muitas oficinas e deu muito curso durante a pandemia e eu acho que uma das coisas mais felizes que a gente pode realizar, e aí eu falo, eu, particularmente, dentro desse grupo de Blogueiras Negras, das atividades que a gente promoveu, que a gente fez, foi de ter, através desse conceito dos cuidados digitais, envolvido mulheres negras mais velhas nesse debate, o que pra elas era muito distante; ter essa devolutiva, porque a gente lidou com cuidado o tempo todo, então a gente ficou pescando coisas que elas sabiam fazer, foi trazendo isso... isso é cuidado, você faz isso? isso é cuidado! então eu acho que elas conseguiram lidar com as oficinas, foi um projeto selecionado por Criola pra fazer uma série de oficinas com os grupos que Criola já fortalecia e aí, quando a gente já teve uma devolutiva das oficinas que a gente fez, elas trouxeram esses dados, que conseguimos fortalecer essas mulheres e fazer com que elas conseguissem participar e falar, falaram dos cuidados digitais e se sentiram envolvidas, então, pra nós, esse conceito tá muito mais ao alcance das nossas mãos, das nossas capacidades, fortalece isso pra gente, sabe? é um termo afim, né? é o termo que a gente consegue lidar? (Viviane Gomes, participante do encontro sobre cuidados digitais para essa pesquisa, novembro de 2023)

Atualmente o cuidado digital tem, aos poucos, sobretudo após a pandemia, integrado as agendas de organizações da sociedade civil, em todas as áreas de atuação, tem se fortalecido como campo, e tem se tornado, entre outras, questão de relevância entre movimentos tecnofeministas e ativistas no Brasil, refletindo um esforço contínuo para proteger direitos e promover a justiça social em um mundo cada vez mais digital.

A seguir será apresentada uma linha do tempo dos cuidados digitais, construída durante um dos encontros realizados para esta pesquisa junto à Rede Transfeminista de Cuidados Digitais traz eventos, ações, publicações, encontros e editais que aconteceram nos últimos nove anos e que marcaram o campo tecnoativista e tecnofeminista. Foi necessário levantar de maneira mais

abrangente e que condensasse também eventos para além desse recorte temporal de nove anos, numa sessão que foi nomeada “Antes de 2015”. É possível perceber que quanto mais antigos os eventos pontuados, menos relação direta com o termo cuidados digitais ele têm, no entanto abordavam de maneira indiretas temas e questões que estruturaram a narrativa e as noções de cuidados digitais construída pelo campo tecnofeminista e por isso foram lembrados pelos participantes durante o encontro. Em menor quantidade foram lembrados também alguns eventos e publicações fora do Brasil pois tiveram influencia direta (seja pela produção em parceria, pela participação de grupos ou integrantes de grupos brasileiros, seja pela incorporação de termos, discussões ou conceitos no campo do Brasil) no campo tecnofeminista, em suas produções e práticas.

#### **4.8. Cuidados Digitais – entendimentos e definições**

Uma das coisas compreendidas ao longo dessa pesquisa foi a dificuldade em precisar exatamente quando surge o termo “cuidados digitais”. O que foi se revelando ao longo do percurso foram elementos políticos, sociais e tecnológicos que, juntos às discussões do campo dos Estudos Feministas e das ações dos grupos ativistas, culminaram no “surgimento” do termo. Esse ultimo mobilizando além de discussões teóricas, também ações e eventos que fomentaram a mobilização em torno do tema e também sua popularização. Na linha do tempo é possível acompanhar como, ao longo dos anos, temáticas e agentes, que fazem parte do universo tecnofeminista vão se entrecruzando até que o termo cuidados digitais passa a integrar a agenda desse campo ativista, passa a ser abordado em eventos, não mais exclusivamente feministas, e até a se tornar reconhecidamente um campo de atuação, como já abordado. Da mesma maneira, também foi difícil precisar quem exatamente cunhou o termo, mas é possível identificar a trama de agentes envolvidos nessa criação.

O que por sua vez é possível afirmar, de uma maneira resumida, é que os cuidados digitais nascem de uma necessidade de grupos ativistas feministas em abordar o tema da segurança digital, seja no combate à violência de gênero online, seja na corrida contra a vigilância, dentro do contexto ativista brasileiro e identificam no cuidado uma potência concreta a seu favor. Dessa maneira as feministas trazem para o debate em torno da segurança da informação:

- crítica feminista as relações de opressão e exclusão mantidas pelas tecnologias e ao acesso ao conhecimento;
- crítica à abordagem militar, machista, heteronormativa, colonizadora, tecnocrata do norte-global utilizada para tratar de segurança da informação;
- relação do binômio segurança e cuidado;
- necessidade de radicalização do cuidado nas práticas ativistas diante do contexto sociotécnico;

Ainda assim é importante destacar que, mesmo dentro do campo tecnofeminista, não há um consenso exato sobre o entendimento ou a conceituação do termo, em grande parte por se tratar de um movimento relativamente recente, em construção, e que abrange diferentes experiências, sendo possível encontrar abordagens que compreendem mais ou menos alguns dos aspectos e elementos em comum, e há entendimentos compartilhados, que são reunido dentro desse que tem sido considerado o campo dos cuidados digitais. Sobre isso, a publicação “Cuidados Digitais e Filantropia”, chega a definir como é composta a comunidade dos cuidados digitais no Brasil, que segundo os autores:

[...] é pequena e formada por ativistas e profissionais independentes, e algumas poucas organizações formalizadas. Grande parte das pessoas que compõem a comunidade são mulheres e pessoas LBT residentes da região sudeste do país e que não possuem educação formal na área de segurança da informação. São pessoas que em sua maioria já eram ativistas e que construíram - e seguem construindo - seus conhecimentos de forma comunitária e experimental (aprendem fazendo), e que possuem um perfil multidisciplinar, misturando conhecimentos técnicos e tecnopolíticos, pedagógicos, psicossociais, legais, etc. (Amarela e Foz, 2022, p. 23)

A seguir serão apresentados alguns dos entendimentos sobre os cuidados digitais, levantados nesta pesquisa:

Cuidados digitais são uma forma de abordar a segurança digital a partir da perspectiva do cuidado cotidiano. Uma vez que o online e offline são indissociáveis, e que as tecnologias digitais fazem parte do nosso dia a dia, o que afeta nossos dados impacta também nossos corpos. Assim, na perspectiva dos cuidados digitais, cuidar dos nossos dados é também cuidar do nosso corpo, e esse cuidado precisa ser feito cotidianamente, como um hábito, uma cultura, uma política.

Inscrever a segurança digital no registro dos cuidados traz uma mudança de linguagem e de práticas. O campo da segurança digital se estabeleceu a partir de narrativas e metodologias militarizadas e que são historicamente desenvolvidas, mesmo no campo ativista, por homens brancos do Norte global. Tais narrativas e práticas alimentam (ou produzem), como consequência (ou estratégia), o medo: esse sentimento que, ironicamente, é o principal afeto da indústria de vigilância e dos regimes autoritários.

Já a perspectiva dos cuidados digitais pretende acolher o medo, não alimentá-lo. Ela parte de pedagogias feministas e antirracistas, e trabalha com uma noção expandida de

tecnologia: mescla tecnologias tradicionais (e ancestrais) e tecnologias ocidentais/digitais. Metodologicamente, o trabalho com cuidados digitais se dá tendo o afeto como fio condutor da aprendizagem, apostando nele como uma via potente para estruturar trocas e proporcionar transformações. Além disso, nos cuidados digitais, o trabalho com segurança é feito a partir de uma perspectiva integral, entendendo que as diferentes esferas do campo da segurança (como segurança física, digital, psicossocial e etc.) estão intimamente ligadas e precisam caminhar juntas. No entanto, isso não quer dizer que ativistas e profissionais de cuidados digitais tenham habilidades nessas diferentes esferas. (Amarela e Foz, 2022, p. 11)

Quando a gente passou a adotar os cuidados digitais a gente tinha a intenção de ampliar essa percepção sobre segurança. Sempre que o termo segurança era dado a gente tinha a impressão que não era pra gente, a impressão de que isso a gente não alcançava, o cuidado a gente passa a ter um conceito mais próximo da gente, de mulheres negras, essa é a minha percepção, e ia envolvendo também os níveis de cuidado, tanto o cuidado digital, mais o cuidado físico, o cuidado mental e agora a gente inclui aí o psicossocial e o religioso também. Nesse sentido, eu acho que pra gente amplia a noção de segurança, sabe? Envolve e amplia. (Viviane Gomes, participante encontro sobre cuidados digitais para essa pesquisa, novembro de 2023)

Eu acho, além de tudo isso, que o que a gente compreendeu dessa narrativa do cuidado digital é de ter cuidado com o cuidado também, orientando também a narrativa do cuidado digital de maneira a não repetir o estigma da cuidadora, o estigma, especialmente falando de negritude, não reproduzir esse estigma nos espaços digitais, que já foram reproduzidos e recolocados em vários outros âmbitos do cuidado. E aí, o que valora também a discussão que a gente tá trazendo dentro da ideia de transfeminismo, da ideia de ecotransfeminismo, com uma perspectiva transversal de raça, de gênero, de identidade, de neurodiversidade, enfim... também passa por esse caminho de tentar entender que caminhos a gente pode tomar através dessa perspectiva do cuidado digital pra que ele não se transforme em mais um ponto de sobrecarga, né? Assim, nesse olhar que a gente tem de infraestrutura de afeto, de co-independência, costume dizer, na época a gente não tinha um termo melhor pra usar, então eu acho que é isso, não de co-dependência, assim uma independência, uma autonomia coletiva. (Fernanda Monteiro, participante encontro sobre cuidados digitais para essa pesquisa, novembro de 2023)

O cuidado ele prevê que você tem que pensar soluções diferentes de acordo com o contexto da pessoa, de acordo com o contexto do território, então o cuidado ele pede soluções mais complexas e menos binárias, né?. (Laila, participante encontro sobre cuidados digitais para essa pesquisa, novembro de 2023)

Na época [2016/2017] a Geisa falava sobre cuidado, não era bem cuidado digital, o que ela falava era que ela não usava a palavra segurança porque não tinha como garantir segurança, por conta das plataformas e tal, então ela usava uma expressão que era "auto-cuidado". Na verdade era isso, era como se fosse um auto-cuidado, então acho que muita gente falava de auto-cuidado na internet e tal, acho que foi isso se não me falha a memória. (Thiane Barros, participante encontro sobre cuidados digitais para essa pesquisa, novembro de 2023)

Eu acho que a gente quando fala de cuidado, tem uma diferença ao falar de cuidado e de segurança, e isso pode ser que seja uma percepção minha, tá? não to colocando como uma coisa que todo mundo entende assim, mas pra mim, essa mudança de palavra, ela tira do lugar de insegurança e medo, atenção, alerta, em que algo está para acontecer ou já aconteceu, né? Segurança sempre dispara isso, enquanto que quando a gente fala de cuidados, estamos mais no campo da proteção, mais no campo do que se pode fazer antes pra minimizar um incidente, então pra mim, na minha cabeça, quando se fez essa mudança de chavinha que é: o que se pode fazer antes pra evitar a insegurança a crise o incidente; e essa chavinha da proteção, que também me leva pra esse lugar, então, na verdade, muda toda a narrativa quando a gente fala de segurança e quando a gente fala de cuidado. (Foz, participante encontro sobre cuidados digitais para essa pesquisa, novembro de 2023)

Parece que o cuidado está ao alcance das nossas mãos e das nossas capacidades, sabe? o cuidado, eu posso lidar com o cuidado. A segurança, talvez, extrapole aquilo que eu preciso conhecer, aquilo que eu preciso saber. (Viviane, participante encontro sobre cuidados digitais para essa pesquisa, novembro de 2023)

Segurança sempre acaba na sobrecarga gerada constantemente por um conceito efêmero e por uma rápida evolução de um projeto de insegurança pública. (Fernanda Monteiro, participante encontro sobre cuidados digitais para essa pesquisa, novembro de 2023)

Cuidado nunca acaba mas é cotidiano, cuidado como se fosse um ritual, uma coisa do dia a dia, da vida, quando a gente fala de segurança já vem algo assim, a sensação de que algo deu errado. (Stephania, participante encontro sobre cuidados digitais para essa pesquisa, novembro de 2023)

E acho que agora a gente tem que tomar cuidado com uma visão muito liberal do cuidado, né? pra não ir muito pra esse lugar também de que é só pagar que tá tudo bem, ta cuidado e um pouco de dividir essa questão das responsabilidades sociais assim como os cuidados. E os cuidados também, eles só funcionam coletivamente. Você pode ter os seus autocuidados pessoais mas a pandemia mostra que se a gente não tiver um cuidado coletivo as mudanças climáticas mostram que se a gente não tiver um cuidado feito coletivamente a gente não vai chegar em lugar nenhum. Acho que tem isso também, que a palavra bomba né, cuidados digitais recentemente mesmo, e até com uma ressignificação aí de que as mulheres são até mais capazes de fazer cuidados digitais e eu tenho uma visão muito pra mim, que até escrevi lá na linha do tempo, que cuidados digitais tem muito de se apropriar das tecnologias, de ganhar autonomia. Eu acho que quando se trabalha com pessoas que tiveram algum lance de violência no mundo digital seja um nude [vazado] ou seja um ataque na internet, vem muito daquilo que eu posso fazer, como que eu posso me proteger disso. (Fernanda Chan, participante encontro sobre cuidados digitais para essa pesquisa, novembro de 2023)

É claro que tudo isso esbarra numa dificuldade que é anterior aos discursos sobre privacidade ou criptografia: acesso. Hoje, somos 69% de brasileiros com acesso à internet pelo celular, sendo que a maioria de nós está concentrada nas grandes capitais e nas regiões mais “desenvolvidas” do país. Mas a proposta do debate sobre acesso, inclusive, não termina com o argumento de ter ou não a possibilidade de estar conectado, ter ou não celular. Mergulhar nessa conversa significa nadar por sobre a qualidade do acesso, dar braçadas mais largas sobre alfabetização e letramento digital, pescar mais e melhores equipamentos como computadores, antenas e outros tipos de *hardwares*. E para isso, os ativistas e ciberativistas precisam estar dispostos a traduzir as linguagens. As linguagens de programação e algoritmos mas também os termos técnicos, as histórias das heranças

coloniais e racistas do surgimento de ferramentas e processos, as ideologias do Vale do Silício e filosofias de tempos líquidos, as práticas e comportamentos moldados para nos manter submissos e satisfeitos com *likes*. Todas essas “linguagens” advindas da experiência rápida e galopante na evolução das tecnologias da informação e comunicação precisam ser mastigadas e esmiuçadas pelos ativistas e defensores dos direitos digitais, de maneira também a incorporar com as populações e grupos marginalizados novos jeitos de fazer e construir tecnologia. Dito isto, tudo o que pode ser pensado no campo do que se tem chamado de Cuidado Digital ou autocuidado digital é resultado de um movimento de troca, escuta e aperfeiçoamento entre o campo e as práticas feministas. Os Cuidados Digitais nada mais são do que mudanças de ordem filosófica e práticas em relação ao uso de tecnologias e ferramentas da informação e comunicação.” (SANTIAGO, 2020, p.38)

Partindo das distintas contribuições mapeadas acima e do percurso percorrido, tanto no meu trabalho como tecnoativista quanto como pesquisadora acadêmica, é possível propor um entendimento sobre os cuidados digitais que reúna o debate teórico às práticas tecnoativistas, seriam então os cuidados digitais práticas sociais que articulam segurança, gênero, proteção, emoções e ética nas relações cotidianas com a tecnologia. Diferente do que algumas teóricas defendem, que a interação face a face seria elemento central do cuidado (BANDEIRA 2010; BUBECK 2002; MARCONDES 2013), as tecnofeministas que tem cunhado o termo cuidados digitais defendem a existência do cuidado também nas relações mediadas por tecnologias e até entre humano e tecnologias, incluindo as digitais, se aproximando do conceito de cuidado desenvolvido por Bellacasa (2019). Tem como objetivo melhorar o atendimento às necessidades humanas nas relações mediadas por tecnologias digitais, que na contemporaneidade estão diretamente ligadas à sustentabilidade de uma grande parcela da vida humana, mesmo com os diferentes acessos, conexões e perfis de uso das tecnologias digitais.

Práticas de cuidados digitais correspondem a um nível de mediação entre relações de gênero e outras relações sociais interseccionadas e ações cotidianas envolvendo a busca por um uso mais seguro das tecnologias digitais. A ideia do cuidado digital ao mesmo tempo que abre uma fenda em um campo historicamente afastado do universo feminino, aquele das tecnologias, da segurança, do militar, num movimento de aproximar todos que estiveram socialmente distantes desses lugares, dando luz às complexas relações de cuidado, também nas vidas online, nos corpos online, um estrutura ainda baseada na divisão sexual, racial e social do trabalho.

Como visto anteriormente, o cuidado é um conceito muito caro às feministas e portanto para elas ao acionar/utilizar esse termo é ao mesmo tempo trazer a tona anos de discussões em torno do significado de cuidado e suas implicações. Dessa maneira os cuidados digitais trazem uma potência dupla, de um lado convoca o cuidado em sua perspectiva crítica e do outro aproxima e traz sentido, se fortalece e é fortalecido. Se o cuidado foi, segundo a lógica patriarcal, aquilo que pertence às

mulheres, aquilo que elas sabem fazer naturalmente, então é através desse elemento que fazem o chamado, que aproximam, geram conhecimento para sua segurança, para sua autonomia, para luta, no caso de ativistas e defensores.

## Considerações finais

A proposta apresentada ao longo do texto, e para a pesquisa, parte do desejo de um fazer científico feminista e fazeres da vida ativista. E para que assim aconteça, necessita de alianças e conexões para pensar e praticar, juntas e juntos, conceitos e princípios que possam superar limitações nos percursos, afim de atender interesses sociais, políticos e cognitivos de grupos historicamente marginalizados. Essa abordagem faz parte de um conjunto de trabalhos e iniciativas que passa a abordar a tecnologia sobre a crítica das barreiras, para o acesso e a permanência de mulheres e gêneros dissidentes, no uso e na produção de tecnologias, especialmente tecnologias da informação, passando a incluir temas relativos a interseccionalidade. Apresenta-se aqui como uma proposta metodológica recém nascida, mas, sobretudo, como um convite, para que mais de nós se enlacen nessa construção.

As reflexões apresentadas ao longo desta dissertação demonstram a relevância e a potência do tecnoativismo, mais precisamente do tecnofeminismo brasileiro e o campo dos cuidados digitais, no enfrentamento às múltiplas violências presentes nas dinâmicas tecnológicas contemporâneas, mas não somente, com sua atuação esses grupos ainda colaboram para o fortalecimento das demais áreas de atuação no campo da defesa de direitos ao colaborarem para o aumento da segurança e da proteção de ativistas e defensores.

A pesquisa tomou a Rede Transfeminista de Cuidados Digitais (RTCD) como representante desse campo, e mostrou que as práticas de cuidados digitais não são apenas uma resposta funcional às ameaças da vigilância, mas também uma reconfiguração epistemológica das relações com a tecnologia e com o ativismo. A partir da proposta de substituição da lógica da "segurança digital" pela noção de "cuidados digitais", é inaugurado um novo campo de atuação que desafia as estruturas normativas de poder e coloca em destaque a necessidade de uma prática interseccional e anticapitalista no cenário tecnopolítico.

O texto falou ainda sobre **giro do cuidado, um movimento de transformação que vem vivendo o campo tecnofeminista**, uma visão ampliada de proteção que vai além da segurança individual e que, ao se fundamentar em princípios feministas, transfeministas e anticapitalistas, se opõe às dinâmicas de exploração e exclusão impostas pelo **capitalismo de vigilância**. A RTCD, ao abraçar essa lógica, articula o cuidado como uma prática de resistência, onde a proteção digital se

conecta às questões de autonomia, solidariedade e empoderamento de grupos historicamente marginalizados.

Outra ideia importante abordada pela pesquisa é do cuidado político, que ao ser convocado pelas tecnofeministas, não apenas desafia as estruturas patriarcais e coloniais, mas também resgata o poder transformador de quem realiza o cuidado. Um dos aspectos centrais abordados nesta pesquisa o cuidado, um conceito historicamente vinculado à feminilidade e frequentemente marginalizado em suas potencialidades políticas, é reposicionado como uma prática de resistência no campo digital. Através da descrição da Gincana Mostra, outras atividades e práticas realizadas pela RTCD, demonstrou-se que o cuidado digital não se restringe à dimensão técnica, mas incorpora um conjunto de práticas e saberes que conectam o bem-estar e a proteção individual e coletiva assim como a autonomia, assim como aspectos políticos.

Essa abordagem coloca a RTCD em uma posição estratégica dentro do ativismo contemporâneo, ao propor práticas tecnológicas que rompem com o binarismo com o tecnicismo das soluções tradicionais de segurança digital propondo uma abordagem que reconhece a interdependência das pessoas e a importância do afeto na construção de estratégias eficazes de resistência.

Espera-se então que, ao desenvolver de novas teias e fortalecer as já existentes, esse fios relacionais colaborem para a sustentação, conservação e manutenção da vida, o que está em jogo é a própria possibilidade de habitar a Terra num futuro próximo, ou mesmo no presente já tão vigiado. Assim, esta pesquisa pretende colaborar às reflexões que levem em consideração o cenário atual, o contexto do capitalismo de vigilância, o estado aceleracionista em que a pandemia nos catapultou e de seu forte movimento em torno das extremas desigualdades. Faz um chamado coletivo para pensar projetos políticos consistentes de mundo futuro e, porque não, superar a lógica de dominação e controle pela lógica da cooperação, inclusive entre humano e não humano, humano e tecnologia.

## Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Luciana Santos Guilhon; PEDRO, Rosa; CARVALHO, Ulisses dos Anjos. *O que podem as máscaras?: Visibilidades e vigilância nos movimentos em rede*. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 68, n. 1, p. 49-53, Mar. 2016. Disponível em <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000100015> Acessado em 20 de agosto de 2019.

AMARAL, Pedro. **Mercadores da insegurança** [livro eletrônico]: conjuntura e riscos do hacking governamental no Brasil. Pedro Amaral, Mariana Canto, Marcos César M. Pereira ; coordenação André Ramiro. – 1. ed. -- Recife, PE : IP.rec, 2022. Disponível em <https://ip.rec.br/wp-content/uploads/2022/11/Mercadores-da-inseguranca.pdf>. Acessado em 20 de junho de 2023

AMARELA; FOZ. **Cuidados digitais e filantropia**: achados e recomendações básicas. 2022. Disponível em <https://fase.org.br/pt/biblioteca/cuidados-digitais-e-filantropia-achados-e-recomendacoes-basicas/>. Acesso em 10 de julho de 2024

AMNESTY INTERNACIONAL. **Toxic Twitter – a toxic place for women**. 2018. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/research/2018/03/online-violence-against-women-chapter-1/>. Acessado em: 19 julho de 2024.

ARAÚJO, Daniela de. **Feminismo e cultura hacker**: intersecções entre política, gênero e tecnologia. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, p 146, 2018.

AYMORE, Débora. *Objetividade forte como alternativa à ciência livre de valores*. **Scientiae Studia**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 175-186, 2017. DOI: 10.11606/51678-31662017000100010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ss/article/view/133650> . Acessado em: 10 abr. 2021.

BANDEIRA, Lourdes M. Importância e motivações do Estado Brasileiro para pesquisas de uso do tempo no campo de gênero. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 12, nº 1, p. 47-63, 2010.

BARBOSA, Bia; Santiago, Larissa. O permanente desafio da violência contra as mulheres na Internet. In:BARBOSA, Bia; TRESCA, Laura; LAUSCHINER, Tanara (orgs.). **Coletânea de Artigos: TIC, governança da internet e gênero – tendências e desafios**. cgi.br, 2021. Disponível em:[https://cgi.br/media/docs/publicacoes/4/20210422084146/ColetaneadeArtigos\\_TIC\\_Governanca\\_daInternet\\_Genero\\_digital\\_CGibr.pdf](https://cgi.br/media/docs/publicacoes/4/20210422084146/ColetaneadeArtigos_TIC_Governanca_daInternet_Genero_digital_CGibr.pdf) . Acesso em 10 de julho de 2024.

BARROS, Juliana N. **Mineração e Violações de Direitos – O caso da empresa Kinross em Paracatu (MG)**. Justiça Global: 2017. Disponível em: [https://www.global.org.br/wp/wp-content/uploads/2023/11/Mineracao\\_e\\_Violacao\\_de\\_Direitos\\_Paracatu-1.pdf](https://www.global.org.br/wp/wp-content/uploads/2023/11/Mineracao_e_Violacao_de_Direitos_Paracatu-1.pdf)

BATISTA, Vera Malaguti (org.). **Loïc Wacquant: e a questão penal no capitalismo neoliberal**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012. 320p. ISBN 9788571064546.

BELLACASA, Maria Puig de la. **Matters of Care: Speculative Ethics in More Than Human Worlds**. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 2017.

\_\_\_\_\_. *Matters of care in technoscience: assembling neglected things*. **Social studies of science** vol. 41,1 (2011): 85-106. doi:10.1177/0306312710380301 Disponível em: [www.giswatch.org/sites/default/files/gw2015-hache.pdf](http://www.giswatch.org/sites/default/files/gw2015-hache.pdf) Acessado em: 10 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. *'Nothing Comes Without its World': Thinking with Care*. **The Sociological Review** 60 (2): 197–216, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1111/j.1467-954X.2012.02070.x>. Acessado em 06 de jan 2021.

BIRHANE, Abeba. *Colonização algorítmica da África*. In: SILVA, Tarcízio. **Comunidades, algoritmos e ativismos: Olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: LiteraRUA,2020, p. 157- 16.

BROWNE, Simone. **Dark Matters. On the surveillance of blackness**. Duham e Londres: Duke University Press, 2015.

BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta et al. *Apresentação. Tecnopolíticas da Vigilância: Perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 341-354.

BUBECK, Diemut Grace. **Justice and the labor of care**. In: KITTAY, Eva F.; FEDER, Ellen (Orgs.). *The Subject of care: feminist perspectives on dependency*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2002, p. 160-185.

CHIODI, Vitor. *Fazendo nós: fazer-com no Antropoceno*. **ClimaCom [online]**, Campinas, ano.4, n.9, Ago. 2017. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/?p=7288>. Acessado em 15 dez 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 13.

COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade** 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. *Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject*. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, p. 336–349, 1 maio 2019.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Amanda Marques de. *A profissionalização da atividade de cuidar de idosos no Brasil*. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online], v. 00, n. 18, 2015. pp. 07-41. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151801> . Acessado 9 Março 2022

EVANGELISTA, Rafael. Review of Zuboff's *The Age of Surveillance Capitalism*. **Surveillance & Society**, v. 17, n. 1/2, p. 246–251, 2019.

\_\_\_\_\_. *Aceleração, exceção e ruptura: disputas tecnopolíticas num mundo pandêmico*. **COMCIÊNCIA (UNICAMP)** Dossiê Depois do Futuro, 2020. Disponível em: <http://www.comciencia.br/acceleracao-excecao-e-ruptura-disputas-tecnopoliticas-num-mundo-pandemico/>. Acessado em 02 de agosto de 2020.

FLAX, Jane. **Thinking Fragments. Psychoanalysis, Feminism, and Postmodernism in the Contemporary West**. Berkeley: University of California Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista*. In: H. Buarque de Hollanda (org.). **Pós-Modernismo e Política**, Rio de Janeiro: Rocco, 1991, pp.:217-250.

FONTES, Virgínia. **Reflexões Impertinentes: história e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom texto, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GILLIGAN, C. **Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta**. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1982

HARAWAY, Donna. *Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 33-118 .

\_\_\_\_\_. **O manifesto das espécies companheiras – Cachorros, pessoas e alteridade significativa**. Trad. Pê Moreira. Revisão técnica e posfácio Fernando Silva e Silva. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 184 p.

\_\_\_\_\_. **Modest–Witness @ Second–Millenium. FemaleMan–Meets–Oncomouse**. New York: Routledge, 1998.

\_\_\_\_\_. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 17 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Staying with the Trouble: Making kin in the Cthulucene**. Duke University Press, Durham e Londres, 2016.

HARDING, S. (1986). **The Science Question in Feminism**. Ithaca: Cornell University Press.

\_\_\_\_\_. (1991). **Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives**. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

HARDING, S.; O'BARR, J. (eds.). (1987). **Sex and Scientific Inquiry**. Chicago: University of Chicago Press.

HARVEY, David .**O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HIRATA, Helena; DEBERT, Guita. Apresentação. Dossiê Gênero e Cuidado. **Cadernos Pagu**.(46). Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2016.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya .A. (orgs). **Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo, Editora Atlas, 2012.

HOBART, Hi'ilei J. K.; KNEESE, T., (Eds.) (2020). **Radical care [Special issue] Social Text**, 38 (1). Disponível em: [https://read.dukeupress.edu/social-text/issue/38/1%20\(142\)](https://read.dukeupress.edu/social-text/issue/38/1%20(142)) Acessado em 02 de agosto de 2020.

HOOKS, Bell. **Feminism is for everybody: passionate politics**. Cambridge: South End Press, 2000.

KANASHIRO, Marta Mourão. **Sorria, você está sendo filmado: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, p 123, 2006.

KWET, Michael. *Digital colonialism: US empire and the new imperialism in the Global South*. **Race & Class**, v. 60, n. 4, p. 3–26, 2019.

LORD, Audre. **A burst of light and other essays**. New York: Ixia Press , 2017.

LYON, David. *As apostas de Snowden: desafios para entendimento de vigilância hoje*. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 68, n. 1, p. 25-34, Mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000100011>. Acessado em 28 de maio 2023.

MARCONDES, Mariana. **A corresponsabilização do Estado pelo cuidado: uma análise sobre a política de creches do PAC-2 na perspectiva da divisão sexual do trabalho**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2013. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13410/1/2013\\_MarianaMazziniMarcondes.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13410/1/2013_MarianaMazziniMarcondes.pdf). Acesso em: 19 de julho de 2024.

\_\_\_\_\_. **Transversalidade de gênero em políticas de cuidado: uma análise comparada das políticas de cuidado infantil no Brasil, Argentina e Uruguai durante o giro à esquerda** .Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: 2019. Disponível em <https://repositorio.fgv.br/items/f36626e5-977c-45fe-bf44-33cb518153d9>. Acesso em 10 de julho de 2024.

MOL, Annemarie; MOSER, Ingunn; POLS, Jeannette. *Introduction*. In: A. Mol, I. Moser & J. Pols (orgs.). **Care in practice: on tinkering in clinics, homes and farms**. Bielefeld: Transcript Verlag, 2010.

MONTEIRO, Fernanda; SHIRAKAWA, Fernanda; SANTIAGO, Larissa. **Guia Prática de Estratégias e Táticas para a segurança digital feminista**. CEFEMEA, 2017. Disponível em [https://www.marialab.org/wp-content/uploads/2020/09/guia\\_pratica\\_estrategias\\_taticas\\_seguranca\\_digital\\_feminista.pdf](https://www.marialab.org/wp-content/uploads/2020/09/guia_pratica_estrategias_taticas_seguranca_digital_feminista.pdf) . Acesso em 16 de março de 2024

NATANSOHN, Graciela; REIS, Josemira. *Digitalizando o cuidado: mulheres e novas codificações para a ética hacker*. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 59, p. e205905, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664486> . Acesso em: 16 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. Do ciberfeminismo...aos hackefeminismos. In: NATANSOHN, Graciela (org). **Ciberfeminismo 3.0**. Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2021.

NORONHA, Isabela; FRAGA, Laís. *Dimensões do cuidado: terra e agroecologia para agricultoras do MST*. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 466–487, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2020v30n1.53701. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/53701>. Acesso em: 15 jul. 2023.

OLIVEIRA, Débora, ARAÚJO, Daniela Camila de; KANASHIRO, Marta Mourão. (2020). *Tecnologias, infraestruturas e redes feministas: potências no processo de ruptura com o legado colonial e androcêntrico*. **Cadernos Pagu**, (59), e205903. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664483> Acessado em 02 de agosto de 2020.

PIGNARRE, Philippe; STENGERS, Isabelle. **Capitalist Sorcery: breaking the spell**. London: Palgrave Macmillian, 2011.

ROUVROY, Antoinette, BERNS, Thomas. *Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação?* Tradução de P. H. Andrade. **Revista Eco Pós**, Rio de Janeiro, UFRJ, Vol. 18, Nr. 2, pp. 36-56, 2015.

PARRA, Henrique Zoqui. *Experiências com tecnoativistas. Resistência na política do individual?* In: BRUNO, Fernanda et al. **Tecnopolíticas da Vigilância. Perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 341-354.

PHELAN, Shane. *Coyote Politics: Trickster Tales and Feminist Futures*. **Hypatia**, vol. 11, no. 3, 1996, pp. 130–149. *JSTOR*. Disponível em: [www.jstor.org/stable/3810325](http://www.jstor.org/stable/3810325) . Acessado em 10 abril 2021.

SANTIAGO, Larissa. Tecnologia Antirracista: A resposta das mulheres negras. In: **Mapeamento da Mídia Negra no Brasil**. Fopir: 2020. Disponível em [http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ebook\\_mapeamento\\_da\\_midia\\_negra-1.pdf](http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ebook_mapeamento_da_midia_negra-1.pdf) Acessado em 02 de agosto de 2020.

SAUL, Ana Maria. **Educação popular e práticas educativas**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SINGER, Peter. **Sobre a ética: ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

STENGERS, Isabelle. *A proposição cosmopolítica*. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464>. Acessado em: 15 dez 2020

TAIT, Márcia. *Epistemologias feministas da ciência e tecnologia e diálogos presentes e latentes com ações coletivas na América Latina*. **Observatório da Fiocruz em Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde**. 2017. Disponível em: <https://observatorio.fiocruz.br/opiniao/epistemologias-feministas-da-ciencia-e-tecnologia-e-dialogos-presentes-e-latentes-com-acoas>. Acessado em 19 de julho de 2023.

TOUPIN Sophie; HACHE, Alex. *Feminist autonomous infrastructures*. In: **Global Information Society Watch 2015: Sexual rights and the internet**. APC and Hivos, 2015 Disponível em: [www.giswatch.org/sites/default/files/gw2015-hache.pdf](http://www.giswatch.org/sites/default/files/gw2015-hache.pdf) Acessado em: 08 de março de 2020.

TRONTO, Joan. **Caring Democracy. Markets, Equality, and Justice**. New York, NYU Press, 2013.

\_\_\_\_\_. *Beyond Gender Difference to a Theory of Care*. Signs, vol. 12, nº 4, **Within and Without: Women, Gender, and Theory**; Summer, 1987, p. 644-663. Publicado em LAUGIER, S. & PAPERMAN, P. (Dir.). *Le souci des autres. Éthique et politique du care*, Paris: éd. de l'EHESS, 2005, p. 25-49.

\_\_\_\_\_. **Assistência democrática e democracias assistenciais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, ago. 2007

TRONTO, Joan; FISHER, Berenice. *Toward a Feminist Theory of Caring*. In: ABEL, E.; NELSON, M. (Eds.) . **Circles of Care**. Albany, NY, SUNY Press, 1990, pp.36-54.

VASCONCELLOS, Bruna Mendes. *Leituras feministas da Tecnologia Social*. **Otra Economía**, 15(28), p. 58-75, 2022.

WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

WINNER, Langdon. **The Whale and the Reactor: A Search for Limits in an Age of High Technology**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

ZUBOFF, Shoshana. *Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação*. IN BRUNO, Fernanda et al. **Tecnopolíticas da Vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018, p.17-68.

\_\_\_\_\_. **The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power**. London: Profile Books, 2019.

### Anexo - Linha do tempo dos Cuidados Digitais

ANO	Evento, ação, publicação, encontro, edital e etc nos quais o Cuidado e/ou o Cuidado Digital aparecem no campo “Tecnofeminista”	Grupos ou pessoas envolvidas nas ações e eventos ou grupos ativando o campo	Obs
Antes de 2015			
	Curso de Linux com ITCP da USP e Biroasca – 1º ano de curso		
	Oficina Biroasca no Carnaval Revolução BH: Abrindo as máquinas, abrindo nossos corpos (2007)		
	Que sentido tem a revolução se não podemos dançar? Jane Barry e Jelena Djordjevic (2007)		
	Espaço B - Cini Bissexual de Espaço Impróprio		
	Cibercafé Ação Educativa do CMI Brasil – software Livre		
	Corpus Crisis BSB (2010)		
	Blogueiras Negras (2014)		<a href="http://www.youtube.com/watch?v=qWu_8-Jz4FM">http://www.youtube.com/watch?v=qWu_8-Jz4FM</a>
	Oficina de Sysadminas da Vedetas com Lobinho (2014)		
	Encontro tecnologias feministas na Casa Lua (2014)		
		AY Carmela Centro Social Autonomo CMI/ Biblio terra livre/ Pop Rua/ MPL Diversas atividades e discussões	
	Luluzinha Camp (2008) Espaço online de acolhimento feminista		
		Indyamedia Coletivo de	

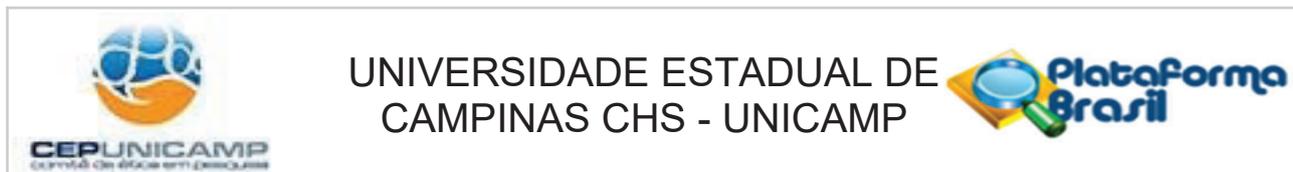
		produtoras de videoativismo só de mulheres 2001-2011	
	Projeto Biroasca (servidora) 2005 – 2012 descoberta da tecnologia digital e nossos corpos transfeministas		<a href="http://www.birosca.org">www.birosca.org</a>
		Nascimento MariaLab 2014	
2015			
	Nascimento da Oficina Antivigilância		<a href="https://antivigilancia.codingrights.org/pt/tecnologias/">https://antivigilancia.codingrights.org/pt/tecnologias/</a>
	Encontrada 2015 com Curso de Segurança Digital		
	Primeiras trocas sobre hacktivismo feminista na Marialab		
	Publicação do zine/livro Queer Security		
		Início do Núcleo de Segurança e Cuidados NUSCU-EA	
	Transhackfem Mexico		
	Rodada Hacker – oficinas de programação para meninas e mulheres		
	Encontro confecção de transmissores para Radio Livre- Campinas/Arg		
	FAU- Proteção Integral Feminista		
2016	Virada Feminista –		<a href="https://www.sof.org.br/viradafeminista2016">https://www.sof.org.br/viradafeminista2016</a>
	Primeira oficina Vedetas		<a href="https://vedetas.org/">https://vedetas.org/</a>
	SaferNudes		<a href="https://medium.com/codingrights/safer-nudes-b59b57d1021d">https://medium.com/codingrights/safer-nudes-b59b57d1021d</a>
	Holistic Security – Tectical Tech		<a href="https://holistic-security.tacticaltech.org/index.html">https://holistic-security.tacticaltech.org/index.html</a>
	Mapa dos territórios da internet		<a href="http://www.em-rede.com/site/vale-a-leitura">http://www.em-rede.com/site/vale-a-leitura</a>
	13º Fórum Internacional AWID – Costa do Sauípe (BA)		

	Trainers of Trainers da EA - ToT		
	Introdução de cuidados digitais nas rodas de auto-cuidado com CFEMEA/ULF		
		Lili Anaz – Lab de interconectividade - Mexico	
		Rede de Ciberativistas Negras	
	Clandestina Servidora		
	Ciberseguras		<a href="https://ciberseguras.org/nosotras/">https://ciberseguras.org/nosotras/</a>
	Fuxico Box (inicia com Periféricas e depois segue com Marialab)		<a href="https://lavits.org/fuxico-uma-rede-livre-feminista/">https://lavits.org/fuxico-uma-rede-livre-feminista/</a>
2017	Seja Monstra - Zine		<a href="https://sejamonstra.net/">https://sejamonstra.net/</a>
	Residência da EA com foco na relação entre tecnologia e corpo - “Cuidado de S.I.”		
	Guia Prática de Estratégias e Táticas Para a Segurança Digital Feminista		<a href="https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/guia_pratica_estrategias_taticas_seguranca_digital_feminista.pdf">https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/guia_pratica_estrategias_taticas_seguranca_digital_feminista.pdf</a>
	Latin America in Glimpse: genero, feminismo e internet na América Latina - publicação		
	Primeiro encontro Rede Ciberativistas Negras		
	Letramento digital Transvestigênera dentro do projeto Transcidadania (SP)		<a href="https://www.capital.sp.gov.br/w/noticia/transcidadania-entenda-como-funciona">https://www.capital.sp.gov.br/w/noticia/transcidadania-entenda-como-funciona</a>
	Nascimento da Navegando Libres		<a href="https://navegandolibres.org/">https://navegandolibres.org/</a>
	Ligadas na Internet do Gig@		
2018	Projeto da Escola de Ativismo com a Ford Foundation – Primeira vez que o termo CUIDADOS DIGITAIS aparece em um projeto da EA		

	Encontro de servidoras feministas Calafou - Espanha		
	Edital da EA para fomentar oficinas de Cuidados Digitais - MiniCu		
	Segundo encontro Rede Ciberativistas Negras		
	100 Scores- movement inspired by computers. Lai Yi Ohlsen		<a href="https://laiyiohlsen.com/projects/100scores.html">https://laiyiohlsen.com/projects/100scores.html</a>
		Nascimento da Rede Transfeminista de Cuidados Digitais	
	Surgimento do termo Infraestrutura de Afeto (Manifesto “Do Aço à pele)		
	Primeiro curso Vedetas de sysadminas já com a narrativa de cuidados		
2019			
	TeT EA		
	ToT Rede Transfeminista		
	CriptoAxé		
	CriptoTrem		
	CriptoJerimun		
	CriptoRecife		
	CriptoTainha		
	CriptoRoça		
	Miriavilani.org		
2020			
	Vedetas		
	Como documentar casos de violência de gênero na Internet de forma empática e segura? Acoso.Online		<a href="https://ftx.apc.org/books/pt-gincana-monstra-abrindo-o-codigo">https://ftx.apc.org/books/pt-gincana-monstra-abrindo-o-codigo</a>
	La Clika - libres em línea		<a href="https://www.libresenlinea.mx/">https://www.libresenlinea.mx/</a>
	Comunicação de Guerrilha e Cuidados Digitais		<a href="https://pt.scribd.com/document/594851657/Comunicacao-de-Guerrilha-e-Cuidados-Digitais-FMPE-Autoria-coletiva">https://pt.scribd.com/document/594851657/Comunicacao-de-Guerrilha-e-Cuidados-Digitais-FMPE-Autoria-coletiva</a>
	Barricadas Estratégias e Coletividade - MariaLab		<a href="https://www.marialab.org/wp-content/uploads/2020/12/">https://www.marialab.org/wp-content/uploads/2020/12/</a>

			Barricas-estrategias-coletividade.pdf
	Kit Primeiros Socorros Digitais		
	1º Edital da RTCD minigrants com foco em mulheres, lbtqia+ e cuidados digitais		
		Luchadoras	
2021	Mulheres negras e internet: Entre Cuidados Digitais e Política Institucional		<a href="http://www.youtube.com/watch?v=wNM4-SbRNpg">http://www.youtube.com/watch?v=wNM4-SbRNpg</a>
	Universidade Livre Feminista Webnário de Cuidados Digitais		<a href="https://www.youtube.com/watch?v=ysMWBjVDfUU">https://www.youtube.com/watch?v=ysMWBjVDfUU</a>
	Gincana Mostra – primeira edição		<a href="https://ftx.apc.org/books/pt-gincana-monstra-abrindo-o-codigo">https://ftx.apc.org/books/pt-gincana-monstra-abrindo-o-codigo</a>
	Abalando as Infraestruturas (Marialab)		
	Nascimento da Maria d’Ajuda, primeira linha de ajuda em segurança digital feminista do Brasil		<a href="https://mariadajuda.org/">https://mariadajuda.org/</a>
	Artigo “Digitalizando o cuidado: mulheres e novas codificações para a ética hacker. “		NATANSOHN, G.; REIS, J. . Digitalizando o cuidado: mulheres e novas codificações para a ética hacker. <b>Cadernos Pagu</b> , Campinas, SP, n. 59, p. e205905, 2021. Disponível em: <a href="https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664486">https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664486</a> . Acesso em: 24 jan. 2024.
2022			
	Cuidados Digitais, com Charô Nunes e Larissa Santiago – Labic Territórios 2022		<a href="https://www.youtube.com/watch?v=XyXtQf4Itvk">https://www.youtube.com/watch?v=XyXtQf4Itvk</a>
	Lançamento do relatório “Cuidados Digitais e Filantropia”		<a href="https://fase.org.br/pt/biblioteca/cuidados-digitais-e-filantropia-achados-e-recomendacoes-basicas/">https://fase.org.br/pt/biblioteca/cuidados-digitais-e-filantropia-achados-e-recomendacoes-basicas/</a>
	Feminist Tech Playground		<a href="https://numun.fund/">https://numun.fund/</a>

			feminist-tech/
	Mapa dos territórios da internet		<a href="https://www.cartografiasdainternet.org">https:// www.cartografiasdainternet.org</a>
	FTX: Reboot (encontro)		
	Gincana Monstra - Opening the Code		
2023			
	CriptoFrevo		
	Cryptorave 2023		
	Gincana Monstra Matintas		

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Tecnoativismo e Antivigilância - o cuidado como estratégia de resistência

**Pesquisador:** VIOLETA ASSUMPCAO DA CUNHA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 66978823.6.0000.8142

**Instituição Proponente:** Instituto de Estudos da Linguagem

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 6.031.740

**Apresentação do Projeto:**

Essa pesquisa pretende aprofundar a reflexão sobre o trabalho desenvolvido por um campo prático e ativista, reconhecendo-o como fenômeno tecnopolítico e sua importância. A pesquisa será realizada em três etapas: i) Aplicação de questionários socio-demográficos; ii) Realização de círculos; iii) Análise documental. A pesquisa será realizada de forma online, por meio do envio, através de e-mail, dos questionários aos participantes. A ferramenta de questionário a ser utilizada será o Jotform. Os círculos de cultura acontecerão, no formato online, utilizando a ferramenta BigBlueButton. A instância de BigBlueButton a ser utilizada é oferecida pelo grupo ativista Vedetas e portanto não é comercial. Os participantes receberão o link para participação do encontro por email. Os questionário socio-demográfico será aplicado somente entre os participantes convidados que aceitarem participar dos círculos de cultura através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que será enviado através do e-mail do convidado. Após o envio do aceite o convidado terá acesso ao formulário que ficará disponível para preenchimento durante o período de 20 dias. O formulário conterà 10 questões reunidas em um único bloco de perguntas e cada participante deverá dispor de cerca de 15 minutos para respondê-lo. É composto por: nome ou pseudônimo; idade; identidade de gênero; raça; etnia; formação; local onde vive; tempo de atuação no campo tecnoativista; coletivos e iniciativas os quais integra; regiões do Brasil no qual atua como tecnoativismo pessoalmente e/ou como coletivo. Os dados coletados no questionário socio-demográfico poderão ser publicados, no entanto, os questionários serão

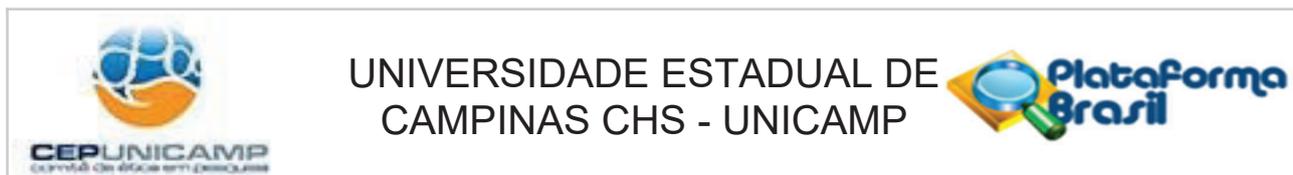
**Endereço:** Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.

**Bairro:** Cidade Universitária "Zeferino Vaz" **CEP:** 13.083-865

**UF:** SP **Município:** CAMPINAS

**Telefone:** (19)3521-6836

**E-mail:** cepchs@unicamp.br



Continuação do Parecer: 6.031.740

anônimos e os dados serão tratados de forma agregada, não permitindo a identificação individual. A etapa dos círculos de cultura será dividida em três encontros de até 2h cada, com 15 participantes reunindo integrantes dos coletivos Rede Transfeminista de Cuidados Digitais, Blogueiras Negras, MariaLab e Coding Rights e tecnoativistas feministas que atuem individualmente com segurança da informação e cuidados digitais, indicados pelos coletivos, que selecionarão de acordo com os critérios de inclusão. Os encontros terão seus áudios gravados, transcritos e editados pela pesquisadora e divulgados em formato podcast ao final da pesquisa, junto com a publicação do texto de dissertação. A autorização para registro de voz e uso do material para o podcast estará no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O Critério de inclusão do participante na pesquisa será a atuação dentro do campo tecnoativista feminista brasileiro a partir de 2017, ter mais de 18 anos, ser mulher, pessoa LBTQIA+, integrar ou ser indicado por um dos grupos: Rede Transfeminista de Cuidados Digitais, Blogueiras Negras, MariaLab e Coding Rights. As gravações serão armazenadas por 5 anos após o término da pesquisa com acesso restrito à pesquisadora e sua orientadora em serviço de “nuvem” criptografado não comercial e computador pessoal da pesquisadora, não compartilhado, criptografado e com acesso apenas por meio de senha.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Aprofundar a investigação sob os desafios e alternativas encontrados por grupos feministas tecnoativistas que se propõem aumentar a proteção e os cuidados digitais individuais e coletivos ao passo que questionam e desvelam estruturas do capitalismo de vigilância sob uma perspectiva feminista e sul-global.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos envolvem desconforto em tratar de assuntos que o entrevistado não concorde, não goste ou evite falar sobre, no entanto às perguntas do questionário e das atividades propostas nos círculos de cultura não tem participação obrigatória, assim os participantes terão liberdade em escolher participar das atividades e tratar de temas nos quais se sintam seguros e confortáveis a cada encontro e deixarem de responder às perguntas, caso não se sintam confortáveis.

Não há benefícios diretos aos participantes desta pesquisa. Trata-se de um estudo de percepção com potencial retorno a sociedade e ao campo de atuação nos temas abordados por meio da discussão dos resultados que serão obtidos. A participação, indiretamente, trará benefícios coletivos, em termos de ampliação dos conhecimentos na área estudada.

**Endereço:** Av. Betrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.

**Bairro:** Cidade Universitária "Zeferino Vaz" **CEP:** 13.083-865

**UF:** SP **Município:** CAMPINAS

**Telefone:** (19)3521-6836

**E-mail:** cepchs@unicamp.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
CAMPINAS CHS - UNICAMP



Continuação do Parecer: 6.031.740

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Segundo as Informações Básicas do Projeto, a pesquisa será desenvolvida com verba de custeio. O cronograma apresentado contempla o início da pesquisa de campo em 21/03/2023 com término em 28/06/2023. Serão abordados ao todo 20 participantes.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram analisados os seguintes documentos de apresentação obrigatória:

- 1 – Folha de Rosto Para Pesquisa Envolvendo Seres Humanos: devidamente apresentado.
- 2 – Projeto de Pesquisa: devidamente apresentado.
- 3 – Orçamento financeiro – de acordo com o pesquisador a pesquisa será realizada com verba de custeio.
- 4 – Cronograma – o início da pesquisa de campo em 21/03/2023 com término em 28/06/2023.
- 5 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Foi apresentado.
- 6 - Declaração de Concordância da instituição: Foi apresentado.
- 7 - Formulário sócio-demográfico: Foi apresentado.

#### **Recomendações:**

Caso haja divulgação de imagens e voz dos participantes, deve-se obter o consentimento através de "Termo de Autorização de Uso de Imagem e Som".

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Pendências sanadas. Ver recomendações.

#### **Considerações Finais a critério do CEP:**

A responsabilidade de obtenção de registro de consentimento, bem como o de sua guarda adequada, é de inteira responsabilidade da equipe de pesquisa. Tais documentos podem ser solicitados a qualquer momento pelo sistema CEP-CONEP para fins de auditoria, bem como servem de proteção para os próprios pesquisadores em caso de eventuais reclamações ou denúncias por parte dos participantes.

- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas e aguardando a aprovação do CEP para continuidade da pesquisa.

- Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente seis meses após a data deste parecer de aprovação e ao término do estudo.

**Endereço:** Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.

**Bairro:** Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

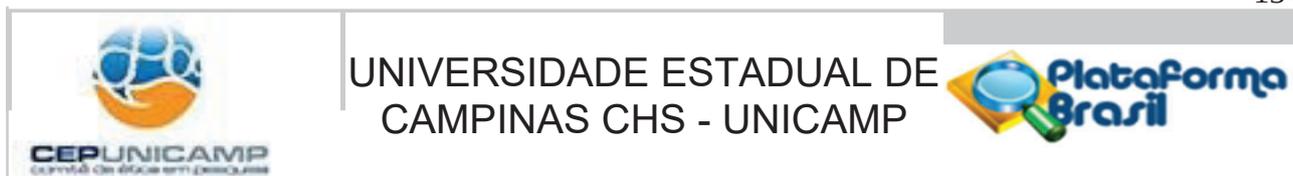
**CEP:** 13.083-865

**UF:** SP

**Município:** CAMPINAS

**Telefone:** (19)3521-6836

**E-mail:** cepchs@unicamp.br



Continuação do Parecer: 6.031.740

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2035989.pdf	04/04/2023 16:47:44		Aceito
Outros	Carta_Resposta_CEP.pdf	04/04/2023 16:46:58	VIOLETA ASSUMPCAO DA CUNHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido.pdf	04/04/2023 16:45:16	VIOLETA ASSUMPCAO DA CUNHA	Aceito
Outros	AtestadoMatricula.pdf	24/01/2023 10:55:14	VIOLETA ASSUMPCAO DA CUNHA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_Tecnoativismo_e_antivigilancia_o_cuidado_como_estrategia_de_resistencia.pdf	19/01/2023 20:16:16	VIOLETA ASSUMPCAO DA CUNHA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoVioletaCunha.pdf	19/01/2023 15:18:51	VIOLETA ASSUMPCAO DA CUNHA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CAMPINAS, 29 de Abril de 2023

---

**Assinado por:**  
**Sandra Fernandes Leite**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.

**Bairro:** Cidade Universitária "Zeferino Vaz" **CEP:** 13.083-865

**UF:** SP **Município:** CAMPINAS

**Telefone:** (19)3521-6836

**E-mail:** cepchs@unicamp.br